

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O Projeto Rio Formoso e a Reprodução Ampliada do Capital no entorno da Ilha do Bananal: concentração da riqueza, exclusão e resistência.

Daniel Bartkus Rodrigues

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Tocantins para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jose Pedro Cabrera Cabral

Porto Nacional - TO

2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Palmas**

R696p Rodrigues, Daniel Bartkus
O Projeto Rio Formoso e a reprodução ampliada do capital no entorno da Ilha do Bananal - TO: concentração da riqueza, exclusão e resistência / Daniel Bartkus Rodrigues. - Palmas, 2013.
155 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.
Linha de pesquisa: Geografia Agrária.
Orientador: Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral.

1. Ilha do Bananal. 2. Projeto Rio Formoso. 3. Território Camponês. 4. Território Indígena. I. Cabral, José Pedro Cabrera. II. Universidade Federal do Tocantins. III. Título.

CDD 338.1981

**Bibliotecária: Emanuele Santos
CRB-2 / 1309**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

DANIEL BARTKUS RODRIGUES

O Projeto Rio Formoso e a Reprodução Ampliada do Capital no Entorno da Ilha do Bananal - TO: concentração da riqueza, exclusão e resistência.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 30 de julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral (Orientador)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira
Universidade Federal Tocantins – UFT



Prof. Dr. Manoel Calaça
Universidade Federal de Goiás – UFG

Porto Nacional – TO
2013

Dedico este trabalho à Myralú
pelo amor e inspiração que me traz

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa é como uma escultura a ser lapidada, necessita transformar-se de um estado bruto para um estado trabalhado, à custa de dedicação e esforço. Neste caminho, algumas pessoas e instituições tem participação muito próxima e estão diretamente ligadas aos assuntos trabalhados, outras, apesar da aparente distancia são igualmente importantes, para se atingir resultados esperados no processo de trabalho. Nada deve ser desperdiçado, ainda que pareça irrelevante em um primeiro momento, por isso os agradecimentos são muitos e são sinceros.

Inicialmente gostaria de agradecer a Capes, pela concessão da bolsa de mestrado que teve importância fundamental em garantir os recursos necessários para o andamento da pesquisa. Em uma região de difícil acesso como a Ilha do Bananal, os custos para a realização de trabalhos de campo são sempre significativos, daí a importância em receber um auxílio para o andamento adequado dos trabalhos.

Agradeço ao Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral pela orientação e amizade, neste processo de trabalho que pudemos desenvolver sempre de maneira ativa. Por extensão, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, por me proporcionarem desenvolver meus conhecimentos nesta respeitada instituição.

Faço aqui um agradecimento muito respeitoso aos gestores públicos de instituições municipais, estaduais e federais que puderam de alguma forma contribuir diretamente com a pesquisa e puseram-se a disposição para entrevistas e esclarecimentos. Agradeço ao ICmbio de Pium, ao Ibama de Palmas, a Funai, ao Inbra de Palmas e de Gurupi, ao Naturatins, ao Ruraltins, a Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia, a Adapec e a Semades; por todo o apoio dado nas diferentes etapas do trabalho.

Agradeço aos diretores e funcionários das cooperativas que tive contato dentro do Projeto Rio Formoso, pelo respeito e pelo recebimento com que me trataram.

Sou grato também às lideranças e pessoas que pude conversar e entrevistar nos assentamentos dos Três Poderes e Lagoa da Onça, onde sempre fui muito bem recebido.

Agradeço as populações indígenas Karajá e Javaé, por me permitirem conhecer algumas aldeias tanto no rio Araguaia quanto no rio Javaés, e as associações e lideranças indígenas que pude entrevistar e conhecer seu trabalho.

Faço uma menção de agradecimento também, as pessoas que durante o processo de realização desta dissertação de mestrado puderam ajudar de forma indireta nesta pesquisa,

seja me servindo um copo de água ou me fornecendo informações sobre como poderia encontrar determinadas pessoas e lugares.

Por fim, agradeço a toda a minha família sem o qual eu não teria chegado até aqui, por sempre me apoiar e respeitar minhas decisões. Agradeço especialmente, minha mãe Miriam, meu avô Silvio, minha avó Teresa e meu tio Davi, pela proximidade afetiva em minha vida.

“Pai-mãe da terra e da vida,
Deus Tupã de nossos pais e mães,
Venerado nas selvas e nos rios,
No silêncio da lua e no grito do sol:
Pelos altares e pelas vidas destruídas
Em teu nome, profanado,
Nesta nossa Abia Yala colonizada,
Te pedimos que fortaleças
A luta e a esperança dos povos indígenas,
Na reconquista de suas terras,
Na vivência de sua própria cultura,
Na fruição da autonomia livre”.

Dom Pedro Casaldáliga

“Parece muito fácil,
Mudar a mente alheia
Fazer reforma agrária,
Uivar na lua cheia.

Parece fácil a beça,
Distribuir a renda,
Curtir a natureza
Mas a guerra tem pressa.

Se é fácil então me diz.
Se é fácil então me diz...”

Estrela Ruiz Leminski

LISTA DE SIGLAS

ADAPEC	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins
ANA	Agência Nacional de Águas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CONJABA Bananal	Conselho das Organizações Indígenas do povo Javaé da Ilha do Bananal
COOPERFORMOSO	Cooperativa Agroindustrial Rio Formoso Ltda
COOPERJAVA	Cooperativa Mista Rural Vale do Javaés Ltda
COOPERGRAN	Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande Ltda
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA Renováveis	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Sócio Ambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBH	Plano de Bacia Hidrográfica
PARNA	Parque Nacional do Araguaia
PIA	Parque Indígena do Araguaia
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA	Programa dos Pólos Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento rural do Estado do Tocantins
SANEATINS	Companhia de Saneamento do Tocantins
SEAGRO	Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Tocantins
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado do Tocantins
SEMADES	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM	Superintendência do desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro – Oeste Tocantins
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Presidente da República Juscelino Kubitschek (centro) visita obras de construção da rodovia Belém-Brasília em 1959.....	50
Fotografia 2: Canal principal de irrigação da Cooperformoso.....	62
Fotografia 3: Reservatório Taboca I do Projeto Rio Formoso.....	62
Fotografia 4: Canal secundário de irrigação na Cooperformoso.....	63
Fotografia 5: Vista aérea de parte da Cooperformoso.....	64
Fotografia 6: Extração de calcário utilizado na correção do ph do solo, nos arredores do Projeto Rio Formoso.....	66
Fotografia 7: Silo pertencente à Cooperjava.....	75
Fotografia 8: Equipamento de secagem de grãos na Cooperjava.....	75
Fotografia 9: Sala de controle de máquinas na Cooperjava.....	76
Fotografia 10: Captação de água diretamente do Rio Formoso na Cooperformoso.....	78
Fotografia 11: Aplicação de defensivos químicos na Cooperformoso.....	81
Fotografia 12: Residência camponesa no assentamento Três Poderes.....	86
Fotografia 13: Aldeia Karajá de Santa Isabel as margens do rio Araguaia.....	92
Fotografia 14: Habitações dos indígenas Karajá na aldeia de Santa Isabel.....	92
Fotografia 15: Ritual religioso do Hetohoky na aldeia Karajá de Fontoura, Ilha do Bananal..	93
Fotografia 16: Rio Araguaia e Planície do Bananal.....	98
Fotografia 17: Ipuca formação vegetal característica da região do médio Araguaia.....	100
Fotografia 18: Varjões (formações campestres) na Ilha do Bananal.....	101
Fotografia 19: Mata ciliar de igapó no rio Jaburu na Ilha do Bananal.....	101
Fotografia 20: Rio Formoso no município de Formoso do Araguaia – TO.....	103
Fotografia 21: Rio Jaburu e lagos marginais na Ilha do Bananal.....	104
Fotografia 22 – Rio Formoso com baixo volume de água.....	114

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Projeto Rio Formoso na escala 1:000.000.....	58
Mapa 2: Localização do Projeto Rio Formoso na escala 1:500.000.....	60
Mapa 3: Ilha do Bananal e seu entorno no município de Formoso do Araguaia – TO.....	88
Mapa 4: Geomorfologia da região do médio Araguaia.....	99
Mapa 5: Hidrografia da região do médio Araguaia.....	105

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Imagem de satélite do entorno da Ilha do Bananal, onde se verifica a pressão da expansão da frente agropecuária sobre o PIA.....	82
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população do município de Formoso do Araguaia nos últimos 50 anos.....	70
Tabela 2: Armazéns de grãos existentes no município de Formoso do Araguaia – TO.....	73
Tabela 3: Evolução das áreas irrigadas de arroz em Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão.....	78
Tabela 4: Evolução das áreas irrigadas de soja em Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão.....	78
Tabela 5: Características fundiárias do município de Formoso do Araguaia – TO.....	83
Tabela 6: Principais assentamentos no entorno da Ilha do Bananal e próximos ao Projeto Rio Formoso.....	85
Tabela 7: Maiores captações de água para a irrigação na bacia hidrográfica do rio formoso.....	115

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1- Legislação Federal e Estadual de recursos hídricos.....	134
Anexo 2 - Resumo do zoneamento econômico e ecológico realizado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins no município de Formoso do Araguaia.....	137
Anexo 3 – Relação completa das outorgas de uso da água na bacia do rio Formoso expedidas pelo Naturatins.....	146

APÊNDICES

1- Questionário básico aplicado à Raoni Japiassu Merisse – Diretor do Parque Nacional do Araguaia.....	148
2- Questionário básico aplicado à João Mítia – Diretor regional da FUNAI do Estado do Tocantins.....	149
3- Questionário básico aplicado à Cleyton Javaé – Coordenador de Meio Ambiente da Conjaba (Conselho das Organizações Indígenas do povo Javaé da Ilha do Bananal).....	151
4- Questionário básico aplicado aos Presidentes da Cooperformoso e Cooperjava.....	152
5-Questionário básico aplicado a lideranças e assentados do assentamento rural Três Poderes.....	153

RESUMO

O objetivo desta dissertação de Mestrado é analisar o processo de expansão territorial da agricultura irrigada produtora de grãos no entorno da Ilha do Bananal, onde se localiza o Projeto Rio Formoso, no município de Formoso do Araguaia – TO. O avanço da fronteira agrícola do agronegócio no entorno da Ilha do Bananal, aproveita a abundância de recursos hídricos presentes na região do médio Araguaia e a boa qualidade para o plantio dos solos hidromórficos, que possibilitam a realização de duas safras diferentes de grãos por ano (arroz e soja), com elevados índices de produtividade agrícola por hectare de terra. O processo de desenvolvimento da agricultura irrigada produtora de grãos, iniciou-se a partir da implantação do Projeto Rio Formoso no ano de 1979, e trouxe a chegada de infraestruturas sociais básicas, em uma região marcada historicamente pelo isolamento econômico e social. A chegada do modelo agronegócio baseado na mecanização, manipulação genética de sementes e utilização de implementos e insumos químicos, acabou por outro lado por gerar conflitos sociais e territoriais com os outros sujeitos sociais presentes há muito tempo na região do médio Araguaia: as comunidades indígenas e os camponeses que residem nos assentamentos de reforma agrária. Analisamos como o processo de desenvolvimento econômico tem impactado a vida dos outros sujeitos sociais presentes naquele território, e como novos arranjos territoriais têm sido configurados no campo no município de Formoso do Araguaia - TO.

Palavras chave: Ilha do Bananal. Projeto Rio Formoso. Território camponês. Território indígena.

RESUMEN

El objetivo de ésta disertación de maestría es analizar el proceso de expansión territorial de la agricultura regada productora de granos en el entorno de la *Ilha do Bananal*, donde se encuentra el Proyecto Río Formoso, en el municipio de *Formoso do Araguaia* – TO. El avance de la frontera agrícola del agronegocio en el entorno de la *Ilha do Bananal*, se aprovecha de los abundantes recursos hídricos presentes en la región del medio Araguaia y de la buena calidad para la platación de los suelos hidromórficos, que posibilitan la realización de dos safras diferentes de granos por año (soja y arroz), con elevados índices de productividad agrícola por hectarea de tierra. El proceso de desarrollo de la agricultura regada productora de granos, se inició a partir de la implantación del Proyecto Río Formoso en el año de 1979, posibilitando la llegada de infraestructuras sociales básicas, en una región marcada históricamente por el aislamiento económico y social. La introducción del modelo del agronegocio con base en la mecanización, manipulación genética de semillas y utilización de insumos químicos, contribuyó para generar conflictos sociales y territoriales con los otros sujetos sociales presentes desde mucho tiempo atrás en la región del medio Araguaia: las comunidades indígenas y los campesinos que residen en los asentamientos de la reforma agraria. Buscamos analizar como el proceso de desarrollo económico há impactado en la vida de los diversos sujetos sociales presentes en aquel territorio, y como nuevos ordenamientos territoriales se han configurado en el campo en el municipio de *Formoso do Araguaia* – TO.

Palabras llaves: Ilha do Bananal. Proyecto Río Formoso. Território campesino. Território indígena.

SUMÁRIO

Introdução	20
Capítulo 1 - Considerações Teóricas e Metodológicas	25
Capítulo 2 – A ocupação territorial da região do médio Araguaia, do Brasil colônia aos projetos de desenvolvimento do século XX	
2.1 – O médio Araguaia e as incursões dos bandeirantes no período colonial.....	35
2.2 - A implantação da navegação à vapor no rio Araguaia.....	39
2.3 - A região do médio Araguaia no início do século XX.....	41
2.4 - A Fundação Brasil Central (FBC) e os projetos de desenvolvimento.....	44
2.5 - A transformação da Ilha do Bananal em Parque Nacional e a “Operação Bananal”....	47
2.6 - A expansão da frente agropecuária e a atuação da SUDECO e da SUDAM nos anos 60 e 70 no médio Araguaia.....	49
Capítulo 3 – O Projeto Rio Formoso e a chegada da reprodução ampliada do capital na região do médio Araguaia no início da década de 1980	
3.1 - A implantação do Projeto Rio Formoso.....	56
3.2 – A criação do Estado do Tocantins e o Projeto Rio Formoso.....	68
3.3 – A expansão do Projeto Rio formoso: agronegócio e Poder Público a serviço do capital mundializado.....	72
3.4 – A valorização fundiária no município de Formoso do Araguaia.....	79
3.5 – A retirada dos não-índios da Ilha do Bananal e a permanência dos conflitos pelo uso da terra.....	89
Capítulo 4 – Os recursos hídricos no contexto da revitalização do Projeto Rio Formoso	
4.1 – Considerações a respeito das particularidades da Geografia Física da Ilha do Bananal e de seu entorno.....	96
4.2 – A criação do comitê de bacia hidrografia do Rio formoso.....	106
4.3 – A revitalização do Projeto Rio Formoso.....	110

4.4 – A disputa pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Formoso.....	113
Considerações finais.....	119
Referências Bibliográficas.....	130
Anexos.....	134
Apêndices.....	148

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a Ilha do Bananal e seu entorno, surgiu a partir do ano de 2007 quando realizei minha primeira viagem turística a cidade de São Felix do Araguaia – MT e pude conhecer a ilha fluvial e as comunidades indígenas que nela residem, onde logo desenvolvi grande apreço pela região e por seu povo. A partir daí, passei a realizar viagens sistemáticas para aquela área conhecendo os demais sujeitos sociais que residem na região, descobrindo seus anseios, e refletindo sobre os conflitos sociais e territoriais em que estavam submetidos. Esse processo lento de construção do objeto de estudo, foi sendo lapidado na medida em que aquela realidade se tornava cada vez mais familiar, através do conhecimento que adquiria em minhas viagens aparentemente somente turísticas.

O processo de pesquisa na Ilha do Bananal e em seu entorno apresentou inúmeras dificuldades, a começar por sua vastidão territorial tanto no interior da ilha fluvial como em sua região de fronteira. A dificuldade de acesso às localidades (pela precariedade das vias de transporte e pela distância), aliada as imposições do ambiente natural, são fatores que exigem do pesquisador uma boa dose de disposição e preparo físico, necessários para enfrentar as dificuldades que apareciam a todo o momento. Todavia, nenhum desses aparentes obstáculos foi maior que o prazer em realizar uma pesquisa em uma região tão importante e especial do território brasileiro, que abriga sujeitos sociais com variados modos de produção dentro de um mesmo território.

Nosso objetivo nessa dissertação de Mestrado foi o de analisar o processo de expansão territorial da agricultura irrigada produtora de grãos no entorno da Ilha do Bananal onde se localiza o Projeto Rio Formoso, e sua influência sobre os recursos naturais e os demais sujeitos sociais que residem naquela região. Desde a implantação do Projeto Rio Formoso no ano de 1979 até os dias atuais, a sistematização de áreas agrícolas irrigadas em médias e grandes propriedades rurais, tem sido a principal atividade econômica geradora de renda e recebedora da maioria dos investimentos públicos e privados, em toda a região sudoeste do Estado do Tocantins.

O avanço da fronteira agrícola do agronegócio no entorno da Ilha do Bananal em sua parte leste, aproveita-se da abundância de recursos hídricos presentes na região do médio Araguaia e da boa qualidade para o plantio dos solos hidromórficos (localizados sobre as várzeas e ipucas), que possibilitam a realização de duas safras diferentes de grãos por ano (arroz e soja), com elevados índices de produtividade agrícola por hectare de terra. Nos últimos trinta anos muitas empresas e produtores rurais oriundos de outras regiões do Brasil,

têm se instalado nos municípios de Formoso do Araguaia - TO e Lagoa da Confusão - TO, aumentando a produtividade e a renda da terra, em uma região marcada historicamente pela ausência de investimentos estatais e privados.

A chegada do modelo agronegócio baseado na mecanização, manipulação genética de sementes e utilização de implementos e insumos químicos, gerou por outro lado conflitos sociais e territoriais com os outros sujeitos sociais presentes há muito tempo na região do médio Araguaia: as comunidades indígenas e os camponeses que residem nos assentamentos de reforma agrária. O Projeto Rio Formoso se localiza muito próximo ao Parque Indígena do Araguaia (PIA), e se utiliza de enormes volumes de água que são retirados dos rios Formoso e Javaés (pertencentes à bacia hidrográfica do rio Araguaia), que são muito utilizados pelas comunidades indígenas para sua subsistência, além de possuírem reconhecido valor simbólico e cultural para aquela sociedade.

As populações camponesas por sua vez, foram alijadas desde o início da implantação do Projeto Rio Formoso até os dias atuais, de qualquer participação nos investimentos públicos que eram feitos na sistematização de áreas para o cultivo irrigado por inundação. Quase sempre, tem restado apenas à atividade econômica da pecuária extensiva como única fonte de renda para essas famílias. Diferentemente dos agricultores cooperados do Projeto Rio Formoso, não existe nos assentamentos rurais da região qualquer tipo de projeto de irrigação, ou maior incentivo por parte do Estado para seu desenvolvimento produtivo seja através de financiamentos ou assistência técnica rural. Alguns desses assentamentos se localizam nas margens do Rio Formoso e são vizinhos ao projeto de agricultura irrigada por inundação, como é o caso do Assentamento Rural Três Poderes, foco de nossa análise.

Houve a partir da implantação do projeto agrícola uma modernização no processo de produção no campo e desenvolvimento de infraestruturas básicas até então inexistentes na região do município de Formoso do Araguaia - TO. Procuramos analisar como este processo de desenvolvimento econômico impactou na vida dos outros sujeitos sociais presentes naquele território, e como os novos arranjos territoriais têm sido configurados a partir desse processo contínuo de territorialização do capital no campo. Neste contexto de análise, buscamos compreender as contradições presentes na formação do território e a forma particular com que se estabelece a luta de classes, entre sujeitos sociais muito diferenciados em seus modos de produção, mas muito próximos territorialmente.

Passados exatos trinta e três anos da inauguração do empreendimento agrícola e com a possibilidade atual do aumento da área sistematizada para o plantio irrigado através da revitalização do Projeto Rio Formoso, pretendemos analisar os benefícios e os malefícios

econômicos, sociais e ambientais, advindos desse processo. Quem foram os reais beneficiários com esse projeto de desenvolvimento agrícola? Como a agricultura camponesa e as populações indígenas se beneficiaram com esse processo? Quais seriam as perspectivas para os camponeses e indígenas frente aos maciços investimentos públicos destinados a revitalização do Projeto Rio Formoso?

Para responder a estas questões, no primeiro capítulo apresentamos as considerações teóricas e metodológicas que nortearam o processo de pesquisa desta dissertação de mestrado. Nele são apresentadas tanto as concepções teóricas dentro da Geografia Agrária, quanto às diferentes técnicas de pesquisa utilizadas. Justificamos nossa concepção teórica e metodológica baseada nas próprias características de nosso objeto de estudo, enfatizando a questão da contradição dialética como um elemento fundamental para a compreensão da formação do território na região do médio Araguaia.

No segundo capítulo, procuramos compreender o processo histórico de ocupação na região do médio Araguaia, desde o Brasil colônia com a construção dos núcleos de ocupação militar, até os projetos estatais dirigidos de desenvolvimento do século XX, na chamada “marcha para o oeste”. Analisamos as dificuldades históricas que o Estado brasileiro (em seus diferentes níveis) teve em promover a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico em um território tradicional dos povos indígenas, distante e de difícil acesso dos principais pólos econômicos do país seja ao norte ou ao sul do país.

No terceiro capítulo, analisamos o processo de implantação do Projeto de agricultura irrigada do Rio Formoso no ano de 1979, quando se instalou o novo modelo de produção agrícola na região do médio Araguaia, transformando o município de Formoso do Araguaia no principal polo agrícola do então “norte goiano”. Na segunda parte deste capítulo, analisamos a aprovação do acordo firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Tocantins em outubro de 2011, quando foi assinada a proposta de “revitalização” do Projeto Rio Formoso, após a inclusão do projeto de agricultura irrigada nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Atualmente estão sendo feitas e também são previstas melhorias na infraestrutura de produção e de transportes da região, com o objetivo de expandir a produção de grãos em todo o entorno da Ilha do Bananal, especialmente nos municípios de Formoso do Araguaia - TO e Lagoa da Confusão - TO.

No quarto capítulo, procuramos ressaltar a importância estratégica da utilização da água como elemento indispensável à produção e a expansão da agricultura irrigada, analisando seus conflitos na região que possui a mais densa rede de drenagem do Estado do Tocantins. Seu uso indiscriminado nas produções (principalmente de maio a outubro na

estiagem de chuvas) tem gerado conflitos, entre os próprios grandes e médios produtores de grãos dos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão pelo uso desse recurso natural. Atenta-se aqui, para as questões relativas às disputas que tem ocorrido pelo uso da água no baixo e médio curso do rio Formoso, como pelos recursos públicos do PAC disponíveis para o investimento na expansão da agricultura irrigada no entorno da Ilha do Bananal.

Nas considerações finais, investigamos as posições assumidas pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos frente ao processo de expansão territorial da agricultura produtora de grãos no município de Formoso do Araguaia: grandes e médios produtores, camponeses e indígenas da etnia Javaé. Analisamos as implicações que a expansão da agricultura irrigada tem causado as comunidades indígenas da Ilha do Bananal, observando as questões relativas aos impactos ambientais e as relações de trabalho que tem se estabelecido com as aldeias. No assentamento rural Três Poderes (vizinho ao projeto de irrigação), procuramos investigar as condições de produção que a agricultura camponesa tem tido para sua reprodução enquanto classe social, frente ao avanço do agronegócio incentivado pelo Estado na região do médio Araguaia.

Acreditamos que pesquisar é uma forma de estar no mundo e poder contribuir para sua transformação, objetivando uma sociedade com maior justiça social e sustentabilidade. Esses foram os pressupostos que nortearam a análise geográfica a respeito da formação do território do município de Formoso do Araguaia – TO. Buscamos então, metodologias, embasamento teórico e metodológico que pudessem analisar a complexidade das relações de trabalho que se estabeleceram, e sua materialização na formação e construção permanente do território.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A pesquisa na região do médio Araguaia, especificamente na Ilha do Bananal e no seu entorno junto ao município de Formoso do Araguaia, mostra-se antes de qualquer coisa como um enorme desafio na busca da análise da formação daquele território. O pesquisador que desenvolve trabalhos nessa região, sobretudo aqueles ligados a ciência geográfica, lida primeiramente com a questão da vasta amplitude territorial daquela área que abrange somente dentro da Ilha do Bananal 1.916.225 hectares de extensão, e faz fronteira com quatro Estados da Federação (Tocantins, Mato Grosso, Pará e Goiás). Além de sua extensão, temos na região do médio Araguaia a concentração de sujeitos sociais e modos de produção distintos, mostrando de forma singular para o olhar geográfico o choque de sociedades e civilizações na aurora do início do século XXI.

Tal complexidade exige necessariamente uma base ampla de informações, recorrendo não somente ao auxílio de diferentes áreas do conhecimento como a Antropologia, Biologia, Agronomia, Geografia entre outras; como também a estratégias diferenciadas de obtenções de informações, que incluam métodos de pesquisas adequados, num contexto de formação espacial complexa e contraditória. Analisando a importância do elemento da contradição, no processo de investigação da metodologia dialética, Lefèbvre esclarece que:

Se o real está em movimento, então nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição” (Lefèbvre, 1996: 177) (...) A contradição dialética (na condição de ser tal, e não uma oposição formal ou simples confusão) deve ser encarada como sintoma de realidade. Só é real aquilo que apresenta contradições, aquilo que se apresenta como unidade de contradições (Lefèbvre, 1995:192).

Tendo como ponto de partida que a formação do território é algo essencialmente social que se estrutura sobre uma base física e ecológica, temos na região pesquisada conflitos que envolvem os diferentes sujeitos sociais que residem naquela região. Destacam-se nesse processo as comunidades indígenas Karajá e Javaés moradoras da Ilha do Bananal, grandes e médios produtores rurais de grãos pertencentes ao Projeto Rio Formoso e os camponeses do assentamento Três Poderes. Este cenário traz em seu bojo a transformação constante e permanente do território, que ocorre sempre através de conflitualidades que perpassam os diferentes aspectos da vida desses sujeitos sociais, tão próximos territorialmente, mas muito diferenciados em seus costumes culturais e modos de produção.

De acordo com Fernandes, no processo de produção do espaço geográfico “a conflitualidade está na natureza do território. O território é um espaço político por excelência.

A criação do território está associada a relações de poder, de domínio e de controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias” (Fernandes, 2008:199). Nesse contexto, é fundamental compreender a forma com que se desenvolve o processo de conflitualidade entre os diferentes sujeitos sociais que atuam no território, tendo como ponto de partida a correta noção da dimensão da luta de classes como elemento estruturante primordial de construção do território, sob a égide do sistema capitalista de produção.

Como parte do processo metodológico dialético de pesquisa, se faz necessário em um primeiro momento o resgate aos processos históricos de formação e apropriação daquele território. O conhecimento dos processos históricos de formação do território são sem dúvida alguma, um elemento fundamental para dar suporte ao entendimento da realidade contemporânea, enquanto fenômeno histórico e espacial.

De acordo com Marx,

No materialismo histórico e dialético nossa concepção da história é, sobretudo, um guia de estudo (...)É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas idéias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondam (Marx-Engels, 2010:107 apud Netto, 2011:13).

Segundo Brandão, na concepção do materialismo histórico e dialético sobre o estudo do território, “é preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e aprender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica” (Brandão, 2007:67). Nesse sentido, uma leitura mais aprofundada do território passa necessariamente pela busca do entendimento das atuais conjunturas políticas, econômicas e sociais, resultantes processo histórico de formação do território. Dessa forma, é importante identificar o nível de desenvolvimento das forças produtivas hegemônicas e sua forma de atuação na construção do espaço geográfico, compreendendo seus processos de particulares de apropriação ou subordinação frente aos modos de produção não-capitalistas, como o camponês e o indígena no caso da região pesquisada.

Como o processo de expansão do capitalismo sobre o espaço agrário, “a territorialização do capital e suas diferentes formas de intensidade, socializa e expropria, incorpora e exclui não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas” (Fernandes, 2008:192). Ainda segundo esse mesmo autor,

O foco do método do paradigma da questão agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, mas também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (Fernandes, 2008:192).

Acreditamos que a dimensão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica da investigação da formação do território, pois é a partir de sua compreensão que podemos ter uma melhor dimensão da lógica de produção do espaço, sob o sistema capitalista de produção. Sem esse pressuposto, estamos sujeitos a estabelecer recortes excessivos em áreas específicas do conhecimento, fragmentando os saberes, impossibilitando com isso uma análise mais clara dos aspectos fundamentais que constroem e dão movimento ao território no atual momento histórico.

Na região do médio Araguaia junto ao município de Formoso do Araguaia - TO, o processo de territorialização do capital tem ocorrido, sobretudo a partir do desenvolvimento de investimentos estatais trazidos no âmbito da inauguração do Projeto de agricultura irrigada do Rio Formoso em 1979. Com a implantação do empreendimento agrícola, o agronegócio da região do médio Araguaia foi desenvolvido e impulsionado através de modernos sistemas de agricultura irrigada por inundação, que permitiam o plantio durante todo o ano mesmo nos meses de estiagem, que limitam seriamente a produção agrícola daquela região em virtude dos baixíssimos índices pluviométricos que esse período apresenta. Nesse processo, que detalharemos nesta dissertação, o capital passou a se reproduzir em uma região onde historicamente sempre houve entraves as condições mais adequadas para esse processo. Analisando o atual contexto em que ocorre a expansão da agricultura capitalista no campo brasileiro, Oliveira nos lembra que:

A análise da agricultura, especificamente a brasileira, deve ser feita no bojo do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa, sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc., todas necessárias a sua lógica de desenvolvimento (Oliveira, 2001: 40).

Como não poderia deixar de ser, o trabalho de campo teve papel fundamental no desenvolvimento dessa dissertação, pois foram a partir das observações realizadas no campo que se pode comprovar, renegar ou relativizar os assuntos tratados no plano teórico. Particularmente dentro da Geografia Agrária o trabalho de campo é um elemento primordial, pois a maneira com que as classes e os sujeitos sociais se organizam na produção do território nunca são exatamente iguais, revelando sempre características particulares em sua gênese de formação econômica, social e cultural. As próprias contradições resultantes do processo de territorialização do capital assumem características diferenciadas dentro dos sujeitos sociais que estão submetidos a sua lógica, as populações indígenas são um claro exemplo dessa situação. Dessa forma, só existe validade das questões teóricas se elas forem averiguadas in

loco no território, trata-se de uma etapa imprescindível da análise da formação do espaço agrário que não pode em hipótese alguma ser refutada.

Nos oito trabalhos de campo realizadas em diferentes períodos do ano, foram feitas entrevistas quantitativas e qualitativas com os principais sujeitos sociais presentes na região do município de Formoso do Araguaia. Utilizou-se a técnica da filmagem na maioria das entrevistas realizadas, sobretudo aquelas ligadas às principais lideranças dos segmentos sociais ali presentes, como agentes públicos federais e estaduais, agricultores cooperados do Projeto Rio Formoso, lideranças e associações indígenas, camponeses assentados no entorno da Ilha do Bananal (especialmente do assentamento Três Poderes) e políticos locais. Eventualmente, quando algum dos sujeitos sociais não se sentia a vontade com as filmagens das entrevistas, optou-se apenas por registrar as informações em um bloco de notas.

Em campo conhecendo seus sujeitos sociais, pudemos observar os crescentes conflitos gerados pela necessidade do aumento de áreas para a agricultura irrigada no entorno da Ilha do Bananal, que colocam indígenas, camponeses e produtores rurais numa complexa e contraditória rede de relações sociais que compõe o território da região do médio Araguaia. Historicamente, sempre houve naquela região entraves ao processo de ocupação e conseqüentemente à produção e a reprodução ampliada do capital, causados não somente pela grandeza dos recursos naturais existentes nas vastas planícies do Araguaia (distante dos principais centros econômicos do país), mas principalmente, pela existência das comunidades indígenas Javaés e Karajás que sempre procuram defender seu território da invasão anunciada em seus ritos e crenças dos Tori (não-indígenas na língua Iny).

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do dialogo, a superação, que acontece com a vitória, derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. (Fernades, 2008:198).

Os entraves e avanços que se colocam na reprodução do sistema capitalista, seus caminhos e descaminhos sobre modos de produção e sociedade não-capitalistas, causam invariavelmente as mais impensadas contradições, rupturas institucionais, fragmentações e distensões sobre as sociedades envolvidas, materializando essas transformações na construção do território. Nesta pesquisa, considera-se o território como “simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução” (OLIVEIRA, 2001:41).

Segundo esse mesmo autor,

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. (Oliveira, 2001:40).

Buscar compreender como se dá no território o processo particular da luta de classes com seus respectivos sujeitos sociais, se torna de extrema relevância numa análise integrada e profunda a respeito da formação do espaço geográfico. Nesse sentido, é importante trabalhar com os diferentes aspectos sócio-culturais da realidade, que envolvem a busca do entendimento dos anseios e desejos de cada sujeito social presente no território, algo que está sempre se reelaborando de acordo com o contexto histórico, social e territorial em que estão inseridos. O território, a priori, sempre se apresenta como essencialmente móvel, múltiplo, diverso e contraditório, deixado através das marcas das sociedades humanas ao longo de sua história de formação, que é cumulativa e nunca está terminada. Neste processo de formação territorial, “os territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder” (Fernandes, 2008:214).

A primazia do sistema capitalista da produção na região sudoeste do Estado do Tocantins, e sua influencia nos territórios indígena e camponês tem rearranjado a formação territorial de toda aquela região. Para Karl Marx, esse fenômeno está na natureza do próprio sistema capitalista:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre o qual se levanta uma superestrutura jurídica e política (MARX apud OLIVEIRA, 2001:33).

Segundo David Harvey, na produção capitalista do espaço geográfico, “a tendência do capitalismo é estabelecer um conjunto universal de valores, baseado no “trabalho social abstrato”, definido numa escala global. O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca, e em todo o mundo” (Harvey, 2006: 61).

Para Brandão,

O capital busca valorizar-se sem confinamentos regionais/espaciais. Generalizando suas relações, procurando impor e tonar comum sua lógica, circulando seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente, gestando em seu cosmopolitismo um espaço e um mercado uno (Brandão, 2007:72).

O estudo do território da Ilha do Bananal e do seu entorno no município de Formoso do Araguaia, apresenta sujeitos sociais e sociedades em conflito, aonde modos de produção não-capitalistas como o trabalho camponês nos assentamentos de reforma agrária e as sociedades indígenas, são cada vez mais influenciados pelo avanço da agricultura capitalista produtora de grãos. O agronegócio tem buscado continuamente expansão territorial de sua área plantada, acirrando os conflitos territoriais que incluem em seu bojo a delicada lógica de acesso e utilização dos recursos naturais daquela região.

Para Fernandes,

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece devido à contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato devido ao paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultânea e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, completando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (Fernandes, 2008:178).

A chegada nas últimas duas décadas de empresas multinacionais ligadas ao setor de produção de grãos, é mais uma importante etapa do processo de formação do território sob a primazia da reprodução ampliada do capital na região do médio Araguaia. Estas empresas têm aproveitado o enorme potencial produtivo agrícola da região, com grande disponibilidade hídrica e solos hidromórficos de boa qualidade para o plantio irrigado, que permitem o desenvolvimento dos mais variados tipos de semente de soja transgênica e a posterior multiplicação dos grãos. A produção de sementes de soja no Projeto Rio Formoso, tem abastecido os principais pólos produtores dessa cultura agrícola no Brasil como o nordeste do Estado do Mato Grosso, sul do Maranhão, oeste da Bahia e sul do Piauí.

No caso da região pesquisa, o avanço da produção agrícola capitalista tem o agravante de ocorrer no entorno do Parque Nacional do Araguaia (PARNA) e do Parque Indígena do Araguaia (PIA), impactando diretamente o meio ambiente regional, principalmente através do desmatamento e da retirada de enormes volumes de água da bacia dos rios Formoso e Javaés. Não somente a Ilha do Bananal, mas também o seu entorno junto ao município de Formoso do Araguaia estão localizados em áreas de vegetação de várzeas e ipucas*, o médio Araguaia caracteriza-se por ser, sob o aspecto biogeográfico, uma área de transição entre os biomas do Cerrado e da floresta Amazônica de grande importância ambiental e ecológica.

* Tipo de formação vegetal endêmica da região do médio Araguaia, que se caracteriza por se apresentar em fragmentos densos em forma de “ilhas” de vegetação. O termo ipuca, segundo Martins (2002), é de origem Tupi e significa “água arrebatada”, na estiagem das chuvas as ipucas são importantes para a diversificada fauna daquela região, pois normalmente possuem água e umidade em seu solo para o consumo dos animais.

Desde a implantação do Projeto Rio Formoso de agricultura irrigada produtora de grãos em 1980, até a aprovação em outubro de 2012 de novos investimentos da ordem de 100 milhões reais para “revitalização” de sua fronteira agrícola, não somente o processo de formação territorial tem sido profundamente reelaborado sob o domínio da reprodução ampliada do capital, como principalmente as relações sociais e de trabalho que se estabelecem entre os diferentes sujeitos sociais daquela região. Nesse sentido, a perspectiva de novos investimentos públicos milionários com a inclusão da revitalização e expansão da agricultura irrigada no sudoeste do Estado do Tocantins no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), tem ocasionado disputas acirradas entre os sujeitos sociais daquela região. Essa situação tem colocado não somente a agricultura capitalista em conflito com modos de produção não-capitalistas, mas também disputas ligadas a obtenção de investimentos públicos entre os próprios produtores de grãos existentes nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, principais pólos de produção agrícola do entorno da Ilha do Bananal.

Segundo Fernandes,

A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e, conseqüentemente, de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico por meio de uma agricultura científica globalizada (Fernandes, 2008:211).

A análise da formação dialética do território, sua produção e reprodução, passam pela busca da compreensão do movimento contraditório que a valorização econômica proporcionada pelo Estado tem ocasionado no território, através da chamada revitalização do Projeto Rio Formoso.

De acordo com Oliveira,

No mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Neste caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. (...) Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. (Oliveira, 2001:43)

Na região pesquisada, além da tradicional relação de complementaridade entre o trabalho familiar e a moderna agricultura capitalista, incluem-se ainda as comunidades indígenas com suas características culturais próprias e sua paulatina capitalização. A análise dos processos sócio-espaciais de monopolização do território e territorialização do capital se tonam então ainda mais complexas na medida em que se insere o sujeito social do índio.

Historicamente as diversas etnias e comunidades indígenas da região do médio Araguaia, sempre foram um fator de “entrave” a ser superado pelo avanço do capital naquela região.

Descrevendo o processo de avanço do capitalismo sobre sociedades não-capitalistas a partir dos escritos de Marx, David Harvey esclarece que:

A tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não-capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que os utiliza para criar novo espaço para a acumulação do capital. Inicialmente, a simples penetração da forma dinheiro possui uma influencia desagregadora – onde o dinheiro não é comunidade, ele dissolve a comunidade e atrai novos continentes para o metabolismo da circulação. O espaço novo para a acumulação capitalista proporciona mercados virgens para a absorção do que é a tendência permanente à superprodução de mercadoria sob o capitalismo (Marx, 1973: 224 apud Harvey, 2004: 56).

Entender os fenômenos relacionados à produção do espaço dentro de uma análise dialética, passa seguramente em considerar, que as mudanças nas relações sociais resultantes das novas relações econômicas se encontram representadas no território. Esse processo é marcado pelas diferentes contradições advindas do próprio modo de produção capitalista, inclusive em seu processo de desenvolvimento de liames, subordinação ou ruptura com outros modos de produção. Desta forma, no processo de elaboração desta pesquisa procurou-se compreender as nuances da forma com que ocorre a formação territorial, sem se esquecer de identificar a luta de classes como elemento fundamental na análise geográfica.

São as relações sociais de produção e a lógica continua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *apriori*, mas a continua luta da sociedade pela socialização da natureza (...). O território é assim efeito material da luta de classes. (Oliveira, 2001:41).

O resultado da existência de um cenário em que diversos sujeitos sociais estão atuando de forma ativa na construção do território é de um lado a possibilidade de uma leitura rica e diversificada do espaço geográfico, e de outro a dificuldade em se delimitar e estabelecer as relações e escalas da análises adequadas daquela complexa formação territorial. A priori, devemos considerar que, a própria compreensão do conceito de território, já possui uma representação conceitual bem diferenciada entre os sujeitos sociais que estão envolvidos naquela área. Para Bispo, “a territorialidade está relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra, se organizam e dão significado ao lugar. Assim, quando diferentes territorialidades se encontram em um determinado território surgem os conflitos” (Bispo, 2012: 23).

Como se sabe, a concepção indígena de território tem em seu bojo fortemente o aspecto simbólico e religioso em sua representação de existência dentro do território. Habitantes nativos da região do médio Araguaia, “comprovadamente desde pelo menos 1600”

(TORAL, 1992: 43), essas populações, seu modo de produção e seu território da Ilha do Bananal apresentam-se cada vez mais como um entrave a expansão do território produzido pela agricultura capitalista, que necessita se expandir.

Para Marx,

O capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo [...] Quanto mais desenvolvido o capital, mais esse capital esforça-se, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e a uma anulação do espaço pelo tempo (Marx, 1973 apud Havey, 2006:49).

A busca de entendimento dos processos que levam a primazia determinados modos de produção, de determinadas classes ou sujeitos sociais na produção do território, passa especialmente na região pesquisada, por uma análise abrangente que evite tanto a segmentação específica de áreas restritas do conhecimento (perdendo-se a noção dos processos sociais, espaciais e econômicos mais relevantes); quanto o engessamento de situações teóricas que sejam levadas a verdades absolutas imobilizando a análise do território, que sempre é particular. Faz-se necessária então, uma reflexão profunda a respeito da realidade observada no campo, tendo como suporte os adequados pressupostos teóricos e metodológicos de forma a se evitar as generalizações ou idealizações no processo de análise da formação territorial.

**CAPÍTULO 2 - A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA
REGIÃO DO MÉDIO ARAGUAIA, DO BRASIL
COLÔNIA AOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO DO SÉCULO XX.**

CAPÍTULO 2 - A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO MÉDIO ARAGUAIA, DO BRASIL COLÔNIA AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SÉCULO XX.

2.1 - O médio Araguaia e as incursões dos bandeirantes no período colonial

O povoamento e a própria presença do Estado sempre foram enormes desafios encontrados pelos poderes centrais brasileiros em diferentes períodos da história na região do médio Araguaia. Além da reconhecida fragilidade econômica da antiga capitania de Goyás, desmembrada da imensa capitania de São Paulo em 1749, poderíamos citar outros fatores que contribuíram para as dificuldades de colonização na região como: o grande distanciamento dos maiores centros populacionais e econômicos do país seja ao norte ou a sul, a difícil navegação pelo rio Araguaia que apresentava diversos trechos encachoeirados além de ser extremamente longo e, principalmente, a presença de diversas etnias indígenas como Javaés, Karajás, Avá-Canoeiros, Xavantes, Xambioás e Xerentes, que no período colonial e imperial freqüentemente atacavam os navegadores que tentavam estabelecer rotas comerciais pelos rios Araguaia, Tocantins e seus afluentes.

O bandeirismo paulista foi responsável pelas primeiras incursões na região, sobretudo durante os séculos XVI, XVII e XVIII. No começo do século XVII os paulistas já sabiam da existência de uma imensa lagoa denominada Lagoa de Paraupeva que pertencia ao rio Paraupeva, sendo a primeira a Ilha do Bananal e o segundo o Rio Araguaia. Pelos indígenas, a Ilha do Bananal sempre foi chamada de “yny Lona (o lugar de onde surgiram os iny) ou ijata olona, lugar onde surgiram as bananas pelos indígenas” (...). “A bandeira liderada por André Fernandes que ocorreu entre os anos de 1613 e 1615 e descreveu a existência da grande Ilha de Paraubeva que era habitada pelos índios Caraiúnas ou Carajaúnas” (Rodrigues, 2008:110).

As bandeiras no médio Araguaia tinham como objetivos principais o reconhecimento daquele território e a captura de indígenas para trabalho escravo, que diferentemente de outras regiões do Brasil como o litoral, gozavam de relativo controle territorial de sua região naquele período histórico. A partir das diversas bandeiras que se sucedem no século XVII, a história oficial do Estado de Goiás escrita pelo historiador Alencastre (Alencastre, 1864 apud Rodrigues, 2008: 112) nos revela que nos anos de 1665, 1668, 1670, 1671 e 1674, são estabelecidos os primeiros contatos mais frequentes entre brancos e índios, ocorrendo ora de forma amigável através de escambos, ora de forma extremamente violenta com ataques de ambos os lados.

Para Moraes (2000), a função dos bandeirantes durante o período colonial brasileiro não se limitava a exploração de novos espaços e a recrutação de mão-de-obra para o trabalho escravo. Para esse autor, mais do que isso, a função principal seria formar as bases de novos padrões de relações sociais e econômicas, fundamentais para o desenvolvimento da colônia e a consolidação do modelo social e religioso dominante.

Na primeira fase da colonização do Brasil ocorre a materialização de formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura social, os quais são responsáveis pela constituição de um território através de um processo cumulativo em continuo movimento. O bandeirante torna-se, portanto, o principal fator nesse processo, integrando dialeticamente uma função na formação territorial brasileira de apropriador dos espaços e estabelecedor de um novo padrão de relações sócio-econômicas. (Moraes, 2000:18).

Outra frente importante de penetração e exploração daquele território nesse período foram às frentes missionárias jesuítas. Ao contrário dos bandeirantes, os jesuítas chegavam ao médio Araguaia vindos da cidade de Belém do Pará desbravando a floresta amazônica em direção ao Brasil central. Segundo Rodrigues, Padre Tomé Ribeiro teria chegado aos Karajá ainda em 1658, descrevendo esses indígenas como hostis ao contato com a civilização como relatado pelo missionário. “Não posso de deixar de referir o que sucedeu no sertão com os Carajás. Iam eles com 25 canoas bem armados com seus arcos e flechas e outras armas de guerra. Apenas viram chegar os Portugueses, empunharam as armas, e puseram as canoas em posição de guerra”(Rodrigues, 2008: 114).

Para Doles, essas primeiras incursões do colonizador na região do médio Araguaia “estão longe de representar uma fase de fixação e colonização, constituindo em realidade expedições de reconhecimento de possibilidades econômicas da região através de amostragens de ouro e de apresamento de índios” (Doles, 1973:27). A autora enfatiza que mesmo no caso das missões jesuíticas não havia o desejo de fixação no território goiano, mas sim “arrebanhar” índios para a catequese.

A partir da segunda década do século XVIII, com a descoberta definitiva de minas auríferas em Goiás ocorre um novo alento econômico na capitania, o que propiciou um maior afluxo populacional também verificado nas margens do rio Araguaia em seu médio curso. Entre os anos de 1730 e 1750, são fundados inúmeros “arraiais” como forma de melhor ocupar as terras e facilitar o processo de colonização. Doles, alerta, entretanto que “os núcleos de povoamento, representados pelos arraiais constituir-se-ão em concentrações isoladas, cercadas por imensos desertos humanos” (Doles, 1973:28). Nesse período, quase a totalidade da mão-de-obra empregada na capitania se destinava a mineração, vindo bem atrás às atividades da agricultura e da pecuária. O comércio era quase que totalmente interno

fundamentado na importação de gêneros de primeira necessidade que eram comprados de outras capitanias, já que o comércio direto com o exterior era proibido pela coroa portuguesa.

A partir da segunda metade do século XVIII, a atividade mineradora passa a entrar em franco declínio na capitania de Goiás, de forma que as margens dos principais rios vão sofrendo “progressivo esvaziamento e os arraiais disseminados pelas suas áreas vão se atrofiando, a vida ruraliza-se e as populações regridem em condições de vida” (Doles, 1973: 36). Ciente dessa situação, o governo colonial adotou medidas com o intuito de promover a agricultura, a pecuária e a navegação nos rios Araguaia e Tocantins. Para atingir esses objetivos, adotou-se a estratégia militar de construção de presídios, que significariam a conquista de novos espaços territoriais através da força nas principais bacias hidrográficas brasileiras, sobretudo na região centro-norte do país.

O projeto de construção de presídios era entendido naquele período como conquista de território e expansão de fronteira, ou seja, parte do processo de povoamento, defesa e apoio aos navegantes que se aventuravam nos rios brasileiros. “Somente na capitania de Goiás foram construídos 21 presídios entre os séculos XVIII e XIX” (Doles, 1973:38). Esses presídios eram “mantidos e desenvolvidos à custa do trabalho de pessoas ociosas e “desclassificadas”, ou seja, principalmente índios, negros e mestiços. Em muitos desses núcleos de colonização portuguesa, viviam gentios catequizados e pacíficos, e era frequente possuírem campos de lavoura cultivados pelos criminosos e desocupados”(Carvalho e Cavalcante, 2009:6). Especificamente na Ilha do Bananal, os projetos de núcleos militares de colonização foram todos fracassados, como o presídio de Nova Beira que teve curta duração. Segundo Rodrigues (2008), a extinção desses presídios no médio Araguaia acabou “dificultando a navegação pelo Araguaia, o que já era uma empreitada complicada em razão dos ataques indígenas, dos altos custos, da imensa distância em relação a Belém e das cachoeiras a jusante” (Rodrigues, 2008:120).

Quando finalmente a navegação entre Goiás e Pará foi liberada oficialmente pela coroa em 1792, após mais de 50 anos de proibição, os navegantes que se aventuravam na travessia do médio Araguaia passaram a reclamar ainda mais dos constantes ataques e das dificuldades em se estabelecer rotas comerciais na região, já que muitos dos antigos núcleos de apoio não mais existiam, o que os tornavam em alvos potenciais de ataques dos indígenas. Como afirmou Cunha Mattos: “o rio Araguaia(...) está infestado de índios Carajás” e lamentava que as aldeias Karajá e Javaés nomeadas pelas autoridades locais em 1775, algumas tendo servido de fonte de mantimentos para os navegantes, já quase não eram mais frequentadas por moradores da província e que tudo caíu em desprezo” (Rodrigues, 2008:

122). Dessa forma, ao contrário do que havia ocorrido com o sul da capitania goiana, os índios do norte eram para as autoridades da época, um dos principais empecilhos às comunicações fluviais e a colonização da região. Como argumenta Doles:

Tanto assim que, impotente para dominar aos grupos mais temíveis, o governo real, em instruções contidas na carta régia de 5 de setembro de 1811, reitera a necessidade de pacificar os carajá, apinagé, xavante, cherente e canoeiro, mas dizia também que se tal não fosse possível, a guerra seria legal, pois “não resta presente outro partido a seguir se não intimidá-los, e até destruí-los, se necessário for, para evitar os danos que causam”(Doles, 1973:35).

Além dos ataques, outros fatores que dificultavam a navegação e um maior povoamento da região eram “as privações sofridas em decorrência do despovoamento, conseqüente à falta de centros abastecedores, aninhavam-se as doenças gastrointestinais, as violentas febres que não poupavam as tripulações, a precariedade dos socorros” (Doles, 1973:45). Diante das imensas dificuldades encontradas, passaram a se organizar muitas vezes expedições comerciais com escoltas militares a fim de repelir possíveis ataques indígenas.

A fragilidade econômica da capitania de Goiás se acentuou muito com a decadência da mineração e não foi revigorada através da política de implantação de núcleos de colonização militares, fazendo com que especialmente a parte norte da fronteira da colonização se encontrasse incompleta, diante de um vasto território perigosamente ocupado por inúmeras tribos indígenas de diferentes etnias. Nesse período ocorreu nos dizeres de Doles, “um progressivo isolacionismo da capitania, cujos reflexos se estenderão ao longo do século 19” (Doles, 1973: 48).

Num cenário de poucas mudanças econômicas e sociais desde o período colonial, Rodrigues apresenta o seguinte quadro da região do médio Araguaia na década de 50 do século XIX:

Havia um grande contraste entre o tamanho da população indígena, em número muito maior, apesar de séculos de relações violentas com os colonizadores, e a reduzida população de não-índios, cujas tímidas frentes agropecuárias utilizavam-se dos presídios e aldeamentos como pontos de partida para as regiões adjacentes (Rodrigues, 2008: 131).

A fundação e decadência tanto de presídios como de aldeamentos durante os séculos XVIII e XIX, revelava na verdade um processo de intervenção militar, resistência e conflitos entre as populações indígenas e o colonizador, numa tomada e retomada constante do território, custando milhares de vidas especialmente indígenas. Em meio a esse processo, a Província de Goiás pouco evoluía em setores básicos de sua vida econômica e social, pois continuava com o péssimo estado das vias de comunicação terrestre e fluvial, o que impedia o desenvolvimento de uma agricultura mais vigorosa, estagnando sua economia. Desta forma, devido às conjunturas econômicas e sociais, pouco a pouco a pecuária passa a ser a atividade

econômica mais praticada na região do médio Araguaia, refletindo muito mais uma falta de alternativa de obtenção de renda, do que propriamente a conquista de lucros por parte desta atividade econômica.

2.2. A implantação da navegação a vapor no Rio Araguaia

O processo de isolamento econômico e social do norte de Goiás seria parcialmente quebrado com a implantação da navegação a vapor no Rio Araguaia ocorrido no ano de 1870. Esse importante feito ligaria a bacia Araguaia-Tocantins à cidade de Belém do Pará, “reativando o comércio fluvial através do estabelecimento de uma companhia mercantil de capital misto, em grande parte subsidiada pelo governo Imperial” (Doles, 1973:41). Sob este período, Carvalho e Calvancante complementam que:

Após a instalação da companhia, verificou-se um incremento em todos os setores dos povoados ribeirinhos. Em face disto, o contato dos moradores com os viajantes, que por ali passavam e se hospedavam, tornou-se mais acentuado. A implantação da companhia foi um elo propulsor do aumento do fluxo migratório e do desenvolvimento econômico dos presídios militares (Carvalho e Cavalcanti, 2009:10).

A implantação da navegação a vapor a época representava um altíssimo investimento por parte do governo imperial, já que poucas eram as localidades ante o vasto território brasileiro que gozavam desse moderno serviço de transporte, o que indicava as preocupações por uma presença mais efetiva do governo na região do médio Araguaia. A magnitude desse feito se expressa nos dizeres da época do governo imperial: “E no Araguaia, num rochedo na cachoeira grande, em língua Tupi foi escrito: Sob as auspícios do Sr. D. Pedro II passou um vapor e veio chamar a civilização os esplendidos sertões do Araguaia” (Doles, 1973: 92).

Por diversas vezes anteriormente, os governos colonial e imperial haviam negado os pedidos de investimento por parte da capitania e da Província, que seriam necessários para a viabilização da navegação através de investimentos em infraestrutura, com o objetivo de eliminar os obstáculos naturais que dificultavam a navegação nos trechos encachoeirados do rio Araguaia. Tais governos, com olhos quase que somente para o litoral, negavam os recursos que seriam muito altos em face da baixa produtividade de gêneros exportáveis que existiam nas planícies alagáveis do médio Araguaia. Como parte do mesmo conjunto de políticas de estímulo ao povoamento dos sertões do Araguaia e do Tocantins, procurou-se atrair a vinda e estabelecimento de produtores agrícolas nas margens dos rios, através da “concessão de terras aos que se estabelecessem nas margens do Tocantins e Araguaia dentro do prazo de dez anos”

(Doles, 1973:105). Ainda no ano de 1871, outra medida importante como parte do processo de ocupação da região, foi à inauguração do colégio Santa Isabel na Ilha do Bananal:

Objetivando a preparação da criança indígena para a prática de atividades técnicas de navegação e como interprete entre seus companheiros e o elemento branco, Dr. Couto de Magalhães auxiliado por missionários criaria o colégio Santa Isabel [...], dois anos depois aquele estabelecimento já apresentava alguns resultados visíveis no tocante a civilização indígena na região (Doles, 1973:110).

Fato historicamente muito importante nesse período foi à expedição oficial que participou o naturalista André Rebouças, quando sugeriu ao governo Imperial à criação de um Parque Nacional na Ilha do Bananal no ano de 1876. Era nesse sentido, uma das primeiras áreas do território nacional a serem requisitadas para esse fim. Influenciado pela realidade norte-americana que havia conhecido em seus estudos, Rebouças sugeriu a demarcação do Parque sem mencionar, contudo a existência de populações indígenas naquela área, dentro a visão da natureza como algo intocado que predominava no modelo dos Parques ambientais daquela época. Entretanto, apesar da sugestão ao governo Imperial o Parque não foi implantado naquele momento, não era uma política pública na qual se praticava no Brasil, já que o primeiro Parque Nacional brasileiro foi demarcado somente no ano de 1937 no município da Itatiaia/RJ.

Não obstante aos progressos econômicos que a navegação trouxe, os custos de uma viagem tão longa sempre tornaram necessária a existência de subsídios por parte do governo Imperial, para as diferentes companhias de navegação que administraram esse trajeto. A quase que permanente fragilidade econômica goiana, que pouco crescia suas exportações, foi desestimulando os investimentos na manutenção do transporte e comércio no Araguaia, por parte do já combalido governo Imperial. Foram tentadas iniciativas de investimento com os capitalistas locais, mas não havia companhias interessadas, de forma que as atividades foram suspensas.

No tocante à navegação do Araguaia, não houve resultado concreto e em primeiro de Julho de 1888, o trânsito por aquela via foi susgado, o que leva à conclusão que face às perspectivas pouco animadoras comparadas aos elevados gastos que seriam necessários a Goyás Mining Company teria se desinteressado pela concessão (Doles, 1973:137).

Havia também, outros fatores importantes que devem ser considerados como limitantes ao desenvolvimento da navegação e a conseqüente exploração daquele território que não devem ser desconsiderados. Nesse sentido, devemos destacar os inúmeros obstáculos naturais que tornavam as viagens onerosas tanto economicamente como em recursos humanos, pois o longo trajeto trazia enormes dificuldades para as tripulações, o que se revelava no elevado índice de mortalidade entre os navegantes. Descrevendo as endemias da época encontradas naquela região, o Dr. Couto Magalhães faz um relato dramático:

Quanto a salubridade, não conheço, entre todos os lugares que tenho viajado (e não foi pouco), um onde se reúnam tantas moléstias graves. Quase que se pode asseverar que não existe aqui um só homem são. A mielite, a hidropisia, a hipertrofia do coração, os aneurismas, a lepra em três espécies diferentes, a tísica, as pneumonias, as febres paludosas, o raquitismo e idiotismo, o bócio, a sífilis, e, sobretudo, as inflamações crônicas de estomago, fígado e intestino, ou dizimam anualmente a população, ou enfraquecem e a enervam, de modo que, reproduzindo uma frase verdadeira e melancólica do finado Bispo, pode dizer-se – que aqui se escoia a vida, gemendo constantemente (Magalhães, 1957:44 apud Carvalho e Cavalcanti, 2009:13).

Outro aspecto fundamental que marca a história do processo de ocupação territorial da região do médio Araguaia é o fim da política de construção de núcleos de colonização militar, depois de mais de 130 anos de adoção desse tipo de política pública pelos diferentes governos que se sucederam ao longo do período colonial e do período Imperial. Tanto a decadência da navegação como o fim da política de colonização militar, fazem parte de um mesmo processo que revela novas conjunturas sociais, políticas e econômicas, refletindo toda a turbulência da transição do período imperial para o período republicano. No tocante a Ilha do Bananal, houve uma decadência generalizada dos presídios e aldeamentos de catequese indígena de forma que, “todos os presídios do médio Araguaia estavam reduzidos a ruínas em 1901. Um relatório de 1904 informa sobre o fim da catequese patrocinada pelo Estado em Goiás, tendo sido suprimida a verba consignada pela União para esse fim” (Rodrigues, 2008:135).

2.3. A região do Médio Araguaia no início do século XX

A região do médio Araguaia entra nas primeiras décadas do século XX num processo de ruralização, na medida em que o isolamento econômico, político e social havia se acentuado, sobretudo em virtude da paralisação do transporte fluvial que tinha surgido com a promessa de grandes benefícios sociais e econômicos, que a região na realidade ainda não havia ainda experimentado. Os povoados ribeirinhos foram em sua maioria extintos, já que as rotas comerciais que alimentavam essas vilas não mais existiam. Tal processo de isolacionismo visto nas duas primeiras décadas do século 20, só seria quebrado ainda que de forma parcial a partir do ano de 1930 com a vinda contínua de pecuaristas especialmente de estados do norte e do nordeste do Brasil.

Houve em consequência do fim das rotas comerciais fluviais, uma diminuição do contato das tribos que ocupavam as margens do Araguaia com populações não-índias, o que propiciou um maior isolamento nesse período histórico das comunidades indígenas Karajás, que vivem na parte ocidental da Ilha do Bananal. Entretanto, nas três primeiras décadas do século 20, contrariamente o que ocorria com os Karajá, aconteceu um contato mais intenso

dos índios da etnia Javaés que habitavam a parte oriental da ilha com não-índios, especialmente com posseiros e garimpeiros. Essas pessoas se instalavam junto aos rios Javaés, Formoso e seus afluentes, onde hoje se localizam os municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Dueré, para a exploração de minérios no início do ciclo de mineração que ocorreu nesses municípios.

Nas primeiras décadas do século 20, teve início um contato cada vez mais intenso dos Javaés com a população regional, através de mineradores em busca de cristal de rocha, criadores de gado de origem predominantemente do Maranhão, Piauí e Goiás, que começaram a penetrar a Ilha do Bananal, e pescadores e caçadores de pele, em especial a de jacaré. A atividade mineradora trouxe um pequeno surto de desenvolvimento à região, entrando em decadência logo depois e sendo substituída pela pecuária (Rodrigues, 2008:145).

Com a decadência desse novo ciclo minerador que ocorreu nos municípios que estão localizados na parte oriental, favoreceu-se a expansão da atividade da pecuária como dominante na economia regional, praticada por posseiros e latifundiários que ocupavam de forma dispersa toda aquela região.

A partir da década de 30, as terras da Ilha do Bananal começaram a ser procuradas por criadores de gado bovino da região, devido à alta qualidade das pastagens naturais da Ilha. Paralelamente as terras situadas na margem oriental do rio Javaés, parte do interflúvio Tocantins-Araguaia, foram cobiçadas por mineradores em busca de cristal de rocha as cidades de Cristalândia, Pium, Dueré e Formoso do Araguaia que estão entre as mais importantes da área de influência do rio Javaés, foram fundadas na metade do século no auge da mineração (Rodrigues, 1993: 26 apud Plano de Manejo, 2001:62).

A expansão da pecuária e o início das atividades mineradoras junto aos rios Javaés, Formoso e seus afluentes, marcam então o início do século 20 na região do médio Araguaia como as principais atividades econômicas que ocorriam naquela área. Nesse sentido, deve-se destacar que a atividade da mineração ocorria em áreas restritas de embasamentos cristalinos localizadas nos municípios próximos ao rio Javaés e seus afluentes, possuía então um caráter secundário se comparada à atividade econômica da pecuária, que ocupava vastos espaços se valendo das condições naturais propícias as criações bovinas.

A descoberta de cristal de rocha propiciou a fundação de vilarejos na região leste do rio Javaés, cuja população, com o fim da mineração, passou a viver majoritariamente da agropecuária. A atual cidade de Cristalândia, com cerca de 7.000 habitantes, surgiu na região em que um grupo de garimpeiros descobriu grandes jazidas de cristal de rocha em 1939, fundando o povoado da Chapada, que em 1953 seria batizado de Cristalândia e se tornaria o centro de um município emancipado do grande e antigo município de Porto Nacional (Rodrigues, 2008: 145).

Nas margens do Araguaia na parte ocidental da Ilha do Bananal, a atividade econômica da pecuária também dominava a paisagem naquela região, estando ligada a vinda de populações especialmente da região nordeste e a fundação da maioria dos municípios, como descreveu o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia (PARNA). “Precisamente em 1934 uma expedição comandada pelos fazendeiros Lucio da Luz e

Severino Neves, representantes do coronelismo nordestino, fundou o povoado de Mato Verde, atual Luciara - MT. Severino Neves, após desentendimento com Lucio da Luz, instalou seu rebanho 104 km rio acima, onde hoje se encontra a sede de São Felix do Araguaia” (Plano de Manejo, 2001:61).

Aspecto muito importante, que marca o processo de ocupação da região do médio Araguaia no início do século 20, foi à instalação de postos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) dentro da Ilha do Bananal, fundado na aldeia Karajá de Santa Isabel em 1927. Na política indigenista praticada naquela época, buscava-se integrar o índio a “civilização brasileira”.

Com o aumento dos interesses comerciais na região, a presença indígena passou a ser considerada como um fator de entrave econômico, visto ocuparem áreas de relevante interesse para a economia nacional. Procurando solucionar a questão indígena, as idéias de integracionismo das nações indígenas ganharam força (...) O Serviço de Proteção ao Índio/SPI, ligado à administração federal da Republica Federativa do Brasil, passou a cuidar da política de tutelar as populações indígenas no país. Cabe ressaltar que a política indigenista da época, assim como os bandeirantes e demais migrantes que foram para a região da Ilha do Bananal, não respeitavam a diversidade cultural do país e buscava inserir os índios na economia nacional como mão-de-obra barata, ou mesmo não remunerada. A escravização do tempo dos bandeirantes ficou camuflada sobre a bandeira da integração dos índios na sociedade brasileira, encampada pelo SPI (Plano de Manejo, 2001:61).

O maior contato dos índios com a população branca expôs essas populações a contração de diversos tipos de doenças como “surto de malária, catapora, tuberculose, doenças venéreas e gripe” (Toral, 1999:15). Os estudos antropológicos demonstram uma redução significativa no número de indígenas em todas as aldeias existentes na Ilha do Bananal no início do século 20. “As epidemias entre os Javaés começaram antes dos anos 40, possivelmente através do contato com uma equipe de funcionários do SPI por meio das visitas dos Javaés ao posto da SPI da aldeia de Santa Isabel” (Rodrigues, 2008:147).

Apesar do maior contato que ocorreu entre as comunidades indígenas e o colonizador branco nas três primeiras décadas do século 20, a região do médio Araguaia encontrava-se ainda pouco ligada com a economia e a sociedade nacional naquele período. A fragilidade econômica do norte goiano, com pequena produção de produtos agrícolas exportáveis, evidenciava uma situação que pouco havia mudado desde o período Imperial, ainda que breves surtos de desenvolvimento econômico tenham ocorrido principalmente quando a navegação à vapor esteve ativa. Desta forma, tanto os garimpeiros como os pecuaristas que chegaram à região nas primeiras décadas do século XX, vinham através de movimentos migratórios “espontâneos”, ou seja, eram muito mais investidas de cunho individual em busca de novas terras, do que qualquer política pública mais significativa de migração e colonização. Esse processo foi estimulado, sobretudo a partir da construção de Goiânia em

1930, onde se irradiou um novo centro urbano regional de grande importância, que estimulou não somente um maior afluxo migratório, mas, sobretudo o avanço das forças produtivas capitalistas na agricultura do Estado de Goiás.

2.4. A Fundação Brasil Central (FBC) e os projetos de desenvolvimento

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), tem início um novo período histórico no que se refere a sua política de ocupação territorial das áreas centrais do país e o tratamento dado às populações indígenas, que são “elevadas” pelo governo Getúlio Vargas a símbolo nacional. “O Estado Novo foi marcado pela centralização do poder federal na economia e na sociedade e por um programa nacionalista” (Garfield, 2000:2). Desta forma, havia “um esforço direcionado à consolidação do Estado e do seu papel pedagógico na construção da nacionalidade” (Galvão, 2011:6). Com um projeto estatal ambíguo, os índios seriam defendidos no discurso de Vargas por conterem as verdadeiras raízes brasileiras e, ao mesmo tempo o SPI “iria doutrinar os índios, fazendo-os compreender a necessidade do trabalho” (Garfield, 2000:3).

Como parte da política nacionalista da época, que se afluía não só pela natureza do governo populista de Vargas, mas também em consequência da ocorrência em plano internacional da segunda guerra mundial, foi instituída e amplamente divulgada na imprensa a chamada “marcha para o oeste”. Esta campanha era, “dotada de claro conteúdo ideológico, no sentido de justificação do novo regime. Associou-se a ela uma série de medidas tomadas com vistas ao povoamento, à ocupação econômica e à modernização sócio-cultural das regiões Amazônica e Brasil Central, principalmente desta última. Entre as medidas, a de maior repercussão foi à criação da Fundação Brasil Central – FBC, em 1943” (Maciel, 2011:3).

Em seu discurso a época, o Presidente da República Getúlio Vargas enfatizava a importância da “marcha para o Oeste” para a sociedade brasileira:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (Vargas, 1938, p.124 apud Galvão, 2011:1).

Segundo Galvão, a “marcha para o Oeste” pode ser caracterizada como, “um projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico. Visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais

desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da Nação” (Galvão, 2011:2). Nesse sentido, para o governo Vargas a incorporação de novos territórios a economia e a sociedade nacional, “acabaria por proporcionar um impulso no desenvolvimento do nacionalismo, na medida em que incentivava o fascínio pelo nosso habitat e pela exuberância da nossa natureza, isto é, pelas —nossas riquezas autênticas” (Galvão op.cit).

Na Ilha do Bananal houve a instalação do posto da SPI na aldeia Karajá de Santa Isabel, que teve suas atividades interrompidas entre 1931 e 1939, “por causa de turbulências políticas relacionadas ao Estado Novo” (Rodrigues, 2008:148), e foi posteriormente reinaugurado quando articulou a visita de Vargas em 1940, dentro dos propósitos da construção ideológica da identidade nacional.

Em agosto de 1940, o presidente Getúlio Vargas visitou a aldeia de índios Karajá na Ilha do Bananal, no Brasil Central. Foi o primeiro presidente brasileiro a visitar uma área indígena, ou o Oeste na nação nesse sentido. Três anos antes ele havia dissolvido o congresso e abolido os partidos políticos, proclamando um Estado Novo compromissado com o desenvolvimento e a integração nacional. Como parte do projeto multifacetado da construção de um Brasil novo – mais independente economicamente, mais integrado politicamente e socialmente mais unificado, Vargas voltou-se para o valor simbólico dos aborígenes (Garfield, 2000:2).

A implantação da Fundação Brasil Central instrumentalizou a “marcha para o oeste”, funcionando entre os anos de 1943 a 1966, sendo substituída no governo militar pela Superintendência do desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) e pela Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Seus objetivos eram “catalisar recursos e preparar uma estrutura logística para o desenvolvimento do capital que não menosprezava a vocação agropecuária, em especial do rio Araguaia, povoada de gado” (Lima Filho, 1998: 34 apud Plano de Manejo, 2001:62). Segundo Maciel, a FBC foi instituída com a finalidade de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central Ocidental” (Maciel, 2011: 4). Possuía uma atuação em diferentes áreas da economia como infraestrutura, Transportes, logística e agropecuária.

Na região do médio Araguaia houve uma série de medidas foram adotadas pela FBC com o intuito de integrar e colonizar aquele território, como: abertura de estradas, pistas de aviões, incentivo a pecuária, construção e emancipação política de diversos municípios. Fator histórico marcante nesse período foi à expedição Roncador – Xingu, que marcaria a escolha da bacia hidrográfica do Araguaia como ponto fundamental no processo de interiorização do país, como descreve Rodrigues:

A FBC foi responsável pela estrutura de apoio de da Expedição Roncador – Xingu, que partiu em 1943 de Aragarças (antiga Barra Goiana), nas margens do Araguaia, rumo ao rio das Mortes e à Serra do Roncador, abrindo caminho para a colonização efetiva da região. A expedição, comandada pelos irmãos Villas-Bôas, teve continuidade por toda a década de 40, transformando-se na expedição Xingu – Tapajós nos anos 50. A equipe de vanguarda da colonização executou a abertura de estradas e campos

de pouso de aviões que deram origem a núcleos de povoação, além de estabelecer o contato definitivo com os grupos indígenas (Rodrigues, 2008:156).

Como parte da política indigenista para a ocupação da Ilha do Bananal, em concordância com os propósitos estabelecidos para a colonização e integração das sociedades indígenas, o arrendamento de terras para a pecuária foi pela primeira vez oficializada como política pública naquele território.

Os postos da SPI/FBC passaram a administrar o uso do gado dentro da Ilha do Bananal, através da constituição de fazendas e da contratação de vaqueiros (não-índios). Tendo em vista serem as terras da Ilha do Bananal “áreas da marinha”, terras da União, o SPI passou a arrendar as terras da Ilha do Bananal para a entrada de rebanhos bovinos de propriedade de terceiros, com a cobrança de taxas (por cabeça de gado e colocação de arame farpado). Tal política facilitou o assentamento, mesmo que sazonal, de famílias envolvidas com a lida do gado, colocação de roças de toco e abertura de pastagens, através da queimada. Este contexto gerou a categoria social de “retiros” e “retireiros”, usufrutuários temporários e limiars da Ilha do Bananal, arrendatários de pastagens e aguadas (Plano de Manejo, 2001:62).

Segundo Rodrigues, na década de 50 “aumentou a penetração de frentes pastoris e agrícolas no médio Araguaia, em ambas as margens, tanto em função da “pacificação” dos Xavante como em virtude dos efeitos da Marcha para o Oeste” (Rodrigues, 2008:160). Nos anos 50, apesar das rotas comerciais oficiais ainda não ter sido retomadas, “chegavam à região, quase todos os dias famílias pobres de sertanejos goianos, expulsos de sua terra de origem, em busca de acolhimento nas margens do Araguaia” (Aureli, 1963 apud Rodrigues, 2008:161). Nesse período, a chegada de posseiros e sua instalação mesmo no interior da Ilha do Bananal se tornava cada vez mais comum. O sul do Estado de Goiás apresentava uma maior ocupação e exploração econômica, o que expulsou muitos camponeses desses locais e os fez migrarem para áreas menos ocupadas, como era o caso da região norte do Estado de Goiás.

A década de 50 do século XX marca também o aumento da chegada dos garimpeiros especialmente nos municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Cristalândia, que migravam dos estados do Maranhão, Piauí, e do Pará, atraídos pelo novo surto de mineração que ocorria em pontos isolados dos municípios citados. O garimpo na região havia se iniciado em uma pequena mina onde hoje se localiza o centro urbano da cidade de Formoso do Araguaia.

O garimpo deu origem a um pequeno povoado, que se transformou na atual cidade de Formoso do Araguaia. Na época da extração do cristal, o vilarejo vivia em meio à violência, sem conhecer a justiça. Mandavam os mais valentes e os mais corajosos. Os homicídios eram rotina em Formoso ostenta ainda hoje um cemitério de vítimas da violência praticada na época do garimpo (Barbosa, 1996:22).

O contato que se passava a ficar cada vez mais próximo entre as comunidades indígenas e não-índios trazia uma série de problemas, na medida em que aumentava continuamente a ocupação não somente dentro da Ilha do Bananal, mas, sobretudo em seu

entorno. Isso fazia com o que o território indígena outrora relativamente estável, estivesse cada vez mais ameaçado pela vinda de grandes pecuaristas, posseiros e garimpeiros.

2.5. A transformação da Ilha do Bananal em Parque Nacional e a "Operação Bananal"

Desde seu estabelecimento no governo Vargas, passando pelos governos que se sucederam e chegando ao governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), a “marcha para o oeste” constituiu uma política de estado que sempre contou com grande apoio político para sua execução, embora tenha havido períodos de maior ou menor atuação da FBC, seus trabalhos ocorreram de forma ininterrupta entre os anos de 1943 a 1967. O governo JK através da construção de Brasília e da série de políticas públicas adotadas com vistas à integração nacional e desenvolvimento econômico, talvez seja o melhor exemplo que comprova a importância política que as ações da FBC assumiram naquele momento histórico do país.

A região do médio Araguaia foi considerada como estratégica por parte do governo JK para o processo de integração nacional, por isso mereceu uma política de governo específica para a área. A chamada “Operação Bananal” deveria desenvolver economicamente aquela região, através de diferentes áreas de atuação do governo, que incluíam: o estímulo à agropecuária, ao turismo, ao transporte fluvial, a incorporação dos índios a sociedade brasileira e a preservação do meio ambiente através da transformação da Ilha do Bananal em Parque Nacional de preservação ambiental. Segundo o plano de manejo do Parque Nacional do Araguaia (PARNA), “a Operação Bananal visou transformar a Ilha do Bananal num centro fornecedor de desenvolvimento no vale do Araguaia com vistas a povoar a Amazônia” (Plano de Manejo, 2001:63).

Em seu pronunciamento Juscelino Kubitschek explica de forma clara a importância da “Operação Bananal” para o seu governo:

O meu ponto de vista em relação à Ilha do Bananal era simples e objetivo. Tratava-se de um impulso a mais, na direção da fronteira ocidental. Para que esse alvo fosse atingido, seria necessário transformar a ilha em Parque Nacional. O parque seria a meta da marcha que eu iria iniciar, no sentido de estabelecer naquela região até então deserta, núcleos agrícolas pioneiros para o desenvolvimento de atividades agropastoris. Como a ilha era um paraíso da caça e da pesca, decidi construir no seu ponto mais favorável um hotel de turismo, e levando em conta as primitivas condições de vida da região, resolvi simultaneamente, incorporar os índios que ali habitavam à civilização brasileira, criando, para eles, serviços locais de assistência imediata (Kubitschek, 1978: 382-3 apud Plano de Manejo, 2001:64).

O Presidente da República visitou a aldeia de Santa Isabel na Ilha do Bananal, em maio de 1960 já no fim de seu mandato, a chamada “Operação Bananal” havia sido efetivada

um ano antes. Poucos meses após a visita de Juscelino Kubitschek, “a Fundação Brasil Central foi encarregada de construir ao lado da aldeia Santa Isabel o hotel JK, projetado por Oscar Niemeyer, uma grande pista asfaltada de aviões, uma base militar da Força Aérea Brasileira, um hospital indígena, uma escola primária e a residência oficial onde Juscelino e sua comitiva se hospedavam em suas expedições de caça e pesca” (Rodrigues, 2008: 162).

A proposta de criação do Parque Nacional havia sido na realidade feita pelo Ministério da Agricultura, através de seu funcionário Wanderbilt Duarte de Barros, resgatando a proposta pioneira feita em 1867 por André Rebouças. Em documento oficial enviado a Presidência da República, Barros argumentou que a Ilha do Bananal “possui elementos recomendáveis à proteção do poder público, pois além da flora e da fauna há de se assinalar nela a presença de indígenas que emprestaria particular destaque a um Parque Nacional” (Plano de Manejo, 2001: 63). Como pode ser verificado no documento, apesar dele mencionar a existência de populações indígenas adotou a categoria de unidade de conservação de Parque Nacional, extremamente restritiva quanto ao uso de seus recursos naturais, o que era nitidamente incompatível com a presença daquelas populações que sempre se utilizaram daquele território e de seus recursos naturais. Essa aparente contradição revelava que se pretendia limitar a autonomia dos indígenas no controle daquele território, ainda que se buscasse a preservação dos atributos naturais ali existentes.

Para Toral,

A criação do Parque Nacional do Araguaia sobre o território densamente ocupado pelos Javaé e Karajá em 1959 é o vício de origem que compromete todos os decretos que dispõem dessas Terras indígenas para a instalação de uma Unidade de Conservação. São também insatisfatórias as posteriores redefinições de limites entre o Parque Indígena do Araguaia e o Parque Nacional do Araguaia (Toral, 2004: 483).

A forma articulada com que foram feitas as políticas públicas na operação bananal entre diferentes ministérios, refletem a importância política assumida dentro do governo JK para esse projeto, que pretendia transformar “a Ilha do Bananal num centro Fomentador de desenvolvimento no vale do Araguaia com vistas a povoar a Amazônia por meio de incentivos à criação de gado, indústria extrativista, pesca, turismo e transporte fluvial” (Plano de Manejo, 2001:64). Ainda que muitos dos objetivos propostos não tenham sido atingidos, a região do médio Araguaia passou figurar com mais presença no cenário político nacional, pois a União tinha a partir daquele momento estruturado pela primeira vez, um projeto para o desenvolvimento econômico e social efetivo daquela área.

A criação do Parque Nacional do Araguaia era um dos aspectos principais da efetivação da Operação Bananal que respondia pelo desenvolvimento do turismo dentro da

ilha fluvial. Houve naquele período a construção de um luxuoso hotel dentro da Ilha do Bananal no maior investimento em infraestrutura turística realizado, ainda que este projeto tenha resultado em um retumbante fracasso, pois funcionou por um curto período de tempo (aproximadamente dois anos), sendo posteriormente abandonado, restando atualmente apenas suas ruínas como lembrança desse período histórico.

2.6. A expansão da Frente Agropecuária e a atuação da SUDECO e da SUDAM nos anos de 1960 e 70 na região do Médio Araguaia

Com o avanço da frente agropecuária feito em proporções jamais vistas na história brasileira durante os anos 60 e 70 nos estados de Goiás e Mato Grosso, era natural na medida em que as forças econômicas avançavam que a Ilha do Bananal sofresse em seu entorno uma maior ocupação e um aumento nos conflitos de terra. Atuação destacada nesse processo teve a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), criadas durante o regime militar em 1966 e 1967 respectivamente, que tinham como função incentivar investimentos em projetos industriais ou agropecuários na Amazônia e no Brasil central. Ambas as instituições atuavam conjuntamente na região do médio Araguaia, enquanto a Sudam tinha a finalidade de criar incentivos fiscais às pessoas físicas ou jurídicas dispostas a investir em projetos industriais ou agropecuários, a Sudeco coube realizar os investimentos diretos em infraestrutura principalmente a abertura de estradas.

Na região do médio Araguaia, o investimento de maior impacto em infra-estrutura de transporte foi à construção da rodovia Federal Belém-Brasília (BR-153), que embora estivesse aproximadamente 80 km das margens do rio Javaés e 65 km do rio Formoso, significava o mais importante sistema de transportes rodoviário já implantado naquela região. Sua construção foi uma das principais obras do Governo Juscelino Kubitschek sendo inaugurado o primeiro trecho, que partia de Brasília ao norte do Estado de Goiás no início da década de 1960. Essa obra possibilitou uma maior integração do centro-sul do país, sobretudo com o Estado do Pará, atravessando todo o norte goiano e parte do Estado do Maranhão dentro da bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins. Na fotografia 1 abaixo, observamos o então Presidente da República Juscelino Kubitschek visitando as obras de construção da rodovia federal Belém-Brasília, que atravessaria os cerrados e a floresta amazônica da região centro norte do território brasileiro.

Fotografia 1 - Presidente da República Juscelino Kubitschek (centro) visita obras de construção da rodovia Belém-Brasília em 1959



Autor: Sergio Pandolfo/arquivo nacional data: 1959

A partir do eixo da rodovia BR-153, foram surgindo inúmeras estradas vicinais que ligariam o eixo nodal principal às fazendas que se instalavam em regiões mais interiores. “Muitas das cidades da região, surgiram como povoadamentos na beira dessas estradas, que eram tidos como opção para a fixação de migrantes que chegavam. O crescimento dessas cidades é creditada à demanda de mão-de-obra necessária para a instalação de grandes fazendas” (Plano de Manejo, 2001:94).

Dentro desse contexto, o município de Formoso do Araguaia - TO tem sua emancipação política decretada no ano de 1963, após se desmembrar do município de Cristalândia, que havia anteriormente se desmembrado do município de Porto Nacional. Existiam naquela região focos de garimpos de cristal de rocha que eram explorados desde sua descoberta em 1949, o que atraiu para os afluentes do rio Javaés, como o rio Formoso, garimpeiros que fundavam pequenas vilas em suas margens. Sobre o processo de ocupação territorial e formação do município de Formoso do Araguaia, o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso (PHB – Rio Formoso) esclarece que:

Até meados de 1949 havia desinteresse na ocupação dos espaços localizados nesta porção do território brasileiro sendo, predominantemente, território de índios Carajás, Javaés e Caras-pretas. Este desinteresse encontra-se justificado pelas características do meio físico, ou seja, à predominância de espaços sujeitos a inundações em períodos de maior precipitação, os quais constituem as várzeas do Formoso/Javaés, hoje consideradas da maior relevância para a produção de grãos. No citado ano de 1949, Manoel Soares Brandão, Cornélio Ribeiro e Helvécio Barros Cabral, descobriram cristal de rocha no local próximo à aldeia Caras-pretas, formando-se a partir da atividade do garimpo, o povoado de

Formoso que veio a emancipar pela Lei Estadual n.º 4.593 de 1º de outubro de 1963, com o nome de Formoso do Araguaia (PHB – Rio Formoso, 2007: 39).

Os rios que formam as sub-bacias do rio Formoso e do rio Javaés eram antigos territórios indígenas habitados pelas etnias Avá-Canoeiros, Karajás e Javaés, que foram sendo paulatinamente desocupados na medida em que aumentava a ocupação de não-índios com violenta repressão as populações indígenas, que invariavelmente eram expulsas para o interior da Ilha do Bananal, quando não eram exterminadas. Na região do médio Araguaia, especialmente na parte leste da Ilha do Bananal e em seu entorno que abrange o município de Formoso do Araguaia, incentivados por generosos financiamentos oficiais, “imensas propriedades de moradores ricos do sul do país começam a ocupar a margem leste do médio Araguaia” (Rodrigues, 2008: 162).

Segundo o plano de manejo do PARNA, os incentivos fiscais promovidos pela Sudam, “trouxeram para a região investidores do Sudeste do país e estrangeiros que compraram enormes faixas de terra para a exploração agropecuária e projetos de plantação de grãos, este último sendo feito no eixo da rodovia Belém-Brasília. Ao mesmo tempo um grande programa de doações e vendas de terras ao longo do tronco e dos ramais dessas estradas aumentou sensivelmente a população nessas regiões” (Plano de Manejo, 2001: 100).

A chegada desses novos moradores foi marcada por diversos conflitos e disputas de terras que colocavam camponeses, fazendeiros e índios em estado de permanente tensão social, com diversos registros de conflitos e mortes. Com a construção da BR-153, o processo de grilagens de terras havia se intensificado, o que atraía especuladores que pretendiam adquirir as terras devolutas da União. Entre os latifúndios que passaram a se instalar na região, o que teve mais visibilidade “foi à grande fazenda Suiá-Missu, de propriedade de um grande grupo econômico italiano e considerado, aquela época, a maior fazenda do mundo” (Plano de Manejo, 2001: 65). Nesse período, o Estado brasileiro legitimou através de financiamentos e investimentos em infra-estrutura a formação de grandes fazendas no entorno da Ilha do Bananal como Codeara e Cobrape, esta última localizada no município de Formoso do Araguaia.

A vinda de grandes e médios proprietários de terra foi possibilitada através da aquisição de terras griladas junto ao Instituto Agrário de Desenvolvimento de Goiás (IDAGO). De acordo com Barbosa, “no ano de 1957 o IDAGO havia feito a primeira medição das terras do médio Araguaia, dividindo em lotes os posseiros existentes na região, e, abrindo a possibilidade de aquisição dos lotes restantes por pessoas desconhecidas da realidade local

que eram inseridas em seu cadastro de ocupação rural, após supostamente comprarem os lotes medidos e demarcados pelo órgão público estadual” (Barbosa, 1996: 13).

No ano de 1973, o grupo econômico Bradesco adquiriu vastas extensões de terra na margem direita do rio Javaés, dentro do município de Formoso do Araguaia, fundando a fazenda Canoanã, onde existia uma aldeia Javaé de mesmo nome. Neste local, surgiu a Fundação Bradesco, instituição educacional filantrópica que atende a crianças e adolescentes da região através de serviços educacionais prestados da creche ao ensino médio, realizados em sistema de internato. A fazenda Canoanã, dedicou-se, sobretudo nos anos 70 ao desenvolvimento de atividades agropecuárias que ocorriam paralelamente ao atendimento educacional prestado. O caráter filantrópico da instituição não esconde, entretanto a forma violenta e ilegal com que as terras foram adquiridas.

A fazenda Canoanã, as margens do rio Javaés, constituiu-se no maior grilo do município de Formoso do Araguaia, pertencendo ao banco Bradesco. Quase toda a área da fazenda Canoanã pertencia aos índios Avá-canoeiros, que usavam parte da fazenda denominada “mata azul” como território de caça. Para a legalização das terras, o Bradesco expulsou-os dali, destruíram todos os resquícios das aldeias e passaram pelo processo de legalização da área (Barbosa, 1996: 16).

Esse processo de incorporação das terras e expansão da frente agropecuária estava no bojo dos chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que se tornariam um dos símbolos maiores do processo de desenvolvimento nacional propostos pelos governos militares. Nesse sentido, segundo Bispo (2012):

Os PNDs eram políticas de incentivo à ocupação de terras e de estímulos ao desenvolvimento regional, por meio de incentivos fiscais, além da implementação de programas e projetos de desenvolvimento. Destaca-se a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), cujo objetivo era intensificar a ocupação da Amazônia Legal, o programa POLAMAZÔNIA, que tinha como meta promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia e POLOCENTRO, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que de sua feita visava a ocupação racional e ordenada de áreas selecionadas do Cerrado para expandir a fronteira agrícola. (Bispo, 2012: 61).

Destacando a importância desses programas de estímulo a ocupação e o avanço das forças produtivas capitalistas, especificamente na região do médio Araguaia, o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso afirma que, “Tais programas, ao lado dos incentivos fiscais e creditícios, especialmente os da Sudam e Sudeco, contribuíram para a ocupação induzida da região; mais precisamente, constituíram grande fonte de atração para a instalação das empresas agropecuárias que se estabeleceram, sobretudo, na porção oeste do Estado, ao longo do vale do Araguaia”. (PBH – Rio Formoso, 2007: 233).

À medida que a ocupação do entorno e do interior da Ilha do Bananal se intensificava, os estudos antropológicos apontam que muitas aldeias espalhadas passaram a se agrupar como forma de resistir ao processo de ocupação dos territórios indígenas pelas populações não-

índias, sejam posseiros, garimpeiros ou fazendeiros. Os postos indígenas do SPI, que se transformaria em Funai no ano de 1969, relataram diversos conflitos e ameaças entre fazendeiros e indígenas, em torno da ocupação da Ilha do Bananal que tinha suas terras invadidas pelo gado de fazendeiros do entorno da ilha fluvial. Segundo Rodrigues, em 1966 um funcionário do posto indígena já havia relatado que “os fazendeiros vizinhos continuam ameaçando os índios e funcionários (...) esse ano os índios não terão colheitas em suas lavouras, pois o gado dos fazendeiros que rodeiam o sub-posto invadiu suas roças, depredando-as” (Rodrigues, 2008:163).

Tentando administrar uma situação que se tornava cada vez mais frequente, a Funai instituiu no ano de 1969 a cobrança de uma taxa para a entrada do gado bovino de fazendeiros da região, mesmo não estando previsto nas leis brasileiras a possibilidade de se arrendar terras em Parques Nacionais ou Parques Indígenas. O dinheiro arrecadado com o arrendamento deveria constituir um fundo para o patrimônio indígena da Ilha do Bananal. Segundo Toral, outros projetos são desenvolvidos pelo órgão indigenista como “a criação de gado pelos próprios índios, corte e costura e venda do pirarucu” (Toral, 1981:76). Naquele período histórico, permaneciam as políticas públicas de inserção das populações indígenas na economia e na sociedade brasileira, o que justificava não somente a exploração econômica das terras como o avanço das forças produtivas no território indígena.

No começo dos anos 70, houve a decretação do Parque Indígena do Araguaia (PIA) com a redução do Parque Nacional do Araguaia, atendendo pelo menos em parte as reivindicações das populações indígenas. Decidiu-se naquele momento, que a parte norte da Ilha do Bananal permaneceria Parque Nacional, representando aproximadamente um terço daquele território num total de 460.000 ha. A escolha do terço norte se deve a existência da mata do Mamão, local de grande diversidade biológica que apresenta características do bioma da floresta Amazônica, além da existência de uma menor quantidade de aldeias indígenas. Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia, as mudanças estabelecidas na divisão territorial se deveram “a conflitos relativos à presença dos grupos indígenas Karajá e Javaé e dos seus direitos territoriais sobre a Ilha do Bananal” (Plano de Manejo, 2001:65). Por diversas vezes, houve conflitos entre índios e fiscais ambientais que os autuavam quando algum crime contra a flora e a fauna fosse constatado. A decretação do Parque Indígena do Araguaia (PIA) solucionava então pelo menos em parte, o uso dos recursos naturais em dois terços da ilha fluvial, pois nesse espaço a utilização passava a ser permitida para a subsistência dos povos indígenas.

Descrevendo a crescente chegada de grandes fazendeiros, principalmente pecuaristas a região do médio Araguaia, que se acentuavam com as políticas públicas de ocupação do regime militar para as regiões norte e centro-oeste do Brasil. Rodrigues (2008) esclarece que:

Em meados dos 70, seria instalada a fazenda Capão do Côco, da Companhia Brahma, dedicada a criação de búfalos, no local onde existia a aldeia Horeni (“côco babaçu”), habitada pelos Javaé até 1971 ou 1972. Uma outra aldeia Javaé abandonada na época, chamada Hãwarie, também estava situada nas terras adquiridas pela fazenda na região do rio Loroti (...) No século 20, as antigas aldeias interioranas foram abandonadas e a margem direita do rio Javaés seria aos poucos ocupada por fazendeiros, pequenas cidades e, cada vez mais, por grandes latifúndios dedicados à atividade agropecuária (Rodrigues, 2008:165).

No fim dos anos 70 a pecuária extensiva já ocupava não somente o entrono da Ilha do Bananal, mas também seu interior onde viviam posseiros, indígenas e centenas de milhares cabeças de gado, num processo de perda de autonomia territorial das populações nativas. A grilagem de terras havia então se acentuado, transformando o outrora autônomo território indígena dos Iny, onde deveriam viver uma vida de plena fartura e sem interdições como pregam suas crenças mitológicas, em uma região de conflitos e disputas pelo uso e posse da terra.

**CAPÍTULO 3 – O PROJETO RIO FORMOSO E A
CHEGADA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO
CAPITAL NA REGIÃO DO MÉDIO ARAGUAIA
NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980**

CAPÍTULO 3 – O PROJETO RIO FORMOSO E A CHEGADA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NA REGIÃO DO MÉDIO ARAGUAIA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980

3.1 - A Implantação do Projeto Rio Formoso

Os projetos agropecuários desenvolvidos ao longo da chamada “marcha para o oeste” que haviam se iniciado ainda no Estado Novo durante a era Vargas, e, avançado nos governos subsequentes especialmente no governo JK (1955-1960) e no regime militar, foram marcados na região do médio Araguaia como projetos de baixa produtividade agrícola, em que se destacava a predominância da pecuária realizada de forma extensiva, favorecendo a grilagem e a concentração de terras. Na região do município de Formoso do Araguaia, os incipientes surtos de mineração que haviam se tornados mais frequentes a partir da segunda metade do século 20, também não foram atividades que haviam trazidos grandes benefícios sociais e econômicos para a população local, capazes de dinamizar efetivamente a economia regional aumentando a renda e a oferta de empregos.

Após a instalação das grandes fazendas pecuaristas através de projetos governamentais dirigidos, sobretudo nas décadas de 60 e 70, às populações indígenas e os posseiros haviam sido as grandes prejudicadas com esse processo de ocupação territorial. Essas populações eram quase que invariavelmente eram expulsas de suas terras sendo levadas a ocupar áreas cada vez mais distantes das estradas que eram construídas, como por exemplo, o interior da Ilha do Bananal, num processo marcado muitas vezes por violência e opressões contra essas populações menos favorecidas economicamente e socialmente.

Buscando dar um novo alento a economia da região do médio Araguaia, especialmente junto ao município de Formoso do Araguaia, o governo do Estado de Goiás decidiu implantar no ano de 1979 o “Projeto Rio Formoso” de agricultura irrigada, que marcaria sem precedentes o processo de expansão da fronteira agrária capitalista na região pesquisada. O Estado de Goiás foi responsável pela elaboração do estudo técnico e implantação do projeto, que foi posteriormente transferido a iniciativa privada, devendo esta remunerar o Estado pelos gastos efetuados quando assumisse a administração do empreendimento agrícola. Se utilizando de um moderno e eficiente sistema de produção agrícola, e aproveitando-se da rica bacia hidrográfica existente em uma região e dos solos hidromórficos das várzeas, foi construído o maior sistema de agricultura irrigada por inundação existente no mundo, destinado à produção de grãos principalmente arroz e soja.

A este empreendimento confere-se a responsabilidade de ser um embrião e um exemplo estimulador da emulação que resulte na dinamização do desenvolvimento na região, mesmo por que a atividade agrícola, embasará a agro-indústria, assim como poderá ser suporte de uma pecuária intensiva, gerando empregos e promovendo um adensamento populacional amparado em condições socioeconômicas compatíveis com o ser humano, e, por isso mesmo, mais justas. Com o Projeto Rio Formoso, através de seu efeito multiplicador, o Governo pretende despertar toda a potencialidade do vale do rio Araguaia, criando-se ao lado da incorporação de vastas planícies ao processo produtivo nacional, numa nova fronteira econômica (Projeto Rio Formoso, 1979: 5).

Já no processo de desapropriações e implantação do empreendimento agrícola, diversas irregularidades foram cometidas na aquisição das terras, favorecendo a grilagem e, deixando de lado qualquer tipo de participação no projeto de seus antigos moradores daquele território, como posseiros e indígenas. Seguros do potencial agrícola daquela região e atentos aos maciços investimentos públicos que eram feitos na sistematização de áreas para o cultivo irrigado, muitos investidores do setor agrícola da região sul do Brasil foram atraídos para adquirir terras tanto no Projeto Rio Formoso como em seu entorno. Sobre o processo de desapropriação e implantação do Projeto Rio Formoso Barbosa (1996) esclarece que:

A desapropriação das áreas que compõem a primeira etapa (Cooperformoso) abrangeu 19 proprietários que foram expropriados e firmaram-se escrituras de compra e venda, mediante acordo extrajudicial de desapropriação. Cada uma das escrituras continha cláusulas pelas quais os proprietários renunciavam, por si e por seus herdeiros, ao direito de retrocessão. Com isso, o Estado procurou evitar a propositura de ações contra a Fazenda Pública, caso não fosse dada, aos imóveis expropriados, a destinação prevista nos decretos de desapropriação. Essa foi uma atitude arbitrária do Estado, que desapropriou uma área mediante o artifício jurídico de interesse social e obrigou os desapropriados a assinar um documento que impede o retorno da propriedade aos antigos donos (Barbosa, 1996: 33).

No mapa 1, elaborado especialmente para esta pesquisa pelo professor da UFT Antônio Aires, apresentamos a localização do Projeto Rio Formoso devidamente georeferenciada, onde podemos observar o sistema de agricultura irrigada e sua distância do centro urbano do município de Formoso do Araguaia. Notam-se também as estradas pavimentadas de rodagem existentes na região, e os principais rios que compõem a bacia hidrográfica do rio Formoso.

Além de excluir os moradores locais de qualquer participação no projeto que estava sendo implantado, o Governo do Estado de Goiás enquadrou as terras desapropriadas em áreas pertencentes a proprietários particulares e não terras devolutas da União. No começo dos anos 60, o Instituto Agrário de Desenvolvimento de Goiás (IDAGO), realizou as primeiras medições fundiárias na região do médio Araguaia abrindo em seu cadastro rural a possibilidade de grileiros atuarem na região, através de registros ilegais feitos em sua maioria de forma fraudulenta. Por sua vez, a não participação de posseiros e das populações indígenas em qualquer etapa da implantação do projeto de agricultura irrigada, não justificava o enquadramento dado para aquele empreendimento de caráter social, pois não contemplava a participação desses importantes sujeitos sociais da região do médio Araguaia, que já residiam naquelas terras. Mais tarde muitos dos cooperados que vieram a integrar o projeto de irrigação acabaram recebendo posse definitiva sem qualquer ônus pago aos Estados ou à União, mesmo recebendo em seus lotes toda a infraestrutura agrícola pronta.

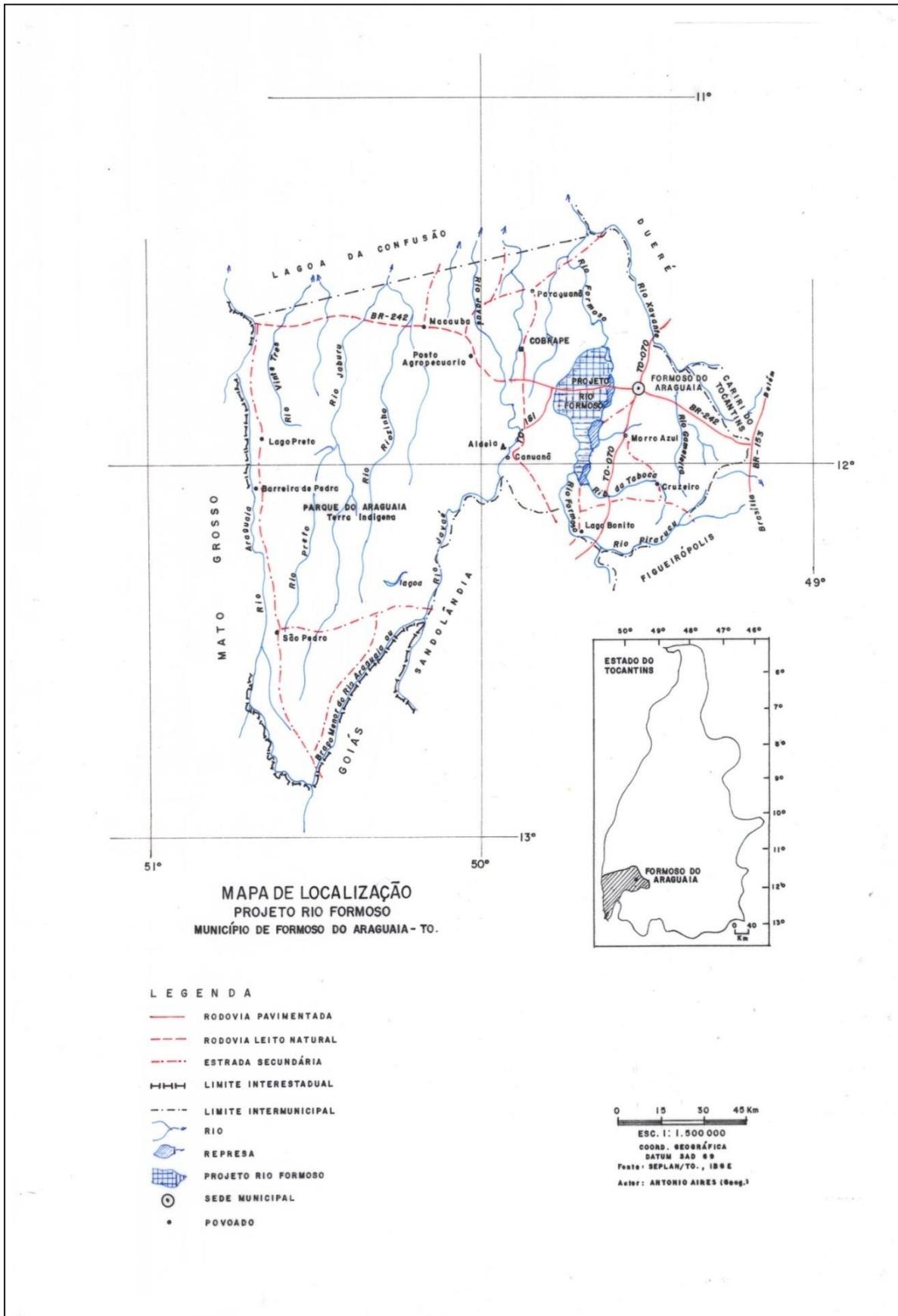
O projeto era justificado como de fundamental importância pelo Governo do Estado de Goiás, em virtude da baixa produtividade agrícola existente na região do médio Araguaia marcada pela predominância absoluta da pecuária extensiva em grandes, médias e pequenas propriedades rurais. Para o Estado, essa situação não era justificável dada o imenso potencial hídrico e a boa qualidade dos solos, especialmente nas regiões de várzeas do entorno da Ilha do Bananal.

A exploração das terras tem sido feita precariamente e, em consequência, com baixíssimos rendimentos. A pecuária extensiva, guardando um índice inexpressivo de povoamento das pastagens, sendo, em média, de 0,8 cabeças de gado por alqueire geométrico, e uma agricultura que não tem ido além da subsistência (Projeto Rio Formoso, 1979: 10).

Num ambicioso projeto de irrigação foram feitos uma série de canais de irrigação principais divididos em subcanais menores, dividindo através dos canais os lotes existentes entre os seus proprietários. Foram também criados três grandes reservatórios de água para o abastecimento dos canais de irrigação, no longo período de estiagem que dura dos meses de maio a outubro naquela região, quando são verificados baixíssimos índices pluviométricos e os rios da região diminuem muito sua vazão de água.

No mapa 2 podemos observar a localização georeferenciada do Projeto Rio Formoso em uma escala menor do que a anteriormente exibida. Nota-se através do mapa, que o rio Formoso onde o empreendimento foi instalado é um afluente do rio Araguaia, em seu médio curso no entorno da Ilha do Bananal.

Mapa 2 – Localização do Projeto Rio Formoso na escala 1:500.000



Além da estrutura produtiva agrícola foram previstas uma série de medidas sociais compensatórias através do desenvolvimento de projetos de assistência social, médica e sanitária para as populações carentes residentes no município de Formoso do Araguaia. Mesmo que citando as medidas de forma genérica, o plano de implantação do Projeto Rio Formoso previa um grande número de projetos sociais ligados, sobretudo a assistência médica e obras públicas de infra-estrutura urbana. Foram criadas logo na implantação do projeto de agricultura irrigada três cooperativas de produtores agrícolas que deveriam assumir o controle do empreendimento após a saída do Estado, na primeira etapa foi institucionalizada a Cooperativa Agrícola Industrial do Rio Formoso (Cooperformoso), na segunda etapa a Cooperativa Mista Rural Vale dos Javaés Ltda. (Cooperjava) e na terceira etapa a Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande Ltda. (Coopergran).

A Cooperformoso, constituída em 1979, na primeira Etapa do Projeto, com o objetivo de operação e manutenção do sistema, apoio à comercialização dos produtos e assistência técnica na atividade de produção. A Cooperjava, também fundada em 1979, atua na 2a Etapa do Projeto Rio Formoso e presta os mesmos serviços que a Cooperformoso, agregando as atividades de revenda de insumos, beneficiamento do arroz e aluguel de aviões agrícolas. Em 1981 foi fundada a Coopergran, desempenhando as mesmas atividades que a Cooperformoso, porém atua na 3a Etapa do Projeto Rio Formoso (PBH – Rio Formoso, 2007: 146).

Desde o seu início essas cooperativas assumiram as características gerais de uma sociedade privada, tanto em sua estrutura produtiva como em seu funcionamento interno. Os cooperados beneficiados adquiriam lotes em valores muito elevados para a capacidade de compra das pessoas que habitavam aquela região, como os posseiros que poderiam ser beneficiados com o programa de desenvolvimento da agrícola irrigada. Essa postura política inviabilizou a participação das populações locais que viviam com baixíssimos recursos, abrindo espaço para imigrantes de outras regiões, principalmente gaúchos, que dispostos dos recursos necessários adquiriram lotes muitas vezes até o limite máximo estabelecido de 750 ha sistematizados, como previa inicialmente o projeto.

Na fotografia 2 observamos o retilíneo canal principal de irrigação da Cooperformoso no período de estiagem de chuvas, que mesmo no mês de Setembro (que praticamente não chove na região) apresenta grande volume de água. Na fotografia 3 podemos observar o reservatório Taboão I do Projeto Rio Formoso. Na fotografia 4 é possível ver a imagem de um canal secundário de irrigação, que serve como divisão dos lotes dentro da Cooperformoso.

Fotografia 2 – Canal principal de irrigação da Cooperformoso



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 07/05/2012

Fotografia 3 – Reservatório Tabocão I do Projeto Rio Formoso



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 08/05/2012

Fotografia 4 – Canal secundário de irrigação na Cooperformoso



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 09/05/2012

Segundo Barbosa (1996), a criação da COOPERFORMOSO feriu uma das normas vigentes neste tipo de entidade, já que por seu arcabouço jurídico as cooperativas “são livres a todos que desejarem utilizar os serviços prestados por ela à sociedade” [...] “os proprietários desapropriados e os vizinhos do projeto Rio Formoso foram excluídos da cooperativa, exceto aqueles que tinham poder econômico, parentesco ou forte influencia no governo de Goiás” (Barbosa, 1996:46). Em sua pesquisa sobre a formação do Projeto Formoso, esse autor apurou que cada hectare com infra estrutura pronta pelo Estado foi vendido por quatro mil dólares, valor completamente inacessível para a realidade econômica das populações que habitavam aquela região. Desta forma, na formação da Cooperformoso dos 24 cooperados que formam contemplados para participação no projeto apenas um não era gaúcho. Esses produtores eram atraídos pelo valor da terra mais baixo que em seu Estado de origem, aliado as excelentes condições naturais e de infraestrutura produtiva para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Na fotografia 5, podemos observar uma imagem aérea de parte da primeira etapa do Projeto Rio Formoso, onde fica nítida a divisão dos lotes por canais principais e secundários de irrigação.

Fotografia 5 – Vista aérea de parte da Cooperformoso



Fonte: PBH – Rio Formoso 2010 data: 17/11/2009

Para o Governo do Estado de Goiás, entretanto, a escolha dos cooperados se deu respeitando a aptidão dos agricultores ao trabalho em lavouras irrigadas, dentro de referenciais técnicos sem qualquer tipo de favorecimento econômico e social. Na criação da Cooperformoso, “tomou-se o cuidado de se exigir dos primeiros cooperados apresentassem um mínimo de vocação para a agricultura, mormente à irrigada, bem assim demonstrassem e continuem demonstrando um razoável pendor para o associativismo, ou seja, para o cooperativismo” (Projeto Rio Formoso, 1979: 15).

O projeto do rio Formoso previa que na medida em que os lotes fossem sendo adquiridos, o Governo estadual deveria diminuir cada vez sua atuação no projeto, de forma que a cooperativa como empresa privada passasse a gerir e comercializar a produção. Essa contradição entre o gerenciamento privado e a proposta de cooperativismo, acabou por

assumir o caráter de concentração dos lotes ao longo do tempo entre poucos cooperados, beneficiando um número menor de agricultores do que aquele previsto inicialmente no plano de implantação do projeto, como pudemos comprovar na análise atual dos títulos de propriedades de terra expedidos pelo INCRA.

De acordo com o plano de implantação do Projeto Rio Formoso, após os investimentos públicos iniciais realizados, sobretudo, na infra-estrutura de produção através da construção de rodovias, canais de irrigação, galpões de armazenagem; caberia a iniciativa privada, após a “saída” do Estado, o papel de ser o verdadeiro agente indutor do processo de desenvolvimento econômico e social daquela região. “Consolidada a cooperativa, que já está criada, o Governo do Estado, deixando na realização do seu objetivo um exemplo estimulador de sua repetição se retirara do empreendimento, e, incentivado pelos resultados alcançados, assumira por certo ao lado da privada, a tarefa de promover aquela repetição que terminara por mudar, completamente, a fisionomia de todo o vale médio do rio Araguaia” (Projeto Rio Formoso, 1979:34).

Além das desapropriações das propriedades rurais existentes na área de implantação do projeto, o plano de instalação do projeto de agricultura irrigada afirmava a necessidade de desapropriações em áreas adjacentes aos campos cultivados, para a garantia dos insumos necessários na produção agrícola, através do uso dos recursos naturais existentes naquela região. “Para maiores garantias do projeto, algumas áreas adjacentes e detentoras de recursos naturais, indispensáveis, como jazidas de calcário, de cascalho, de água, etc. deverão ser objetos de desapropriação, e depois, transferidas a cooperativa” (Projeto Rio Formoso, 1979: 18).

Com a implantação do projeto houve já nos primeiros anos um afluxo populacional importante na região, especialmente no município de Formoso do Araguaia - TO. Isso ocorria, ainda que o sistema de produção mecanizado requeresse uma maior especialização da mão-de-obra, do que propriamente a sua abundância. A mão-de-obra desqualificada é usada principalmente nas épocas de colheita, através da contratação de trabalhadores assalariados temporários, que são em sua maioria moradores dos assentamentos da região e em menor numero trabalhadores residentes na cidade de Formoso do Araguaia - TO.

O Projeto Rio Formoso utilizava um sistema de cultivo, com alta tecnologia: mão-de-obra especializada; aviadores para os aviões Ipanema, na adubação e na pulverização; operadores de máquinas, colheitadeiras, engenheiros e técnicos agrícolas para controle de produção da lavoura. Há ainda os funcionários de escritório, da contabilidade. Esses são os empregados fixos, que trabalham durante todo o ano. Existe, entretanto, uma classe de trabalhadores periódicos, recrutados apenas nos períodos de colheita, classificados como trabalhadores volantes (Barbosa, 1996:92).

Na fotografia 6, observamos uma extração de calcário localizada bem próxima à entrada da Cooperformoso, que abastece com a extração do mineral ao Projeto Rio Formoso.

Fotografia 6 – Extração de calcário utilizado na correção do ph do solo, nos arredores do Projeto Rio Formoso



autor: Daniel Barkus Rodrigues data:08/05/2012

Ao se introduzir um novo modo de produção agrícola em uma região que era marcada por relações de produção camponesas, por grandes latifúndios e pela existência de inúmeras aldeias indígenas houve inúmeros conflitos e contradições nas relações sociais de produção que se estabeleciam, característicos da chegada do sistema capitalista em uma zona de fronteira econômica ainda pouco explorada. Com o desenvolvimento da agroindústria e o avanço do capital, a outrora esquecida cidade de Formoso do Araguaia estava agora na alçada de empresas e investidores do setor agrário tanto nacional como internacional. Após tentativas seculares no processo de desenvolvimento econômico e maior ocupação populacional, a sociedade e os valores capitalistas finalmente se manifestavam de forma plena na região do médio Araguaia.

Após a execução da primeira etapa do projeto, através da implantação da Cooperformoso com recursos próprios do Governo estadual, o Poder Público goiano

convenceu a União da viabilidade financeira do empreendimento agrícola. Desta forma, foi possível conseguir na segunda e terceira etapas financiamento junto ao BNDES(na época apenas BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) para a implantação da Cooperjava e da Coopergran. O projeto Rio Formoso ao assumir sua abrangência nacional poderia perfeitamente naquele momento, tentar solucionar os graves conflitos sociais que existiam entre indígenas, posseiros e fazendeiros na ocupação e uso da terra na ilha do Bananal e no seu entorno na região do município de Formoso do Araguaia. Ainda que o interesse social da obra tenha sido enfatizado pelo Governo Estadual e pelo BNDES, as populações de posseiros e mesmo de indígenas não foram incluídas nem escutadas em nenhuma das etapas de implantação do projeto, que atingia diretamente os territórios por elas ocupados.

Apesar de contarem com grandes investimentos públicos e se estabelecerem em uma região com elevado potencial de produção agrícola, as cooperativas formadas com o Projeto Rio Formoso acumularam elevadas dívidas com os credores públicos ao longo de suas três décadas de existência, ocorrendo nesse período diversas renegociações das mesmas para não ocorrer à falência dessas instituições. Analisando essa situação Barbosa constatou que:

Para incrementar a produção das cooperativas e, conseqüentemente, proporcionar maior geração de recursos, o BNDES comprometeu-se a liberar diretamente às cooperativas para projetos de expansão. A Cooperjava contraiu um vultuoso empréstimo para a construção, em Formoso do Araguaia, a cerca de 600 quilômetros de Goiânia, do maior graneleiro de Goiás, assegurando ,inclusive, que seria o maior da América Latina. Com capacidade de 60 mil toneladas de grãos, dispondo de uma recepção de 80 mil sacas diárias, a obra destina-se a atender à produção de grãos do Projeto Rio Formoso (Barbosa, 1996:72).

A facilidade com que conseguiam crédito para financiamentos de adequação e ampliação do projeto, estimulou as cooperativas a captarem empréstimos muito elevados, a ponto de muitos desses não poderem ser sanados. Mesmo sendo um projeto altamente subsidiado pelo Poder Público e com elevados índices de produtividade agrícola, as dívidas contraídas pelas cooperativas refletiam muitas vezes denúncias de corrupção de alguns cooperados, que viram as portas abertas para o endividamento junto a instituições publicas em especial junto ao BNDES, em nome de benefícios particulares. Usaram para isso, as cooperativas como fachada para a captação de recursos que por serem pessoas físicas nunca são declaradas falidas, apenas insolventes como prevê as leis brasileiras.

3.2. A criação do Estado do Tocantins e o Projeto Rio Formoso

A atitude clientelista do Estado goiano com a classe social que estava comprometido, fato que havia marcado o processo de implantação do Projeto Rio Formoso e seu posterior desenvolvimento, transformando a região do médio Araguaia de sua incipiente pecuária extensiva à uma fundamental região produtora de grãos do Brasil, teve mais um importante capítulo na criação do Estado do Tocantins.

Com a posterior divisão do Estado de Goiás, o projeto passou para o Estado do Tocantins, e a União absorveu as dívidas desse novo Estado. Cumpre ressaltar que a União acabou transferindo à iniciativa privada, indiretamente, o controle sem ônus. O projeto, no novo estado, teria uma nova dimensão, passando a ser uma das maiores riquezas do Tocantins, disputando a liderança na arrecadação de ICMS. Portanto, com a criação do Tocantins a dívida deixou de existir, restando aos cooperados da Cooperjava e da Coopergran o recebimento em definitivo das escrituras de compra e venda (Barbosa, 1996: 70).

Além de a União absorver as dívidas oriundas da criação do Estado do Tocantins, o Estado de Goiás foi ressarcido dos investimentos próprios que ele havia efetuado na implantação da primeira etapa do Projeto Rio Formoso, quando foi criada a Cooperformoso em 1979. Nesse processo, os grandes beneficiários acabaram sendo os próprios produtores agrícolas das cooperativas, especialmente aqueles que conseguiram se manter economicamente estáveis perante as crises financeiras, e que puderam investir seus rendimentos adquirindo novos lotes para a ampliação de suas áreas de produção dentro do projeto, ou mesmo expandindo suas áreas no entorno do empreendimento com a compra e a criação de novas fazendas.

Com os maciços investimentos públicos que foram realizados em obras de infraestrutura no município de Formoso do Araguaia, houve uma natural valorização das terras da região, o que beneficiava diretamente os produtores que participavam do Projeto Rio Formoso. Chama a atenção nesse sentido, a existência de um número grande de rodovias pavimentadas no município de Formoso do Araguaia em relação as demais cidades de região, seja no entorno da Ilha do Bananal em sua face oeste junto aos municípios de São Félix do Araguaia e Luciara (no Estado do Mato Grosso), ou seja na própria face leste se considerarmos os municípios vizinhos a Formoso do Araguaia, como Lagoa da Confusão ou Dueré no Estado do Tocantins.

Mesmo não investindo capitais na infraestrutura de produção de suas propriedades, os cooperados participantes do Projeto Rio Formoso, puderam se beneficiar da renda da terra, pois o processo de valorização ocorria de forma acelerada em uma região marcada

historicamente pela ausência do Estado, e por carências sociais e de infra-estrutura das mais básicas.

A terra passa a ter a forma de reserva de valor quando se implanta uma obra de grande porte como o Projeto Rio Formoso, com recursos públicos, beneficia-se a classe empresarial em detrimento dos menos favorecidos que não são absorvidos por esse projeto. Aparentemente, a compra e venda da terra é uma transação como outra qualquer. Porém, na realidade, os direitos a ela ligados não constituem uma mercadoria como outras, visto tratar-se de um bem imóvel, não reprodutivo, não-divisível. A terra se define como um recurso natural, não se trata de um produto. É uma mercadoria atípica, pois não circula; o seu representante em título de propriedade (equivalente de mercadoria), é que circula (Barbosa, 1996:85).

Na contramão de todo esse processo de desenvolvimento econômico, os posseiros existentes na região não foram beneficiados com qualquer tipo de assistência econômica ou social através da implantação do Projeto Rio Formoso. Com a valorização fundiária do entorno da Ilha do Bananal houve um aumento maciço no número de posseiros e retireiros dentro da Ilha do Bananal, que expulsos de suas terras tinham na ocupação do Parque Indígena a melhor opção de se manterem através da pecuária extensiva, que possui boa rentabilidade naquela região, pois se aproveita dos excelentes pastos naturais existentes dentro da ilha fluvial.

A disputa pelo uso do território dentro da Ilha do Bananal, ocasionada pela maior valorização fundiária e aumento da ocupação em seu entorno, acabou gerando inúmeros conflitos entre as populações indígenas e os posseiros, que viram seu território ser invadido por aproximadamente dez mil famílias e 300.000 cabeças de gado no início da década de 80 quando se atingiu o auge desse processo, como se apurou junto a FUNAI. Sendo o PIA (Parque Indígena do Araguaia) uma área de domínio da União de grande extensão e praticamente não fiscalizada, ficava vulnerável às invasões e ocupações. Essa situação expunha claramente as populações indígenas a privações impostas pelos conflitos sociais e fundiários originados em seu entorno, que haviam sido potencializados com a chegada do agronegócio.

Não se deve negar, contudo, os benefícios econômicos e sociais trazidos com a implantação do Projeto Rio Formoso, especialmente no município de Formoso do Araguaia, principalmente no que diz respeito à chegada de equipamentos de infra-estrutura urbana, em uma região marcada historicamente pela omissão do Estado. Dentre as principais mudanças acontecidas na primeira década do projeto destacam-se:

Implantação da rede de energia elétrica proveniente de Gurupi, distante 51 quilômetros do projeto; instalação de água pela Saneago, Empresa Estadual de Saneamento de Goiás S.A. (posteriormente Saneatins), introdução da rede telefônica, por meio da Telegoiás, e o asfalto à BR-242, ligando a Belém-Brasília a Formoso do Araguaia. Nas épocas de plantio e colheita cresce consideravelmente o movimento de funcionários das cooperativas em Formoso do Araguaia, gerando mais arrecadação no comércio da cidade (Barbosa, 1996:98).

Muitas empresas ligadas ao setor do agronegócio passaram a se instalar na região como as transnacionais produtoras de sementes Monsanto e Talismã. Houve também a abertura de escritórios de contabilidade e a vinda de pequenas e médias empresas ligadas, sobretudo ao ramo de logística, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas. A dinamização da economia local possibilitou um crescimento acentuado da população no município de Formoso do Araguaia durante a década de 1980, quando os investimentos públicos foram elevados naquela região.

A estabilização da população nas décadas seguintes revela a estagnação da produção agrícola nesse período, causada principalmente pelas crises financeiras dentro das cooperativas, que impediam novos investimentos diminuindo a oferta de empregos. Houve então, uma limitação da expansão territorial da agricultura produtora de grãos na década de 1990 e na primeira década do novo milênio dentro do Projeto Rio Formoso. Na tabela 1, observamos a evolução da população do município de Formoso do Araguaia – TO nos últimos cinquenta anos, nota-se o aumento da população após a década de 1980 quando se instalou o projeto de agricultura irrigada.

Tabela 1 – Evolução da população do município de Formoso do Araguaia nos últimos 50 anos – 1970/2013

município	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2013
Formoso do Araguaia	7.856	11.529	17.087	18.385	18.817	18.427	19.232

Fonte:www. IBGE.gov.br acesso janeiro/2013

O Projeto Rio Formoso foi após sua implantação o grande modelo de desenvolvimento agrícola a ser seguido e copiado dentro da região do médio Araguaia, pois introduziu um novo sistema de produção até então desconhecido naquela região, que garantia alta produtividade através do uso da melhoraria genética e da mecanização do processo de produção no campo, garantindo a reprodução ampliada do capital. Os projetos de expansão da agricultura irrigada tiveram um aumento contínuo desde a inauguração da Cooperformoso, avançando a fronteira agrícola de forma consistente em todo o entorno da Ilha do Bananal, em

sua face leste em direção ao município de Lagoa da Confusão, num processo que se encontra atualmente em franca expansão.

Apesar de toda a modernização na agricultura e maior dinamização da economia regional proporcionada através da implantação do Projeto Rio Formoso, os indicadores sociais permanecem muito baixos nos municípios da região, como foi apontado no plano de bacia hidrográfica de 2007. Destacando o sistema de saúde o relatório afirma que, “a quantidade/qualidade da estrutura de saúde voltada ao atendimento da população, de maneira geral, é considerada insatisfatória para as necessidades das comunidades, principalmente das classes menos favorecidas, que possuem baixa renda familiar” (PHB- Rio Formoso, 2007:32).

Não existem ainda sistemas públicos de esgotamento sanitário em nenhum dos municípios que fazem parte da bacia do rio Formoso, mesmo em Formoso do Araguaia onde se localiza a sede do projeto de agricultura irrigada. Existem problemas também na coleta de resíduos sólidos, que atende apenas 70% da população, e, cerca de 11% da população dos municípios da bacia não contam sequer com abastecimento de água, apesar da grande disponibilidade hídrica existente na região. O relatório aponta também deficiências graves nos sistemas públicos de educação em toda região, apesar da existência da escola modelo da Fundação Bradesco, que atende somente 10% dos alunos matriculados no município de Formoso do Araguaia, tornando-se a ser então um privilégio para poucos.

Segundo o Mapa da Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros realizado pelo IBGE, o município de Formoso do Araguaia apresenta incidência de 39,75% de pobreza em sua população. Este dado revela que apesar de ser um dos principais pólos do agronegócio no Estado do Tocantins, grande parte da população ainda não foi beneficiada com o desenvolvimento econômico gerado a partir da produção irrigada de grãos no entorno da Ilha do Bananal. Em entrevista realizada com a secretaria municipal de assistência social de Formoso do Araguaia, Sra. Edna Cristina Paiva Jacinto Resende realizada em outubro de 2012, foi enfatizado pela entrevistada a importância que os programas sociais de transferência de renda do Governo Federal tem tido para as populações de baixa renda do município, seja na área rural ou na área urbana. Nos assentamentos de reforma agrária existentes na cidade pesquisada, praticamente todas as famílias tem recebido o programa bolsa-família, que tem beneficiado também as populações indígenas Karajás e Javaés residentes na Ilha do Bananal.

3.3. A expansão do Projeto Formoso: agronegócio e Poder Público a serviço do capital mundializado

No ano de 2007, com o apoio financeiro do Banco Mundial, o Governo do Estado do Tocantins promoveu a realização de um projeto de revitalização da fronteira agrícola na região sudoeste do estado, através da formulação de um plano para a bacia hidrografia para o rio Formoso. As sucessivas crises financeiras das cooperativas e a queda ou estabilização nos índices de produtividade agrícola, exigiam naquele momento novos investimentos estatais na região, que possui uma importância estratégica dentro da economia do Estado do Tocantins.

O principal fator que explicava essa situação de estagnação da produção de grãos na região do médio Araguaia, era a forma com que se encontrava a estrutura produtiva dentro do projeto de irrigação, deteriorada pela falta de manutenção e investimentos. Nesse sentido, passou a ocorrer elevada perda de água no sistema de irrigação em virtude do assoreamento e infiltração nos canais de irrigação principal e secundários. Pertencente a bacia hidrografia do Araguaia, a sub-bacia do rio Formoso localiza-se totalmente no Estado do Tocantins o que possibilita dela ser legislada somente pelo poder público estadual, ainda que afete diretamente uma bacia Federal, a do rio Araguaia.

Através da Lei Estadual n-1.307, de 22 de março de 2002, o Governo do Estado do Tocantins promoveu a elaboração do Plano de Bacia Hidrografia do Rio Formoso. Este plano, elaborado pela empresa Magma Engenharia, prevê uma série de medidas e intervenções em serviços de infra-estrutura necessárias para a “revitalização” do Projeto Formoso e desenvolvimento de infra-estrutura agrícola para os demais municípios da região. Tem como meta a expansão das áreas de cultivo irrigado, especialmente nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, favorecendo segundo seus autores, um maior desenvolvimento econômico e social dos municípios pertencentes à bacia hidrografia do rio Formoso. O plano faz parte de uma série de investimentos do Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins (PRODOESTE), mais importante programa de desenvolvimento agrícola em curso na atual gestão do governo do Estado (2011 a 2014).

O PRODOESTE pretende implantar mediante a parceria público-privada um sistema de plantio irrigado em cerca de 200 mil hectares na região sudoeste do Estado do Tocantins, aproveitando o grande potencial de rios e terras planas. O projeto tem o aval positivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, que entra com 99 milhões de dólares, com a contrapartida do Governo do Estado na casa de 66 milhões (Bispo, 2012:63).

Assim como o projeto inicial elaborado em 1979, na implantação do Projeto Rio Formoso, o plano de bacia hidrográfica destaca as aptidões do meio físico da região ao

desenvolvimento de uma agricultura altamente produtiva. “Os municípios da bacia, encontram-se sobre um meio geográfico favorável a produção agrícola, sobretudo a irrigada, e a pecuária, tendo em vista o grande volume hídrico disponível na bacia, favorecidos também, pelas planícies e depressões onde a uma cobertura vegetal favorável e, ou, propicia à criação de rebanhos” (PBH- Rio Formoso, 2007:25).

Destaca-se a potencialidade da ocupação das várzeas e ipucas do entorno da Ilha do Bananal, ainda somente parcialmente ocupadas nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, bem como a infra-estrutura de produção já existente na região, sobretudo aquela ligada a indústrias de secagem e beneficiamento de grãos.

Em função dos aspectos analisados no diagnóstico elaborado, considera-se a agricultura irrigada como a vocação natural na parte baixa da bacia do rio Formoso, que necessita ser expandida. A produção agropecuária já se tem intensificado, aproveitando as vantagens proporcionadas pelo meio físico, com a grande disponibilidade de água e as topografias constituídas por áreas planas ou ligeiramente deprimidas, que favorecem o cultivo de grão com o uso da irrigação, como realizado no Projeto Rio Formoso. Ademais, há na região uma ampla infra-estrutura de apoio a produção, representada por secadores, silos, cooperativas, oficinas mecânicas e revenda de insumos (PBH- Rio Formoso, 2010:28).

Na tabela 2, são apresentados à capacidade de armazenamento dos principais silos existentes no município de Formoso do Araguaia – TO, onde se destacam as cooperativas existentes no Projeto Rio Formoso.

Tabela 2 – Capacidade de armazenamento de grãos existentes no município de Formoso do Araguaia – TO (2010)

Instituição	produto	Capacidade instalada (tonelada)
Cooperformoso	Arroz, milho e soja	35.000
Cooperjava	Arroz, milho e soja	91.800
Cobrape	Arroz, milho e soja	15.000
Conab	Arroz, milho e soja	28.000

Fonte: PHB – Rio Formoso 2010

Com a previsão de término da construção da ferrovia norte-sul que ocorrera no ano de 2013, o plano de bacia hidrográfica menciona os investimentos que estão sendo feitos pelo Governo Federal, irão gerar maior facilidade de escoamento da produção para os mercados interno e externo, o que reduzirá custos de produção beneficiando os produtores da região. Nesse sentido destaca-se a fundamental importância que o setor agropecuário da região do

médio Araguaia possui na economia do Estado do Tocantins, especialmente os municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão no que se refere, sobretudo, a arrecadação de impostos.

Estes municípios contribuem com percentuais bastante significativos junto à arrecadação estadual. A agricultura, por exemplo, contribui com 52,83% do total arrecadado no Estado, categoria na qual, despontam os municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. Nestes, o cultivo de arroz, a produção de soja, melancia, feijão, milho são os principais produtos cultivados. Atualmente, coexistindo com a agricultura irrigada, a bovinocultura de corte, é a principal atividade pecuária, que nos municípios de análise possuem um efetivo de 21,30% do efetivo total de cabeças de gado do Estado do Tocantins . (PBH- Rio Formoso, 2007: 26).

Com a finalidade de modernizar o sistema produtivo dentro do Projeto Rio Formoso e em toda a região da bacia hidrográfica, são propostas uma serie de medidas de infra-estrutura para o aumento da área e da produtividade agrícola, no sentido de recuperar e complementar o sistema de agricultura irrigada que já existe em funcionamento. Dentre as principais propostas interventoras podemos citar: incremento das disponibilidades hídricas através da construção de barragens, reformulação da infra-estrutura hídrica do Projeto Rio Formoso, construção de novos canais de irrigação e o controle de erosão e de assoreamento dentro dos canais. São mencionadas também medidas de promoção de atividades ditas sustentáveis, que deveriam compatibilizar o crescimento agrícola com a preservação do meio ambiente, como o apoio a piscicultura, ao ecoturismo, a recreação balneária, a mitigação das cargas poluidoras através da agricultura, educação ambiental voltada para os recursos hídricos, preservação das matas ciliares e ipucas, são algumas propostas de intervenções na área sócio-ambiental.

A fotografia 7, apresenta a imagem externa de parte do maior silo existente no município de Formoso do Araguaia – TO na Cooperjava. Na fotografia 8 observamos na área interna do silo equipamento para a secagem dos grãos. Por último na fotografia 9, temos a imagem da sala de controle de maquinas do silo da Cooperjava.

Fotografia 7 – Silo pertencente à Cooperjava



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 19/10/2012

Fotografia 8 – Equipamento de secagem de grãos na Cooperjava



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 19/10/2012

Fotografia 9 – Sala de controle de máquinas na Cooperjava



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 19/10/2012

Após solicitação da versão completa do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso junto a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins (Semades), foi possível verificar que apesar do plano apresentar em seu bojo uma série de medidas em diversas áreas desde o estímulo ao aumento da produção agrícola até a preservação dos recursos hídricos, a destinação dos recursos é completamente desigual. Os recursos financeiros privilegiam de maneira acentuada a expansão agrícola dentro do Projeto Rio Formoso, em detrimento dos investimentos para projetos na área sócio-ambiental e no desenvolvimento da produção agrícola dos assentamentos de reforma agrária existentes na região. Os assentamentos, por exemplo, não possuem qualquer tipo de investimento público para desenvolvimento da agricultura irrigada mesmo estando localizados em muitos casos nas margens dos rios Formoso e Javaés, bem próximos ao Projeto Rio Formoso como é o caso do assentamento Três Poderes.

São previstos gastos na ordem de 360 milhões de reais para os próximos vinte anos na construção de barramentos que atendam a crescente demanda de água para a irrigação em todos os rios da bacia do Formoso, e, “apenas” 355 mil reais para o mesmo período, para a mitigação de cargas poluidoras provenientes da agricultura e da pecuária. Dentro desse

mesmo contexto de prioridades, é prevista a destinação de 301 milhões de reais para a “revitalização” do Projeto Rio Formoso e 255 mil reais para o apoio a atividade econômica do ecoturismo, ainda muito incipiente naquela região apesar de seu potencial de desenvolvimento.

Para a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários urbanos nos quinze municípios tocantinenses que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Formoso, são previstos para os próximos vinte anos gastos na de dezessete milhões de reais a serem realizados pela Saneatins (Companhia de Saneamento do Tocantins). O plano de bacia hidrográfica (PBH – Rio Formoso) admite, todavia, que não existe até o momento em nenhum dos municípios pertencentes aquela bacia hidrográfica, qualquer sistema de coleta e tratamento de esgotos em que pese às cidades de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, que possuem as maiores áreas territoriais de abrangência dentro da bacia. O plano lembra ainda, que apesar da densa rede de drenagem existente naquela região, cerca de 11% da população dos municípios pertencentes a bacia hidrografia do rio Formoso não possuem acesso a água.

A irrigação agrícola corresponde quase que a totalidade da demanda hídrica da bacia do rio Formoso, com 98,5% das captações nesse rio destinadas para esse fim. O abastecimento de água para o atendimento das cerca de 160.000 pessoas que residem nos municípios pertencentes à bacia hidrográfica, se utiliza de apenas 1% da água, enquanto 0,5% são destinados a dessedentação animal. Devido essa utilização em grande escala na atividade agrícola, existe hoje falta de água no baixo e no médio curso do rio Formoso, nos meses de estiagem de chuvas. Essa situação vem ocasionando disputas entre os agricultores grandes e médios pela utilização da água, especialmente nas regiões afetadas que se localizam, sobretudo junto ao município de Lagoa da Confusão, localizado a jusante da captação de água do Projeto Rio Formoso.

Na fotografia 10, observamos a captação direta de água para irrigação na Cooperformoso, essa retirada de água é feita de forma complementar ao abastecimento realizado pelos reservatórios.

Fotografia 10 – Captação de água diretamente do Rio Formoso na Cooperformoso



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 22/07/2012

Nas tabelas 3 e 4 apresentamos, respectivamente, a evolução nas áreas plantadas de arroz e soja nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, no Estado do Tocantins.

Tabela 3 – Evolução das áreas irrigadas (há) de arroz em Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão entre 1990 e 2012

Município	1990	1994	1997	2000	2002	2004	2005	2012
Formoso do Araguaia	24.800	28.160	28.980	25.630	16.770	23.940	25.430	24.670
Lagoa da Confusão		11.043	12.936	16.750	24.900	24.500	26.200	27.578

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Tocantins 2012

Tabela 4 – Evolução das áreas irrigadas (há) de soja em Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão entre 1990 e 2012

Município	1990	1994	1997	2000	2002	2004	2005	2012
------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Formoso do Araguaia	9.500 ha	9.400 ha	9.800 ha	12.375 ha	12.840 ha	17.280 ha	18.330 ha	17.822 ha
Lagoa da Confusão		1.500 ha	1.300 ha	950 ha	480 ha	17.000 ha	10.000 ha	18.500 ha

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Tocantins 2012

A análise dos dados relativos à produção de grãos (arroz e soja) nos municípios de Lagoa da Confusão e em Formoso do Araguaia revelam o aumento da importância da produção agrícola de Lagoa da Confusão, sobretudo a partir do ano 2000, quando aumentaram os investimentos do Estado do Tocantins naquele município. Nos últimos anos, as áreas irrigadas têm aumentado mais rapidamente em Lagoa da Confusão do que em Formoso do Araguaia, o que revela o maior dinamismo econômico dessa cidade na última década. Nesse sentido, o município de Lagoa da Confusão tem atraído novos investidores enquanto em Formoso do Araguaia observa-se uma relativa estagnação de sua produção agrícola, fato diretamente relacionado às sucessivas crises financeiras das cooperativas do Projeto Rio Formoso.

É importante deixar claro, que as diferentes crises econômicas enfrentadas pelas cooperativas não significavam, a priori, que a rentabilidade do empreendimento agrícola fosse pequena ou que este não valesse mais a pena para seus produtores, em uma área de alta produtividade agrícola. Na realidade, houve ao longo das três décadas de implantação do Projeto Rio Formoso, uma clara concentração de terras e de lucratividade na mão de um número cada vez menor de cooperados. Na Cooperformoso, por exemplo, dos 33 cooperados que iniciaram o projeto restam apenas 11, sendo que no ano de 2012 apenas 8 de fato estão plantando e os outros 3 arrendavam suas terras. As crises financeiras não impediram que a lucratividade daquele empreendimento agrícola fosse alterada, muito embora não houvesse uma expansão da área sistematizada para o plantio, se observou ao longo dos anos um claro processo de concentração fundiária, seja através de pessoas físicas ou jurídicas.

3.4. A valorização fundiária no Município de Formoso do Araguaia

Desde a inauguração do Projeto Rio Formoso no ano de 1979 a partir dos elevados investimentos públicos que foram feitos na sistematização de áreas para o desenvolvimento da agricultura irrigada, toda a região do entorno da Ilha do Bananal junto aos municípios de

Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão sofreu um processo contínuo de valorização fundiária. A possibilidade da realização de duas safras de grãos por ano atraiu produtores e empresas agropecuárias que passaram a adquirir grandes quantidades de terras no entorno da Ilha fluvial. Esses investidores foram incentivados pela elevada produtividade agrícola, e pelas sinalizações do Estado em nível Federal e Estadual de investimentos na infra-estrutura de produção e financiamentos a juros reduzidos.

Além das boas condições de fertilidade do solo e abundância de recursos hídricos, a região do médio Araguaia apresenta outra vantagem estratégica para a produção de grãos, particularmente a soja, que é a quebra do ciclo de vida da ferrugem um fungo (*Phakopsora meibomiae*) que ataca as plantações e causa sérios prejuízos aquele tipo de lavoura, exigindo com isso a aplicação de grandes quantidades de fungicidas e pesticidas. Por se encontrar em uma região de várzea que parte de ano permanece alagada e outra parte seca, existe a possibilidade da produção conjunta de arroz nos meses chuvosos (outubro a maio) e soja nos meses de seca (junho a setembro) através do sistema de irrigação. Essa associação de culturas permite que o ciclo de vida de reprodução do fungo seja quebrado, pois essa espécie de fungo se reproduz apenas nos meses chuvosos, período em que ocorre a safra de arroz na região.

A possibilidade de se plantar a soja em áreas sistematizadas de irrigação e não no sequeiro como ocorre na maioria das regiões produtoras do Brasil, tem atraído empresas transnacionais produtoras de grãos dispostas a multiplicar suas sementes e pesquisar melhoramentos genéticos, nos diferentes tipos de sementes transgênicas que produzem e comercializam. Cerca de 30% das terras existentes dentro do projeto Rio Formoso já pertencem a pessoas jurídicas na figura de empresas do setor agropecuário, e os demais produtores (pessoas físicas) plantam com o “pacote” de sementes, fertilizantes químicos e defensivos agrícolas fornecidos por essas mesmas empresas, como é o caso das produtoras de grãos Talismã Sementes e Monsanto as mais atuantes na região.

Na fotografia 11, observamos a aplicação de defensivos químicos no plantio das sementes de soja realizado através de pulverização mecânica.

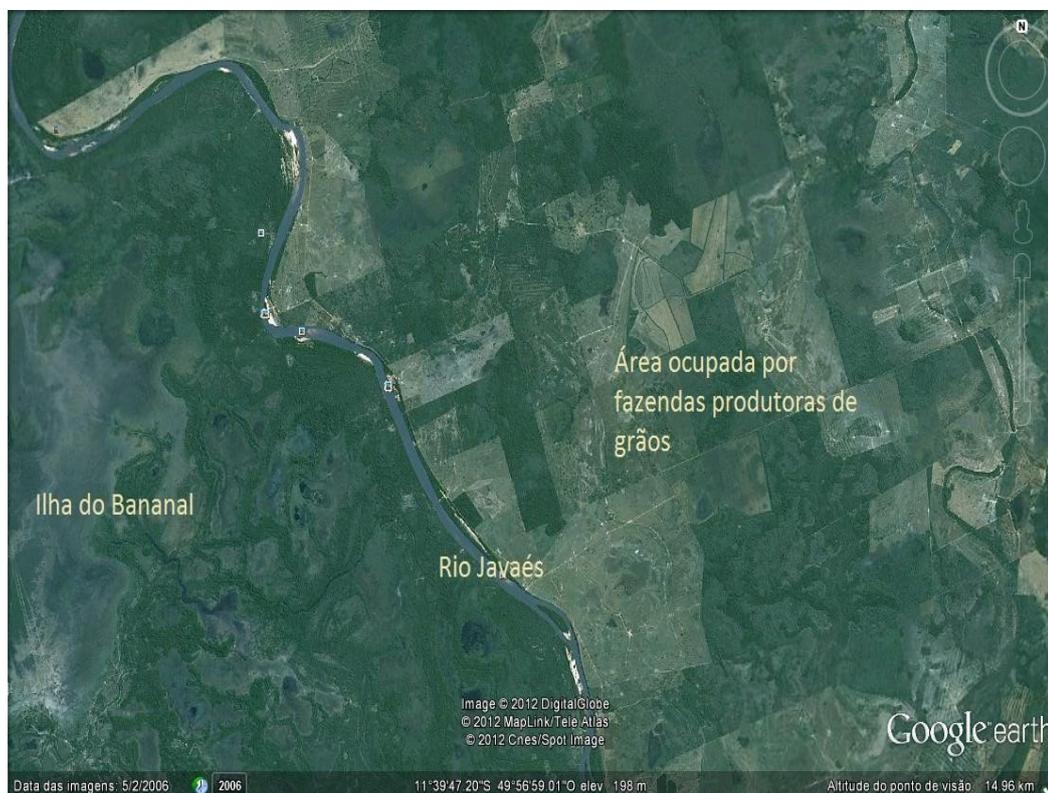
Fotografia 11 – Aplicação de defensivos químicos na Cooperformoso

Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 22/07/2012

O entorno da Ilha do Bananal nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão é hoje um dos maiores pólos produtores de sementes transgênicas de soja do Brasil, abastecendo produtores de diversos Estados como Mato Grosso, Maranhão, Tocantins (demais regiões do Estado produtora de grãos), Bahia, Paraná, entre outros. Todo esse movimento de chegada de investidores do setor agrícola tem causado um processo de valorização fundiária, que tem no sistema de produção do Projeto Rio Formoso seu modelo a ser copiado na expansão agrícola de toda a região sudoeste do Estado do Tocantins.

Para uma melhor compreensão dos fenômenos descritos, na figura 1 apresentamos uma imagem de satélite retirada do Google maps onde se observa de maneira clara o avanço da fronteira agropecuária no entorno da Ilha do Bananal.

Figura 1 – Imagem de satélite do entorno da Ilha do Bananal, onde se verifica a pressão da expansão da frente agropecuária sobre o PIA



Fonte: www.googleearth.com acesso: 26/03/2013

Com o avanço das forças agrícolas capitalistas os sujeitos sociais antagônicos a esse sistema de produção como os assentados e os indígenas, tem vivido a margem de todo o processo de desenvolvimento econômico gerado com a chegada do agronegócio na região do médio Araguaia. Seguramente a falta de incentivos a produção, a falta de uma política de reforma agrária, e mesmo a falta da realização de benfeitorias sociais das mais básicas, como sistemas aceitáveis de saúde e educação nos assentamentos e nas aldeias indígenas, são um reflexo da marginalidade em que o Estado brasileiro tem colocado esses sujeitos sociais no processo de formação territorial daquela região.

O plano de bacia hidrográfica do Rio Formoso admite que “a estrutura fundiária da região é caracterizada por uma elevada concentração da posse da terra” (PBH- Rio Formoso, 2007:28); entretanto não se faz menção em suas propostas sobre a necessidade de serem realizados programas de reforma agrária naquela região. No município de Formoso do Araguaia - TO existe um grande predomínio de médias e grandes propriedades que ocupam as maiores áreas agrícolas como indica a tabela 5.

Tabela 5 – Características fundiárias do município de Formoso do Araguaia – TO (2010)

Tamanho das propriedades	Áreas das propriedades (ha)	% em relação a área do município	Numero de propriedades
2 a menos de 5 ha	4,84	0,0004	2
5 a menos de 10 ha	59,528	0,004	7
10 a menos de 20 ha	332,968	0,02	21
20 a menos de 50 ha	4.298,966	0,32	125
50 a menos de 100 ha	15.647,44	1,17	183
100 a menos de 200 ha	27.967,36	2,08	199
200 a menos de 500 ha	76.284,61	5,68	220
500 a menos de 1.000 ha	94.003,14	7,00	120
1.000 a menos de 2.000 ha	84.251,11	6,28	58
2.000 a menos de 5.000 ha	81.181,29	6,05	29
5.000 a menos de 10.000 ha	74.932,06	5,58	10
10.000 a menos de 100.000	112.029,5	8,34	6

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 2006

Como se verifica nos dados apresentados existe um predomínio absoluto de médias e grandes propriedades no município de Formoso do Araguaia, com áreas acima de 200 ha e passando dos 10.000 ha em alguns casos. Os seis assentamentos de reforma agrária existentes no município pesquisado, ocupam menos de 2% da área territorial do município, apesar de abrigarem mais de quinhentas de famílias segundo os dados oficiais. Enquanto isso, no outro extremo desse processo, apenas seis proprietários de terra ocupam mais de 8% da área

territorial do município. Cerca de 40% da área total do município de Formoso do Araguaia se encontra dentro do Parque Indígena do Araguaia na Ilha do Bananal, essas terras são de domínio da União e só devem ser usadas e exploradas economicamente pelas populações indígenas, como prevê a legislação brasileira. Com relação ao campesinato e a situação dos assentamentos de reforma agrária, o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso faz o seguinte diagnóstico desta classe social na região:

Os assentamentos rurais nos municípios da bacia, totalizam 27 projetos de assentamento com 2.316 famílias assentadas. O sistema produtivo nestes assentamentos é constituído, basicamente, por recursos próprios e praticamente voltado para a subsistência dos assentados, exceto quando os mesmos necessitam de uma renda extra para suas necessidades, que é viabilizada pela comercialização dos produtos em baixa escala e muito frequentemente pela prestação de serviços a terceiros. O emprego da tecnologia voltada para a produção é praticamente inexistente, sendo caracterizada basicamente pela plantação em roça de toco, onde se cultiva arroz, milho, feijão, mandioca, batata-doce, olerícolas (alface, jiló, cenoura, etc.) e algumas fruteiras (banana, abacaxi, laranja, etc.). Após a exploração da lavoura tipo roça de toco, geralmente por dois anos consecutivos, planta-se a pastagem, com o objetivo da exploração da atividade pecuária bovina extensiva do tipo cria. (PHB- Rio Formoso, 2007: 33).

O arcadismo com que é descrita a agricultura familiar, mesmo estando ela alijada de qualquer participação no Projeto Rio Formoso ou em qualquer outro projeto de irrigação, associado seus baixos índices de produtividade; sugerem a conclusão por parte dos técnicos e gestores públicos de que não está nessa classe social o futuro para o desenvolvimento da agricultura na região. Como descrito no relatório interno da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins (SEMADES).

Os assentamentos, existentes em grande número na região, são uma fonte de constante pressão para que novos investimentos que oportunizem irrigação sejam realizados. Contudo, sem uma análise detalhada das características da produção e dos mercados que a região pode atender com seus produtos irrigados, parece plausível a hipótese de que a exploração irrigada se viabilize, nas condições atuais, apenas a partir de grandes empreendimentos, o que pode ser obtido de duas formas apenas: através da exploração por grandes produtores ou através do associativismo dos pequenos produtores (PBH- Rio Formoso, 2007: 48).

Em entrevista realizada com o Secretário de Planejamento do município de Formoso do Araguaia, Sr. Aldner Vieira Ramos um ex-cooperado do Projeto Rio Formoso, foi argumentado pelo entrevistado a respeito dos elevados gastos que são realizados pelo município nos assentamentos com o transporte escolar e o atendimento de saúde, pois se localizam em áreas distantes do centro urbano do município em vias de acesso normalmente precárias. Como a geração de recursos para o município através da cobrança de impostos é praticamente nula nesses assentamentos, a Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia acaba vendo poucos benefícios na implantação de novos assentamentos de reforma agrária, além de observar inúmeras dificuldades em se manter os serviços sociais mais básicos nos já existentes.

“A produção agrícola nos assentamentos de reforma agrária aqui no município de Formoso do Araguaia tem sido mínima, só para a subsistência mesmo. Para um setor que produz que seria produtivo, ele não é representativo pelo volume de recursos que a prefeitura emprega em serviços sociais básicos”. Aldner Vieira Ramos – Secretário de Planejamento do município de Formoso do Araguaia – TO, novembro/2012

Diferentemente dessa situação, o Projeto Rio Formoso foi citado como a principal atividade econômica geradora de ICMS (imposto de circulação de mercadorias e prestação de serviços) para o Estado e o município de Formoso do Araguaia. Dessa forma, o Secretário municipal observa uma importância estratégica em incentivar esse modelo de produção agrícola, que liga o campo à cidade através do desenvolvimento da agroindústria, aumentando a oferta de renda e empregos em sua visão. Na tabela 6, apresentamos os principais assentamentos de reforma agrária existentes no município de Formoso do Araguaia – TO, com suas respectivas áreas territoriais e número de famílias assentadas.

Tabela 6 – Principais assentamentos no entorno da Ilha do Bananal e próximos ao Projeto Rio Formoso

Assentamento	Área (há)	Capacidade de famílias	Famílias assentadas
Loroty	39.726	296	290
Lagoa da Onça	17.347	313	311
Pirarucu	6.533	75	66
Caracol	17.056	120	109
Três Poderes	2.330	45	42

Fonte: Ruraltins cadastro interno 2013

O assentamento de reforma agrária Três Poderes, foco desta pesquisa, é o mais próximo da Cooperformoso (primeira etapa do Projeto Rio Formoso), distante cerca de 7km da sede do projeto de irrigação. Foi demarcado pelo INCRA no ano 2000 e abriga atualmente 42 famílias assentadas, boa parte formada por posseiros e retireiros que viviam no interior da Ilha do Bananal, e foram realocados com o processo de desocupação de não-índios do PARNA e do PIA. Dentro do assentamento, não existe qualquer tipo de projeto de irrigação agrícola, mesmo estando localizado as margens do Rio Formoso, com grande disponibilidade hídrica ao seu redor. Predomina no referido assentamento rural a atividade econômica da pecuária extensiva realizada em lotes de 70 hectares, além de pequenas plantações (em geral

de própria subsistência dos assentados) de feijão, arroz e mandioca predominantemente. Na fotografia 12, observamos a simplicidade e rusticidade das moradias existentes dentro o assentamento Três Poderes.

Fotografia 12 – Residência camponesa no assentamento Três Poderes



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data:20/11/2013

Nas entrevistas realizadas com os assentados, muitos se queixaram da falta de assistência técnica rural prestada pelo poder público, o que seria o principal motivo da baixa produtividade apresentada. Os principais benefícios sociais que os assentados têm recebido do Estado em seus diferentes níveis, são o programa Bolsa-família e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar). O endividamento de muitas famílias ao longo dos anos tem impedido, contudo, a aquisição de novos empréstimos junto ao PRONAF para desenvolverem suas produções, pois muitas de suas dívidas antigas ainda não foram pagas o que os impedem de receberem novos financiamentos. Já o programa bolsa-família beneficia quase que a totalidade dos assentados.

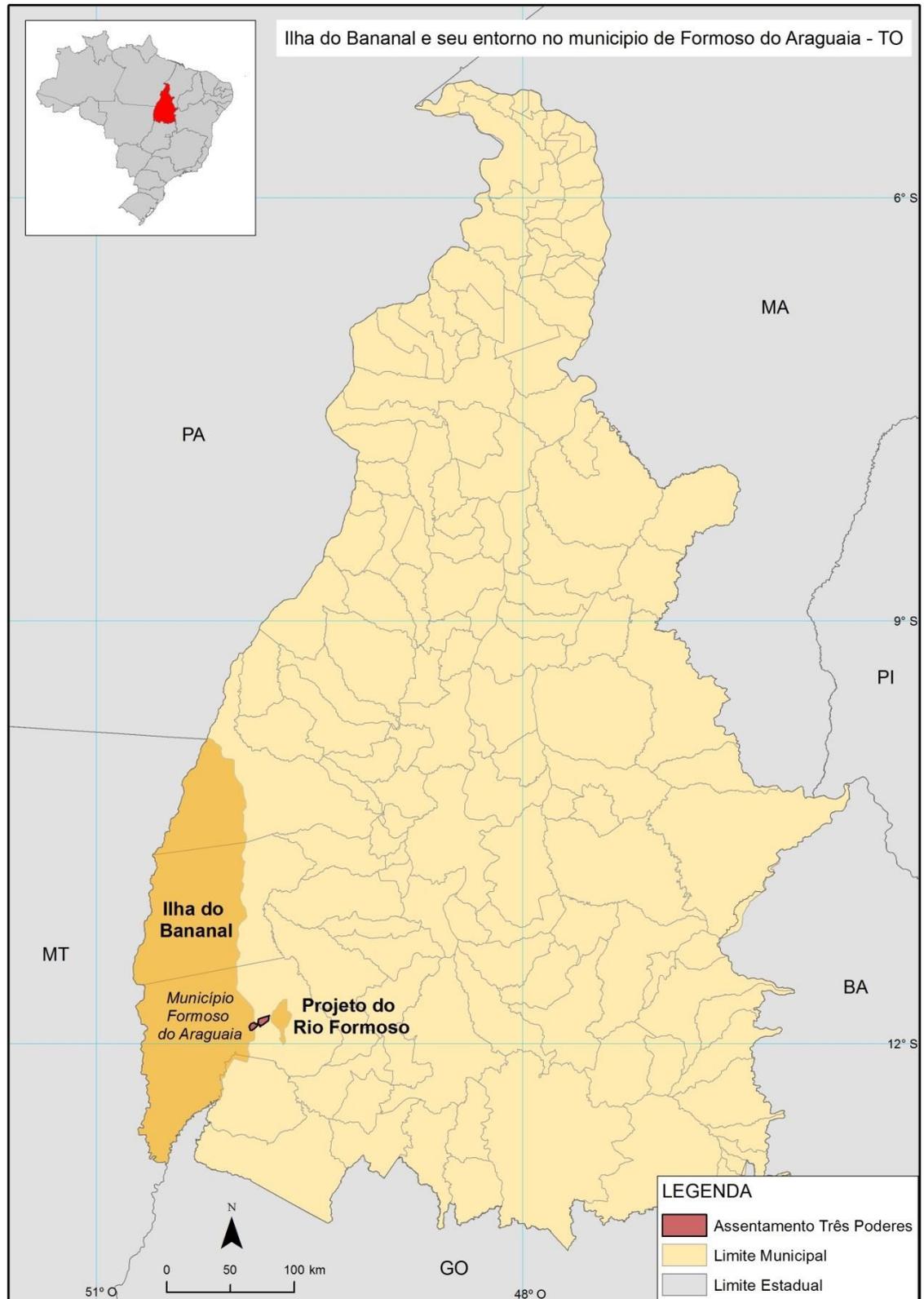
“É tão difícil à produção no assentamento, pois a população não se une, e tem pouco apoio do governo. Tem muita gente que não tá dando conta de viver em sua terra, aí tem que procurar trabalho fora. Se nós tivéssemos uma assistência, como um trator aí tinha condições de produzir, diversificando a produção e não dependendo só da pecuária. Atualmente praticamente todos os assentados estão endividados”. José Borges – agricultor camponês do assentamento Três Poderes, ex-presidente da associação de moradores.

Devido aos baixos rendimentos obtidos no assentamento, boa parte dos assentados tem de obter renda fora do assentamento como na Cooperformoso, seja em empregos fixos, ou na

maioria dos casos como trabalhadores temporários contratados para os períodos de safra dentro do Projeto Rio Formoso. Na safra do arroz e da soja, os trabalhadores agrícolas assalariados temporários se alojam dentro da cooperativa agrícola vindos da área urbana e rural do município de Formoso do Araguaia, e também de outras regiões do país como o Estado do Maranhão para trabalharem temporariamente.

Dentro do assentamento Três Poderes, não existem estruturas coletivas de produção com um laticínio, armazém ou um silo, o que limita claramente uma produção de maior escala, já que a capacidade de investimento financeiro dos assentados é baixa. Apenas alguns poucos assentados tem obtido maior renda através do investimento na pecuária, sem dúvida alguma a principal atividade econômica geradora de renda atualmente para as famílias assentadas. Os assentados com maior número de cabeças de gado, tem se utilizado dos pastos naturais da Ilha do Bananal especialmente nos períodos de cheias dos rios da região, através de contratos que são firmados com as associações indígenas como a CONJABA (Conselho das Organizações Indígenas do povo Javaé da Ilha do Bananal), que representam os índios Javaés moradores do PIA.

No mapa 3 elaborado especialmente para esta pesquisa, podemos observar a localização do Assentamento Três Poderes e seu distanciamento tanto em relação ao Projeto Rio Formoso como em relação a Ilha do Bananal.

Mapa 3 – Ilha do Bananal e seu entorno no município de Formoso do Araguaia – TO

3.5. A retirada dos não-índios da Ilha do Bananal e a permanência dos conflitos pelo uso da terra

No município de Formoso do Araguaia, existem hoje seis assentamentos de reforma agrária realizados a partir de projetos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Grande parte dos camponeses desses assentamentos eram posseiros que residiam no interior da Ilha do Bananal, onde desenvolviam a atividade da pecuária de forma extensiva. Essas pessoas foram sendo retiradas paulatinamente do território indígena, seja dentro do PIA ou do PARNA, em ação coordenada entre o Ministério Público Federal e a FUNAI que se iniciou a partir do ano de 1991, quando o processo de invasão do território indígena atingiu níveis muito elevados.

Estima-se que a ocupação de não brancos na área indígena e na área do parque acelerou-se de tal forma que segundo cálculos da FUNAI, no ano de 1991 havia aproximadamente 150.000 cabeças de gado na ilha.(...)Dados da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública indicam que havia 11.000 moradores não índios na Ilha do Bananal em 1991(Bispo, 2012:130).

O processo de desocupação das terras indígenas ocorreu de forma lenta e conflituosa, dando origem a diversos assentamentos como o Lagoa da Onça, Pirarucu e Três Poderes, localizados entre o Projeto Rio Formoso e a Ilha do Bananal, no município de Formoso do Araguaia. Devido às características naturais das várzeas e Ipucas do entorno da Ilha do Bananal, no período das chuvas os camponeses contam apenas com metade de suas áreas para trabalharem a terra, em virtude do regime de vazão dos rios da região associados à presença de solos hidromórficos, que alagam com muita facilidade pois possuem lençol freático elevado. Essa situação limita profundamente o desenvolvimento da pecuária por parte dos assentados, que na região sempre tiveram a Ilha do Bananal como “refugio” para o gado, devido à excepcional qualidade de seus pastos naturais e a possibilidade de levar o gado para áreas mais elevadas que não alagam dentro da ilha fluvial.

O processo de desintrusão das terras do Parque Indígena do Araguaia (PIA) e do Parque Nacional do Araguaia (PARNA), realizados conjuntamente por vários órgãos públicos teve êxito na retirada dos posseiros e retireiros do interior da Ilha do Bananal. Dados da FUNAI mostram que já em 1998 a maior parte dos camponeses já havia deixado a ilha fluvial restando menos de 1000 famílias, das 15.000 que existiam em 1991. Entretanto, a utilização da Ilha do Bananal como refugio para a pecuária permaneceu sendo praticada em larga escala, mesmo com a retirada dos posseiros. Isso acontecia através de contratos de arrendamentos feito por pecuaristas com as comunidades indígenas, ou mesmo de forma clandestina sem o conhecimento dos órgãos Públicos (Funai E ICMBio) e das comunidades indígenas.

A dimensão da Ilha do Bananal com 1.916.225 hectares de extensão aliada à pequena quantidade de fiscais ambientais sejam eles do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) ou da Polícia Ambiental do Estado do Tocantins, praticamente inviabiliza qualquer tipo a fiscalização nas fronteiras do território indígena. Desta forma, têm sido mais fácil ao longo dos anos se retirarem os posseiros e retireiros de suas antigas moradias do que o gado propriamente dito do interior da ilha fluvial. Nas últimas décadas o arrendamento de terras para a pecuária tem sido uma das principais fontes de renda das comunidades indígenas, as quais não podem atualmente abrir mão. Essa situação tem ocasionando algumas vezes, alianças entre pecuaristas e determinadas lideranças indígenas das aldeias da região. Visando acabar com essa situação, de arrendamento das terras do Parque Indígena que não é permitida pelas leis brasileiras, e atendendo-se a decisão da Justiça Federal, o Ministério Público do Tocantins estabeleceu prazo para a retirada sumaria do gado pertencente a não-índios dentro da Ilha do Bananal.

No ano de 2005 foi protocolada uma Ação Civil Pública proposta pelo IBAMA contra pecuaristas que estavam levando o gado para a área dentro do Parque Nacional do Araguaia e de toda a Ilha do Bananal, ou seja, em território indígena. Decisão judicial favorável ao IBAMA determinou a retirada total do gado. Ficou, assim, definitivamente proibida a entrada de gado de não-índios na Ilha do Bananal, seja em área do parque, seja em área indígena (Bispo, 2012:133).

A efetivação da medida judicial ocorreria de maneira completa no ano de 2008, quando uma grande operação conjunta entre ICMBio, Ibama e Polícia Ambiental, retirou todos posseiros que ainda residiam dentro da Ilha do Bananal, assim como todo o gado pertencente a não-índios. Entretanto, pouco tempo depois já no ano de 2009, lideranças indígenas através de suas associações como a CONJABA (Conselho das Organizações Indígenas do povo Javaé da Ilha do Bananal) ou mesmo individualmente através de lideranças de algumas aldeias, exigiram junto às autoridades públicas do Ministério Público Federal e da Funai a volta do arrendamento das terras da ilha para a pecuária, sob a alegação de que aquela geração de renda era imprescindível para a sobrevivência das comunidades indígenas.

Desde então, o gado tem retornado à Ilha do Bananal seja de forma legal através de contratos de arrendamento firmados com os indígenas, ou mesmo ilegalmente através da entrada sem a autorização dos indígenas e sem o aval das autoridades públicas competentes. Como se apurou nos trabalhos de campo, os preços pagos as comunidades indígenas pelo arrendamento de suas terras para a pecuária estão bem abaixo daqueles praticados no mercado regional, algo em torno de 3,00 R\$ por cabeça de gado ao mês em média. Além disso, é muito difícil para as comunidades indígenas averiguarem ao certo o número de cabeças de gado que entram na ilha, por diversas vezes o que se declara de entrada não corresponde à realidade,

como se apurou junto aos funcionários da Funai e do ICMBio que fiscalizam o PIA e o PARNA.

A falta de assistência social prestada tanto pela Funai como pelo Estado do Tocantins, associada à inexistência, fracasso ou pequena amplitude de projetos de geração de renda alternativos, tem levado as comunidades indígenas a se tornarem cada vez mais dependentes do arrendamento das terras para a pecuária dentro da Ilha do Bananal. Como se verificou com funcionários da Adapec (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins) que vacinam o gado dentro da Ilha, após a retirada total do gado de não-índios em 2008 já retornaram para ilha aproximadamente 45.000 cabeças de gado no ano de 2012, num processo contínuo que tem se intensificado anualmente, na medida em que praticamente inexistem fontes alternativas de renda que poderiam alterar essa situação.

Evidentemente, estando às populações indígenas em um contato cada vez maior com as cidades vizinhas, era inevitável que o avanço das forças produtivas capitalistas no campo não acabasse por influenciar e transformar suas sociedades e seu modo de vida. Esse conhecido processo de formação territorial sob a hedge do capital, traz sempre em seu bojo as contradições sociais, culturais e religiosas características do avanço dos novos valores socioculturais. Como não se poderia deixar de esperar, o território adquire novos significados na medida em que os sujeitos sociais que o habitam vão se transformando de acordo com o processo histórico em que são submetidos. Tem sido assim com os povos das comunidades Javaés na parte leste da Ilha do Bananal, especialmente no município de Formoso do Araguaia-TO, e com as aldeias os Karajás que ocupam a faixa oeste da Ilha do Bananal em contato cada vez mais intenso com a cidade de São Félix do Araguaia-MT. Atualmente, muitos indígenas trabalham nessas cidades, sobretudo em instituições públicas como na Funai e nas prefeituras municipais. Outra fonte de renda importante nas aldeias que deve ser citada tem sido o programa bolsa-família, que ano a ano expande o número de famílias beneficiadas.

Nas fotografias 13 e 14, apresentamos na primeira imagem a aldeia de Santa Isabel fotografada a partir do rio Araguaia, e na segunda imagem habitações tipicamente Karajás da mesma aldeia.

Fotografia 13 – Aldeia Karajá de Santa Isabel as margens do rio Araguaia



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 16/07/2011

Fotografia 14 – Habitações dos indígenas Karajá na aldeia de Santa Isabel



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 16/07/2011

Outra característica importante de ser mencionada no processo de formação do território na Ilha do Bananal é a atuação de grupos missionários pentecostais, que atuam nas comunidades indígenas com o objetivo de convertê-los ao cristianismo. A Igreja Adventista do Sétimo Dia é a principal instituição religiosa que atua propriamente dentro do território da Ilha do Bananal, possuindo uma igreja na aldeia Karajá de Santa Isabel onde realiza batismos e profere cultos. De acordo com Porto, o processo de evangelização influi não somente na dimensão social, mas também na espacialidade das comunidades indígenas. “Os impactos da evangelização interferem também na planta tradicional das aldeias Karajá e na divisão social do espaço feminino nas casas, no espaço masculino, na casa dos homens ou na casa dos *ijasò*, *ijasò heto*, localizada nas costas da aldeia, entre essas e o cerrado” (Porto, 2009: 54).

A fotografia 15, nos mostra o ritual religioso do Hetohoky da etnia Karajá, que expressa os genuínos valores de suas crenças míticas e religiosas. As aldeias dessa etnia encontram-se atualmente divididas entre os indígenas que proferem o cristianismo, e os indígenas que continuam praticantes de sua própria religião.

Fotografia 15– Ritual religioso do Hetohoky na aldeia Karajá de Fontoura, Ilha do Bananal



Autora: Narubia Werreria 18/07/2010

Não se deve negar, apesar de tudo, a notável capacidade de resistência cultural e social das comunidades indígenas Javaés e Karajás na Ilha do Bananal ao longo dos três séculos de contatos de não-indios com as populações nativas. Apesar das atrocidades cometidas ao longo do processo histórico de ocupação territorial, a cultura Iny permanece viva na Ilha do

Bananal, com sua língua, seus mitos e crenças presentes no cotidiano de diversas aldeias, sejam elas de indígenas da etnia Karajá ou Javaés. Durante todo ano, ocorrem periodicamente manifestações religiosas como o ritual do aruanã e do hetohoky, que refletem em parte o conjunto das crenças processadas pelo povo ynã.

CAPÍTULO 4 - OS RECURSOS HÍDRICOS NO CONTEXTO DA REVITALIZAÇÃO DO PROJETO RIO FORMOSO

CAPÍTULO 4 - OS RECURSOS HÍDRICOS NO CONTEXTO DA REVITALIZAÇÃO DO PROJETO RIO FORMOSO

4.1 - Considerações a respeito das particularidades da geografia física da Ilha do Bananal e do seu entorno

Tanto a Ilha do Bananal como seu entorno no município de Formoso do Araguaia, localizam-se em uma área de transição entre os biomas do cerrado e da floresta amazônica, com fauna e flora muito rica e diversificada com elevado índice de espécies endêmicas. Nas formações vegetais temos variadas fisionomias em áreas territoriais relativamente próximas, como os campos (conhecidos na região como varjões), matas ciliares de igapó, floresta Amazônica, cerrado, cerradão, várzeas e ipucas. Essa variedade de ambientes naturais, fauna e flora associada a uma densa rede de drenagem, emprestam uma relevante importância ambiental e ecológica à região do médio Araguaia.

Um dos fatores fundamentais que tem possibilitado a manutenção dos atributos naturais do conjunto de todo ecossistema regional, é a existência do Parque Nacional do Araguaia (PARNA) e do Parque Indígena do Araguaia (PIA), demarcados respectivamente nos anos de 1959 e 1970. A existência de uma área de praticamente dois milhões de hectares correspondentes a Ilha do Bananal, como uma reserva ambiental e um parque indígena de domínio da União, foram fatores fundamentais para conter o avanço do latifúndio e do agronegócio sobre aquele território. Seguramente, a existência desse patrimônio ambiental que abriga a maior ilha fluvial do mundo, só foi possível de existir em virtude da demarcação das terras públicas, pois como mencionaremos adiante, as condições ambientais para o avanço tanto da agricultura como da pecuária são excelentes, se considerarmos seu meio físico.

Além desse ponto, é preciso mencionar também como aspecto importante na conservação do meio ambiente daquela região, a inexistência de grandes usinas hidroelétricas no rio Araguaia em seu médio curso, tanto no rio principal como em seus afluentes como os rios Formoso e Javaés. Trata-se de um fato raro, se considerarmos que as principais bacias hidrográficas brasileiras tanto da região centro-oeste quanto da região norte do país, já foram ou estão sendo afetadas pela construção dessas obras. Devido às características geomorfológicas, a construção de uma usina hidroelétrica na região do médio Araguaia certamente alteraria de forma drástica todo o conjunto do ecossistema da Ilha do Bananal, que possui baixas altitudes em seu interior e seria certamente comprometido com a elevação do nível das águas.

Com o avanço nas últimas três décadas do agronegócio e da pecuária nos Estados do Mato Grosso e do Tocantins, a Ilha do Bananal tem funcionado atualmente como uma espécie de “barreira natural” (inclusive sem estradas de rodagem pavimentadas), entre dois grandes estados produtores de grãos que avançam ano a ano suas fronteiras agrícolas em direção ao PIA e ao PARNA. As investidas por parte do Governo do Estado do Tocantins de angariar fundos para a construção da rodovia Transbananal que deverá atravessar a ilha fluvial, refletem justamente a tentativa de se romper com esse obstáculo natural nos próximos anos.

As cidades de São Felix do Araguaia – MT e o município de Formoso do Araguaia – TO (nas fronteiras leste e oeste da Ilha do Bananal), tem expandido de forma consistente suas produções agrícolas principalmente através da soja e da pecuária no primeiro município, e da produção de grãos no segundo. Na medida em que o capital se territorializa e o agronegócio se desenvolve na região do médio Araguaia, cada vez mais o território ocupado pelo PARNA e pelo PIA encontra-se como um obstáculo a ser superado, para que se facilite o escoamento e a interligação entre duas importantes áreas produtoras do planalto central brasileiro, que incluem os Estados do Mato Grosso e do Tocantins.

Dentre as espécies animais que compõem a rica fauna da região do médio Araguaia, podemos destacar principalmente nas várzeas e próximos aos rios, a grande variedade de mamíferos:

Entre os mamíferos de vida noturna, podem ser encontradas a paca (*Agouti paca*), o tatu-galinha (*Dayspus novencinctus*), o tatu-bola (*Tolypeutes trincinctus*) e a cuíca (*Chironectes minimus*). Adaptados à vida aquática, podem ser encontradas a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), a anta (*Tapirus terrestris*) e a lontra (*Lutra platensis*). Vivendo nos baixios alagados e margem do rio, temos o veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) e o cervo (*Blastoceros dichotomus*). É comum na região, o encontro com indivíduos como o boto (*Iria geoffrensis*). Entre os carnívoros de terra firme, podem ser encontrados os canídeos raposa-do-campo (*Dusicyon vetulus*) e o lobo-guará (*Chrysocon brachyurus*). Como representantes dos grandes felídeos, podem ser ainda encontrados raros exemplares de jaguatirica (*Felis pardalis*) (PBH – Rio Formoso, 2010: 17).

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia, a Geomorfologia da região do médio Araguaia se apresenta da seguinte forma:

Se constitui de uma extensa planície, formada por sedimentos quaternários fluviais, periodicamente inundados pelas cheias dos rios da região. A planície do Bananal é uma unidade geomorfológica que se constitui em uma ampla faixa disposta em relação ao curso do Araguaia e seus afluentes, corresponde à área de terrenos quaternários, controlados pela Unidade Geomorfológica Depressão do Araguaia. Esta compreendida entre os rios Tapirapé, Araguaia, Formoso e Javaés, abrangendo extensas superfícies de inundação marginal a esses rios. O relevo da região é praticamente plano em toda a sua extensão, com pouquíssimos morros residuais isolados, alguns pontos possuem cotas mais elevadas, em média 200 (Plano de Manejo, 2001:3).

Na fotografia 16, podemos observar a vasta extensão da planície do Bananal junto ao rio Araguaia no período de estiagem de chuvas, quando as várzeas secam e desaparecem as

lagoas marginais que se formam nos períodos de cheia do rio. Nota-se ainda na mesma imagem, a exuberância e o alto grau de preservação da vegetação no território indígena.

Fotografia 16 – Rio Araguaia e Planície do Bananal

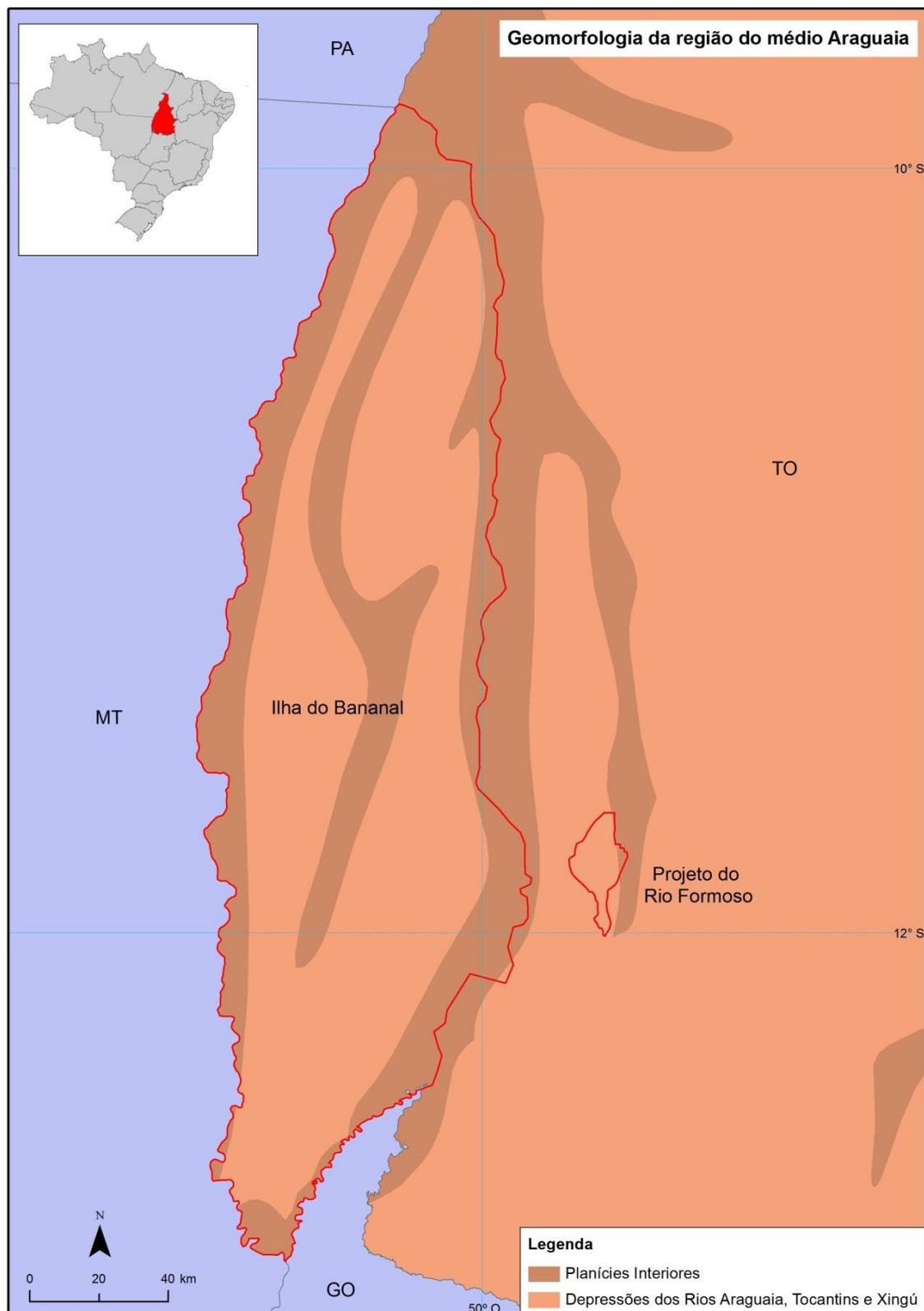


Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 11/09/2011

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia (PARNA) destaca que a vegetação da região do médio Araguaia apresenta variadas fisionomias:

Na região predominam os campos, aparecendo fragmentos de cerrado e, ou, cerradões, matas ciliares e, em algumas partes outras formações vegetais em forma de ilhas. As formações campestres, conhecidas na região pelo nome de “varjões”, estão localizadas nas partes mais baixas e são totalmente inundadas pelos rios durante o período das chuvas. Nas cotas mais elevadas surgem formações vegetais típicas de mata seca, cerradão e cerrado. Destacam se ainda as formações conhecidas por “monchões” ou “murundus”, caracterizados por apresentarem espécies típicas do complexo cerrado/cerradão, circundados pelos varjões. Uma característica marcante da região é a presença de ipucas, que no período de cheias fazem a ligação entre os vários rios da região (Plano de Manejo, 2001:4).

O mapa 4, foi realizado para esta dissertação de mestrado a partir da base de dados fornecida pela Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Tocantins (Seplan). Nele observamos as principais formações geomorfológicas da região sudoeste do estado, a partir da classificação básica do relevo utilizada pelo respectivo órgão público.

Mapa 4 – Geomorfologia da região do médio Araguaia

O termo ipuca, segundo Martins (2002), é de origem Tupi e significa “água arrebitada”, na estiagem das chuvas as ipucas são importantes para a diversificada fauna daquela região, pois normalmente possuem água e umidade em seu solo para o consumo dos animais. Fornecem nesse sentido abrigo do escaldante sol tropical, com temperaturas freqüentemente acima dos 30 graus célsius. Mesmo na rigorosa estiagem de chuvas, é muito comum encontrar o solo encharcado no interior das ipucas, contrastando com solos completamente secos nas formações campestres (varjões).

Nas fotografias 17, 18 e 19 podemos observar através das imagens exemplos da riqueza e diversidade dos ambientes naturais encontrados na região do médio Araguaia. Na fotografia 16 temos a imagem de uma ipuca no período de estiagem de chuvas, quando os animais silvestres procuram refúgio em seu interior para suportarem as altas temperaturas e falta de umidade características desse período do ano. A fotografia 17 apresenta uma das principais formações vegetais da região do médio Araguaia, os varjões que podem ser usados como pastagens naturais para o desenvolvimento da atividade pecuária. Na fotografia 18 temos toda exuberância e diversidade biológica características das matas ciliares de igapó, fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas terrestres e aquáticos da toda aquela região.

Fotografia 17 – Ipuca formação vegetal característica da região do médio Araguaia



Fotografia 18 – Varjões (formações campestres) na Ilha do Bananal



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 11/09/2011

Fotografia 19 – Mata ciliar de igapó no rio Jaburu na Ilha do Bananal



Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 22/11/2012

A região do médio Araguaia apresenta clima tropical com estação chuvosa entre os meses de outubro a abril, e estação seca com baixos índices pluviométricos entre os meses de maio a setembro. O contraste na distribuição das chuvas promove uma grande diferenciação na paisagem regional (sobretudo na vegetação) influenciada pelo subir e descer das águas dos rios e lagoas, o que, por sua vez, impacta diretamente a agricultura e na pecuária que necessita se adaptar as variações nas condições climáticas de cada período do ano. A forma com que a vegetação nativa se comporta varia substancialmente durante as condições hostis do clima seco, já que muitas das árvores do cerrado perdem suas folhas para aguentarem a falta de água.

Devido à expansão da produção de grãos e da pecuária, ao longo do processo histórico de ocupação da região do médio Araguaia, existe hoje uma diferença muito grande na densidade da cobertura vegetal da Ilha do Bananal e de seu entorno no município de Formoso do Araguaia, onde se localiza o Projeto Rio Formoso. O intenso desmatamento ocorrido principalmente nas três últimas décadas resultou na fragmentação da vegetação nativa tanto nas fazendas de criação de gado, como nas propriedades rurais do projeto de irrigação, e também nos assentamentos rurais. Como consequência da expansão da atividade agropecuária, feita quase sempre sem qualquer preocupação e respeitar a legislação ambiental (principalmente no que se refere à questão da reserva legal e da ocupação de áreas de preservação permanente), temos um cenário de aumento contínuo do desmatamento na região do médio Araguaia, na medida em que o agronegócio se expande territorialmente.

Com a constante fragmentação da cobertura vegetal nativa na bacia do Rio Formoso, as espécies animais, principalmente aquelas de maior porte encontradas na área, como a anta (*Tapirus terrestris*), o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a onça-pintada (*Panthera onca*), que precisam de grandes extensões de território para conseguir alimento e outros recursos importantes à sobrevivência, não conseguem o suficiente em seus refúgios. Os fragmentos de Cerrado, isolados pela matriz urbana e rural, funcionam ecologicamente como ilhas, daí a redução das áreas disponíveis para os animais, levando à diminuição das espécies dentro dos fragmentos devido ao aumento da competição e expansão do domínio de outras espécies, favorecidas na nova paisagem que se forma, processo conhecido como “relaxamento de habitat” (PHB – Rio Formoso: 16).

A rede de drenagem da região do médio Araguaia apresenta rios de médio e grande porte, pertencentes à bacia hidrográfica do Araguaia - Tocantins, além de inúmeras nascentes e lagos com abundante fauna aquática (muito utilizados pelas comunidades indígenas da Ilha do Bananal para sua subsistência). Em relação a outras áreas do Estado do Tocantins a rede de drenagem da região sudoeste do Estado é densa e privilegiada em relação ao volume de água disponível, favorecendo o aproveitamento hídrico não somente para a agricultura, mas também para a pecuária.

A região do médio Araguaia particularmente o município de Formoso do Araguaia, é propícia as culturas agrícolas que se desenvolvem em solos hidromórficos (que alagam nos períodos chuvosos e possuem lençol freático mais próximo a superfície do solo), como é o caso do cultivo do arroz. Nos períodos de estiagem de chuvas que se estendem de maio a outubro, a densa rede de drenagem garante os recursos hídricos necessários para a irrigação de uma variedade maior de culturas, as mais comuns são a soja, a melancia, o feijão e o melão. Além disso, as extensas planícies da região do médio Araguaia favorecem o uso de maquinários agrícolas em todo o processo produtivo, desde o arado até a colheita, contribuindo com o aumento dos índices de produtividade agrícola por hectare de terra.

Nas fotografias 20 e 21, temos exemplos da riqueza e diversidade da rede de drenagem da região do médio Araguaia, na primeira imagem temos o rio Formoso com sua mata ciliar devidamente preservada. Na segunda imagem temos o rio Jaburu que nasce e atravessa o território da Ilha do Bananal, sendo a principal bacia hidrográfica do interior da ilha fluvial.

Fotografia 20 – Rio Formoso no município de Formoso do Araguaia – TO



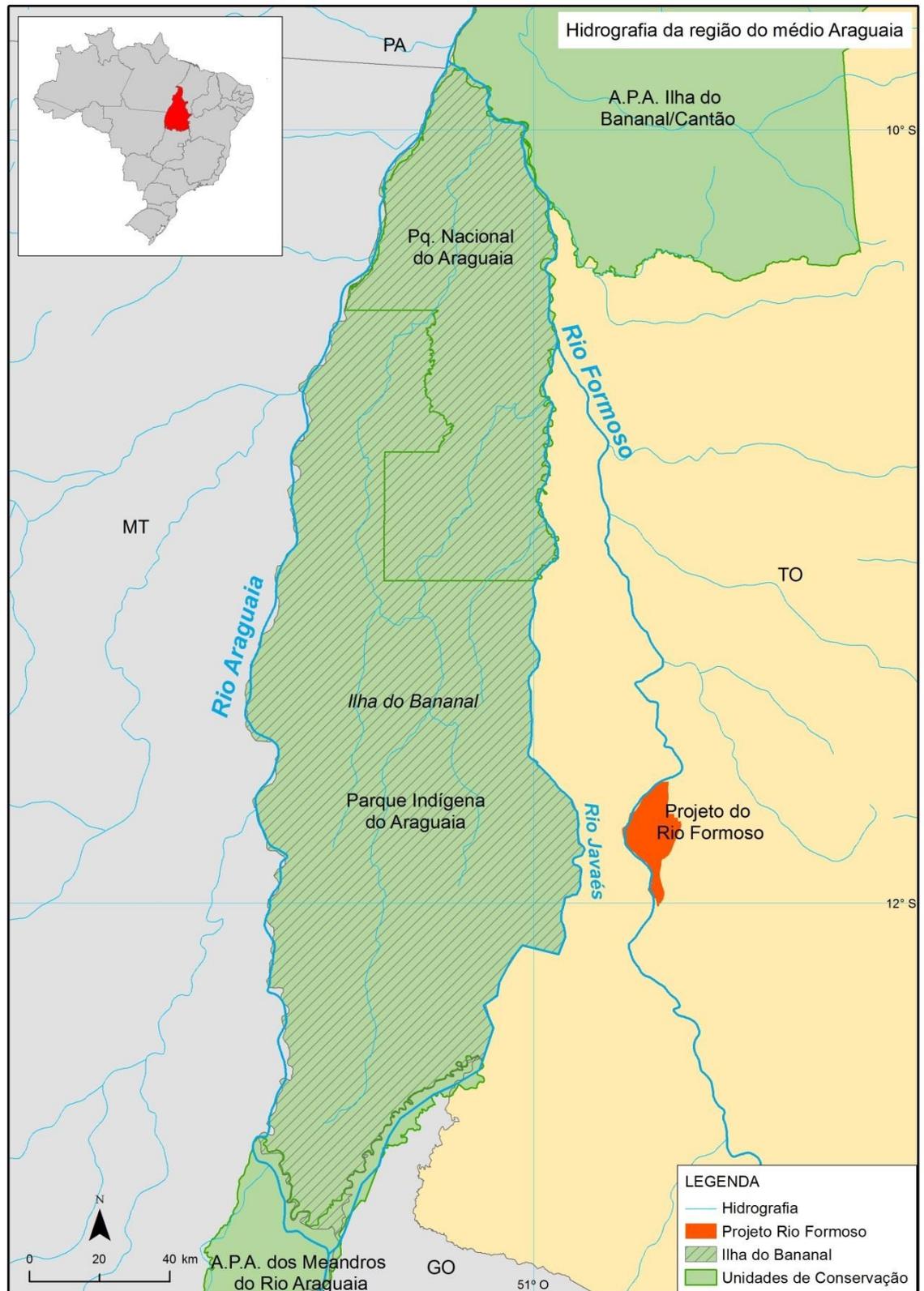
Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 21/10/2012

Fotografia 21 – Rio Jaburu e lagos marginais na Ilha do Bananal

Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data: 11/09/2011

O mapa 5, nos mostra os principais rios que fazem parte da bacia hidrográfica do rio Araguaia em seu médio curso. No mapa podemos observar que tanto o rio Formoso como o rio Javaés são afluentes do rio Araguaia, e se juntam e desaguam em seu rio principal no extremo norte da Ilha do Bananal. É possível averiguar também nesta mesma imagem, a localização do projeto de irrigação no entorno da ilha fluvial, bem como os limites estabelecidos entre o PARNA e o PIA.

Mapa 5 – Hidrografia da região do médio Araguaia



4.2. A criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso

No Estado do Tocantins, a formação de comitês de bacia hidrográficas (CBH) para o cumprimento da legislação Federal, de acordo com a Política Nacional dos recursos hídricos, é um fato politicamente novo no contexto deste Estado da Federação. Nesse sentido, o estabelecimento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso em maio de 2012, representou uma das primeiras experiências de gestão participativa dos recursos hídricos articulada pelas autoridades públicas do Estado, realizada conjuntamente pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) e pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS).

Como demonstra a legislação Federal e a Legislação Estadual de recursos hídricos (ver anexo 1), os comitês da bacia hidrográfica devem ter papel fundamental no processo de debate, mediação e gestão dos conflitos que se estabelecem com os usos múltiplos da água em uma determinada bacia hidrográfica, seja ela de abrangência Municipal, Estadual ou Federal. Nesse sentido, os comitês devem ser espaços privilegiados com relação à reunião democrática e discussão política de diferentes sujeitos sociais, afetados direta ou indiretamente pelo uso da água na bacia hidrográfica em que estão inseridos. A Política Nacional dos Recursos Hídricos, em seu artigo 39 estabelece que os comitês de bacia hidrográfica devam ser formados por representantes do Poder Público em seus diferentes níveis, usuários da água da bacia e entidades civis que tenham algum tipo de atividade no perímetro da área territorial formada pelo conjunto da bacia hidrográfica. Demonstra-se então de forma clara, a intenção da lei em procurar garantir a participação ampla da sociedade.

O inciso V do artigo 39 da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevê que “o número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros”. Temos, portanto, de acordo com a legislação Federal, a definição de metade dos membros de um comitê através do regimento interno dos comitês de bacia hidrográfica. Este leque amplo de nomeação de membros abre, em muitos casos, espaço para que grupos políticos mais organizados em uma determinada região possam ocupar de forma majoritária os cargos de delegados com direito a voto dentro do comitê.

Apesar de a legislação prever em seu bojo uma participação social ampla, não existem mecanismos na lei que garantam de forma efetiva a participação dos sujeitos sociais de baixa instrução, que em muitos casos desconhecem todo o processo jurídico que envolve a

existência, e mesmo a importância política em participar das reuniões e ter direito a voto como delegado membro de um CBH. Na região do médio Araguaia, existem inúmeras comunidades indígenas e agricultores camponeses que moram em locais de difícil acesso, muitas vezes isolados. Esta situação envolve custos de transporte para o deslocamento dessas pessoas para as cidades, e uma dificuldade maior em estabelecer um diálogo das instituições públicas sobre as questões socioambientais nas quais estas comunidades estão inseridas.

Uma das principais funções que possuem os comitês de bacia hidrográfica (CBH) é discutir, aprovar e acompanhar a execução do chamado Plano de Bacia Hidrográfica (PBH), um dos principais instrumentos de gestão dos recursos hídricos dentro de uma bacia. Através do PBH são lançadas as diretrizes da forma com que o processo de uso múltiplo das águas deve ser realizado nos próximos anos e décadas dentro de uma bacia hidrográfica, o que por sua vez, acaba influenciando diretamente por consequência a forma com que se dará o desenvolvimento econômico ao qual se pretende adotar em determinada região. Este documento possui então uma grande importância na medida em que se busca gerenciar os conflitos existentes, através de tomadas de decisões que possam contemplar o uso múltiplo das águas e a manutenção equilibrada dos recursos naturais existentes, dentro de uma visão de planejamento estratégica de médio e longo prazo.

A despeito da importância histórica e da iniciativa do Governo do Estado do Tocantins na implantação do comitê de bacia hidrográfica do Rio Formoso, alguns aspectos chamaram a atenção no que se refere à formação do comitê, e a aprovação do Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Rio Formoso. O primeiro ponto importante se refere ao fato de que o Plano de Bacia hidrográfica ter sido realizado entre os anos de 2007 e 2010, anteriormente a constituição do comitê de bacia hidrográfica que se efetivou apenas em maio de 2012 (sendo acompanhadas suas reuniões durante o processo de realização dessa dissertação de Mestrado). Desta forma, ao ser formado, o comitê de bacia hidrográfica recebeu o PBH pronto, não havendo nem o acompanhamento de sua execução, nem tampouco as discussões relativas à mediação dos conflitos existentes pelo uso da água dentro da bacia hidrográfica do Rio Formoso, como prevê a legislação Estadual e Federal.

Desde a primeira reunião, ficou claro a urgência com que os gestores públicos de órgãos vinculados ao Governo do Estado do Tocantins, especialmente da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) e do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), colocavam na necessidade de aprovação do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio formoso para se viabilizar a aplicação dos recursos públicos Federais e Estaduais que haviam sido captados, destinados à melhoria dos sistemas de irrigação na bacia hidrográfica

do Rio Formoso. A aprovação dos novos investimentos na infraestrutura da produção agrícola irrigada tem suas diretrizes estabelecidas através do PBH, que necessita ser aprovado dentro do comitê de bacia hidrográfica para que possa ser efetivamente implantado.

O Governo do Estado do Tocantins tem nesse sentido, total interesse na sistematização de novas áreas para a agricultura irrigada na região sudoeste do Estado e na reforma das infraestruturas de produção já existentes, pois a região se trata de um dos principais pólos do agronegócio existentes naquele Estado, gerador de importantes receitas para as finanças públicas estaduais. O Governo Federal, por sua vez, compactua dessa visão, pois, incluiu a revitalização do Projeto Rio Formoso nas obras do PAC, através do programa “Mais Irrigação”, e tem sido o principal financiador da expansão da agricultura irrigada produtora de grãos na região do médio Araguaia.

A importância que a União tem dado para esse projeto de irrigação pode ser facilmente verificada se compararmos o volume de investimentos que são feitos em outros setores e órgãos públicos federais do município de Formoso do Araguaia, como a Funai e o ICMBio, responsáveis pela administração do PIA e do PARNA respectivamente. Nessas instituições públicas, ao contrário dos mais de 100 milhões de reais que estão sendo investidos na primeira etapa do processo de revitalização do Projeto Rio Formoso, os recursos financeiros e o número de servidores são muito reduzidos para darem conta da complexidade e da dimensão da tarefa que realizam. Nesse sentido, cabe a Funai zelar pela integridade social e cultural de mais de cinco mil índios de diferentes aldeias que vivem na Ilha do Bananal, e o ICMBio, é responsável por buscar preservar o meio ambiente natural do território da maior ilha fluvial do mundo com quase dois milhões de hectares. Nas entrevistas realizadas com os diretores do PIA e do PARNA, ambos foram unânimes em apontar à carência de recursos humanos e financeiros como um fator primordial para melhorarem os serviços prestados pelas repartições públicas em que são servidores.

A criação do comitê de bacia hidrográfica do Rio Formoso, em seu primeiro ano de funcionamento em 2012, serviu muito mais uma forma de mediar o uso da água entre os grandes e médios produtores de grãos dos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, do que propriamente ser um espaço privilegiado de reunião para administrar os conflitos existentes e garantir a todos os sujeitos sociais envolvidos o acesso e utilização da água, sobretudo na agricultura que é a principal atividade econômica da região. A ausência de participação das comunidades indígenas, tanto das etnias Karajá como dos Javaés dentro do CBH, bem como a participação muito restrita dos assentamentos de reforma agrária, refletem

de forma clara o tratamento desigual que foi dado pelo poder público a esses sujeitos sociais no primeiro ano dos trabalhos no comitê da bacia hidrográfica do Rio Formoso.

A preferência estratégica por um modelo de ocupação do espaço que canaliza recursos financeiros e humanos para garantir a reprodução mais ampliada possível do capital no território, acaba tendo no agronegócio principalmente através das empresas e grandes produtores rurais, os setores da sociedade mais representativos quando a sua organização e representação política, se considerarmos o contexto político tanto municipal como estadual. No município de Formoso do Araguaia, contrastando com o poder político que apresenta instituições como a Cooperformoso, Cooperjava ou a Coopergran no bojo do processo político municipal, os movimentos e organizações sociais sejam eles vinculados à agricultura camponesa ou as comunidades indígenas, ainda são incipientes e desarticulados frente ao marketing político imposto por empresários e políticos vinculados ao agronegócio.

Tendo em vista a perspectiva de novos investimentos públicos para a sistematização de áreas irrigadas na região sudoeste do Estado, o governo do Estado do Tocantins (2011-2014) se apressou em formar o comitê de bacia hidrográfica e aprovar o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso concluído no ano de 2010, a partir do momento em que assinou um convenio com o Governo Federal em outubro de 2011 garantindo os recursos necessários para a revitalização do Projeto Rio Formoso, através da inclusão do Projeto de irrigação nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A forma com que foi composto o comitê de bacia hidrografia do Rio formoso privilegiou a escolha de membros ligados ao Projeto Formoso (Cooperformoso, Cooperjava e Coopergran) ou grandes produtores de grãos do município de Lagoa da Confusão, como a Fazenda Dois Rios Ltda, como membros efetivos com direito a voto. As comunidades indígenas Javaés, por exemplo, que são diretamente afetadas pelos empreendimentos agrícolas de irrigação que avançam no entorno leste da Ilha do Bananal, não tiveram qualquer representante eleito como membro dentro do comitê de bacia hidrográfica do Rio Formoso. Dos 21 assentamentos de reforma agrária existentes em toda a bacia hidrográfica do Rio Formoso, apenas três lideranças foram contempladas com vagas de membros dentro do comitê de bacia hidrografia (numero pequeno se comparado com os 13 membros representantes das empresas agrárias e proprietários de terra que se utilizam de sistemas de irrigação).

Já na terceira reunião do recém instalado comitê de bacia hidrográfica, o Plano de Bacia do Rio Formoso (elaborado entre os anos de 2007 a 2010) foi aprovado. Além da questão relativa à correlação de forças políticas dentro do comitê, muitas vezes não era

garantida sequer a participação das lideranças dos assentamentos que se localizam em áreas muito distantes do centro urbano dos municípios. Essa situação foi inclusive questionada pelo Ministério Público Federal (MPF) através dos procuradores Dr. Álvaro Lotufo Manzano e Dr. Marcio Aluizio Moreira Gomes em uma das reuniões do Comitê Bacia Hidrográfica do Rio Formoso realizada no município de Lagoa da Confusão - TO. Na ocasião os procuradores públicos federais argumentaram sobre a necessidade de ampliação da participação de outros setores da sociedade no CBH, bem como a importância da garantia de participação das comunidades que residem em locais de difícil acesso, sem acesso a comunicação através de internet ou telefonia móvel por exemplo.

Na reunião do comitê de bacia hidrografia do Rio Formoso do dia 15 de agosto de 2012 que marcou a aprovação do Plano, os dois líderes de assentamentos presentes e que eram membros do comitê votaram contra a aprovação do plano, mas pouco poderiam fazer pois eram minoria absoluta dos votos dentro do comitê, que era dominado por ruralistas. Nas assembleias praticamente não se discutiu as questões relativas ao uso da água pela agricultura camponesa e pelas comunidades indígenas na bacia hidrográfica do Rio Formoso. Chamou a atenção também nas discussões e mesmo na votação para a aprovação do PBH, a postura adotada pela Funai e pelo ICMBio órgãos públicos federais que, a priori, deveriam defender os interesses das comunidades indígenas da Ilha do Bananal e garantir a preservação dos recursos naturais existentes naquela região. Estas instituições foram pouco participativas nas discussões sobre os impactos sociais e ambientais da ampliação do projeto de agricultura irrigada no entorno da Ilha do Bananal, bem como sobre o processo de revitalização do Projeto Rio Formoso, se abstendo inclusive voluntariamente do direito ao voto no processo de aprovação do Plano de Bacia Hidrográfica.

4.3. A revitalização do Projeto Rio Formoso

O processo de revitalização do Projeto Rio Formoso e a expansão da produção de grãos no entorno da Ilha do Bananal, foi assinado pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do Tocantins em 21 de outubro de 2011, como um dos maiores investimentos realizados pelo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) na agricultura irrigada em todo país. Através de melhorias ligadas a reestruturação do sistema de irrigação existente e a sistematização de novas áreas de irrigação na região do médio Araguaia, pretendia-se por parte dos governos Federal e Estadual dar um novo impulso a produção irrigada no sudoeste tocaninense.

Na época em que foi firmado, o acordo foi amplamente divulgado pelos meios de comunicações locais, como se verifica em trecho da reportagem do Jornal do Tocantins em sua edição de 21 de outubro de 2011, que estampava a manchete “Tocantins receberá cerca de R\$ 100 milhões para revitalizar projeto de irrigação Rio Formoso”.

O governador Siqueira Campos e o Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra de Souza Coelho, assinaram no início da tarde desta sexta-feira, 21, termo de compromisso para programa de revitalização do Projeto de irrigação Rio Formoso, localizado no município de Formoso do Araguaia, que possibilitara a reestruturação de barragens para a irrigação de 28.437 hectares. O Ministro Fernando Bezerra afirmou que o Governo Federal investira no programa cerca de R\$ 100 milhões, e que já no início do ano estarão liberados R\$ 6 milhões para assegurar os estudos de viabilidade da obra”(Jornal do Tocantins, 21 de outubro de 2011).

O Ministério da Integração Nacional, por sua vez, justificava os investimentos milionários como extremamente necessários para recuperar a infra-estrutura produtiva de uma das mais importantes áreas de produção agrícola nacional.

A infraestrutura coletiva do Projeto Rio Formoso encontra-se com alto grau de deterioração. Os reservatórios das três barragens armazenam apenas uma parte da sua capacidade máxima devido à deterioração e instabilidade dos diques. A renovação das infraestruturas de uso comum abrange a recuperação dos diques e das tomadas de água das barragens Calumbi I e II e Taboca. Com os investimentos, serão recuperados a infraestrutura dos canais de adução, os coletores de drenagem, as barragens de reservatórios, as estações de bombeamento de adução e de drenagem, além da estrada de acesso ao longo de todas as adutoras, coletores gerais e canais secundários de irrigação e drenagem www.integração.gov.br, acesso 16/01/2013.

Em seu site, a SEAGRO (Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Tocantins), parceira do Governo Federal nessa obra, dava mais detalhes sobre o processo de revitalização do Projeto Rio Formoso:

A revitalização será dividida em três etapas, abrange a recuperação dos diques e das tomadas de água das barragens Calumbi I e II e Taboca; recuperação da infraestrutura dos canais de adução e os coletores de drenagem; estações de bombeamento de drenagem; além da estrada de acesso ao longo de todas as adutoras e coletores gerais. Nesta primeira parte da revitalização serão promovidas melhorias na rede adutora, para que a água chegue até a terceira etapa do projeto, o que permitirá ampliar a área irrigável de 20 mil para 28 mil hectares; revitalização da Barragem Taboca e recuperação do Projeto Jaburu e adequação de parte da área de pesquisa da Unitins junto ao Projeto Rio Formoso, essas obras devem ser finalizadas no prazo de um ano.

As infraestruturas de uso comum no Projeto Rio Formoso (barragens, canais principais de irrigação e drenagem, sistema viário interno, etc) que por questões legais são de domínio público devido a falta de uma política definida na época de sua implantação, ficaram mais de trinta anos sem a devida manutenção, o que acarretou no fadigamento dessas estruturas, comprometendo o desempenho do projeto. A revitalização do projeto visa reestabelecer as condições originais das infraestruturas de uso comum, de forma que o projeto possa operar na sua plenitude. www.seagro.to.gov.br, acesso 23/04/2013.

Nas entrevistas realizadas nas cooperativas que formam o Projeto Rio Formoso, os produtores, diretores e administradores enfatizavam a necessidade de investimentos na recuperação da infraestrutura produtiva do empreendimento agrícola.

“Para a gente isso é muito importante, pois a cada dia que passa o aumento da produção e o aumento de áreas para o plantio se tornam fundamentais. Atualmente os preços dos grãos estão lá em cima né. Isso

vai ser muito bom, pois a cidade vai receber um aumento do fluxo tanto de mão-de-obra, do emprego, como também vai gerar mais impostos para o Estado”. Vilson Gama – Vice-Presidente da Cooperjava.

Como se verificou nos trabalhos de campo realizados dentro das cooperativas do Projeto Rio Formoso existe hoje perda de água de 50% do montante que é retirado da bacia dos rios Formoso e Javaés no processo de irrigação. Essa perda ocorre devido à falta de manutenção do sistema de irrigação do projeto como um todo, ocasionando infiltração nos canais, assoreamento, falta de controle de vazão, risco de rompimento de barragens, perda de produtividade e aumento de custos. As crises econômicas enfrentadas pelas cooperativas, sobretudo na década de 90, impediram os necessários investimentos na manutenção e modernização do sistema de irrigação dentro do Projeto Rio Formoso ao longo das últimas décadas, segundo seus diretores. Todos os Presidentes ou vice-presidentes de cooperativas entrevistados foram unânimes em afirmar, sobre a necessidade de novos investimentos públicos como forma de se viabilizar o aumento da sistematização de áreas para o plantio irrigado. Somente dessa maneira, seria possível elevar a produtividade, evitando os elevados índices apresentados de perda de água dentro do sistema de agricultura irrigada.

“Sem água agente não faz nada, não produz nada. Então a água é essencial para a produção nossa aqui no Projeto Rio Formoso. A maior dificuldade hoje aqui é a falta de manutenção da estrutura de produção, aonde as comportas, os aterros, estão todos deteriorados, todos com infiltração. Então nós estamos deduzindo que uns 40% a 50% da água está sendo perdida. O nosso sonho de consumo hoje no projeto é a revitalização”. Marcio Gama – gerente administrativo da Cooperformoso.

Em uma área sistematizada de agricultura irrigada os custos de manutenção do sistema de irrigação são elevados e tem de serem feitos com frequência, essa situação é um dos motivos que explica a falência de alguns cooperados, normalmente os possuidores de áreas menores e menor poder de investimentos financeiros. O elevado custo de produção estimulou também o aumento no arrendamento de terras dentro do Projeto Rio Formoso, atualmente boa parte dos proprietários tem arrendado suas terras para empresas agrícolas produtoras de grãos, como é o caso da empresa Talismã Sementes Ltda, que comprou lotes e arrenda terras de outros cooperados dentro da Cooperjava.

4.4. A disputa pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio Formoso

O acompanhamento por parte desta dissertação da instalação e das discussões dentro do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, possibilitou a verificação de perto dos conflitos que acontecem pelo uso da água entre os diferentes sujeitos sociais que residem no perímetro da bacia hidrográfica. Nesse sentido, foi possível verificar a importância que o tema do uso da água tem assumido ao longo dos últimos anos na região do médio Araguaia. O

avanço do agronegócio no entorno da Ilha do Bananal, na medida em que se expande territorialmente necessita cada vez mais de enormes volumes de água, o que tem sobrecarregado as vazões dos rios Formoso e Javaés, principalmente no seu baixo e médio curso. Essa situação, tem gerado a conflitos e disputas pelo uso da água que envolvem os diferentes sujeitos sociais daquela região, como os grandes e médios produtores de grãos, camponeses dos assentamentos rurais e as populações indígenas do PARNA e do PIA.

Os camponeses do assentamento Três Poderes no município de Formoso do Araguaia - TO, por exemplo, relataram que quando todas as bombas de sucção de água do Projeto Rio Formoso são acionadas simultaneamente, ocorre uma baixa acentuada (por vezes de um dia para o outro) no nível das águas do Rio Formoso, afetando por vezes de forma drástica a população de peixes daquele rio. Em nenhum dos assentamentos existentes no município de Formoso do Araguaia existe acesso a sistemas de cultivo irrigado, estando então essas populações alijadas da qualquer tipo de investimento para a melhoria de suas produções através de benefícios advindos da revitalização do Projeto Rio Formoso, como já havia ocorrido anteriormente com a implantação do projeto em 1979.

No entorno da Ilha do Bananal existe hoje também, um conflito declarado pelo uso da água entre os grandes e médios produtores de grãos dos municípios de Formoso do Araguaia - TO e Lagoa da Confusão - TO. Não rara, foram às vezes em que dentro do comitê de bacia hidrografia do Rio Formoso, em que houve discussões acaloradas entre esses dois grupos de agricultores. Na medida em que a fronteira agrícola da produção de grãos cresce em direção ao município de Lagoa da Confusão - TO, a necessidade de água tem se intensificado nesta localidade o que tem gerado disputas entre os próprios grandes e médios produtores de grãos. Como os produtores do município de Formoso do Araguaia captam água antes dos produtores de Lagoa da Confusão, o problema de falta de água em períodos de estiagem tem afetado mais diretamente os produtores rurais localizados no baixo e médio curso dos rios Formoso e Javaés, no município de Lagoa da Confusão.

Na fotografia 22, observamos o rio Formoso durante o mês de setembro na estiagem de chuvas, com baixíssima vazão e fluxo de água em seu leito. A retirada de água para o abastecimento dos três reservatórios de água destinados a irrigação para o Projeto Rio formoso, acabam sobrecarregando a capacidade de fornecimento do rio justamente nesse período de estiagem.

Fotografia 22 – Rio Formoso com baixo volume de água

Autor: Daniel Bartkus Rodrigues data:23/09/2012

Para os agricultores do município de Lagoa da Confusão, o Plano de Bacia Hidrográfica aprovado dentro do comitê favorecia apenas os cooperados do Projeto Formoso, deixando de lado os investimentos necessários para a expansão da agricultura irrigada no seu município. Essa situação foi duramente criticada por esses produtores rurais, pois eles também reivindicavam melhorias na infraestrutura de produção agrícola de seu município através da construção de barramentos, reservatórios de grande capacidade de armazenamento de água, além de instalação de sistemas mais modernos de bombeamento de águas.

O crescimento da agricultura irrigada ao longo das últimas duas décadas no município de Lagoa da Confusão – TO, foi impulsionado a partir da construção do Projeto Formoso que serviu de modelo de empreendimento agrícola a ser seguido em toda aquela região. Atraídos pela potencialidade agrícola dos solos das várzeas do entorno da Ilha do Bananal, que permitam duas safras anuais de grãos e pela abundante oferta de água existe nos rios da região, grandes e médias propriedades foram sendo adquiridas por agricultores e por empresas do setor agrário dispostas a investir no setor de produção de grãos. Diferentemente de Formoso do Araguaia onde toda a infraestrutura de produção agrícola irrigada foi construída pelo Estado e depois repassada as cooperativas, em Lagoa da Confusão foram às empresas rurais e os produtores agrícolas que investiram recursos em suas estruturas produtivas, com participação bem menor do Estado seja em nível Federal ou Estadual.

No Estado do Tocantins, o rio Formoso é atualmente o rio que possui o maior número de outorgas de água para a irrigação agrícola expedidas pelo Naturatins (Instituto Natureza do Tocantins), superando inclusive os rios Araguaia e Tocantins que possuem dimensão e vazão de água muito superiores ao referido rio. Essa situação ilustra com clareza a importância e o uso intensivo das águas nesta bacia hidrográfica, que de acordo com o Naturatins possuía até dezembro de 2012 aproximadamente 300 outorgas de uso da água para grandes e médios produtores rurais, contra 112 do Rio Tocantins e 103 do Rio Araguaia.

Na tabela 7, apresentamos os maiores usuários de água da bacia do Rio Formoso que devidamente possuem a outorga para o uso da água. Devemos lembrar, contudo, que o próprio poder público estadual reconhece que existem na referida bacia hidrográfica usuários que fazem o uso da água sem possuírem as devidas outorgas, fato este que pretende ser equacionado no âmbito do comitê de bacia hidrográfica do rio Formoso. Nos dados apresentados abaixo, é preciso considerar ainda que o abastecimento dos três reservatórios do Projeto rio formoso não estão computados, já que essa estrutura é de uso comum de seus cooperados.

Tabela 7 – Maiores captações de água para a irrigação na bacia hidrográfica do rio Formoso

requerente	Coordenada	Volume captado (m3 dia)	Município
Carlos Osório Ribeiro Nardes	11°34'15,4"S/49°31'03,2"W	18.000	Formoso do Araguaia
Bruno Cesar Rico Barros	12°0'49,5"S/49°42'59,2"W	320	Formoso do Araguaia
FILLERCAL RIO FORMOSO LTDA	11°51'1,59"S/49°46'42,18"W	40	Formoso do Araguaia
O. A. SANTOS NETO	49°46'19,62"W/11°50'28,53"S	80	Formoso do Araguaia
Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi	11°40'8.85"S/49°02'15.81"W	1.000	Lagoa da Confusão
José Alberti Oliveira Nunes	10°49'33"S/49°39'52"W	40.000	Lagoa da Confusão

Fazenda Dois Rios Ltda	10°41'46,3'' W	S/49°52'16,6''	200.000	Lagoa da Confusão
------------------------	----------------	----------------	---------	-------------------

Fonte: Cadastro interno de outorga de uso de água da NATURATINS 2012

Outro conflito, extremamente importante, relacionado ao uso das águas dentro da bacia hidrográfica do Rio Formoso, diz respeito ao uso intensivo de agrotóxicos, herbicidas e pesticidas, que acabam voltando para o leito dos rios atingindo as comunidades localizadas a jusante do projeto de agricultura irrigada, caso das comunidades indígenas Javaés e Karajá. Como se sabe, a produção irrigada de grãos, também por sua grande extensão de 27.000 hectares de áreas sistematizadas para a irrigação somente no Projeto Rio Formoso, necessita da aplicação em grandes quantidades de defensivos agrícolas, o que acaba impactando diretamente o ecossistema dos rios e córregos da região.

Na Ilha do Bananal, os indígenas sejam eles das etnias Karajá ou Javaés têm como base de sua alimentação os peixes retirados dos rios e lagoas, assim tanto a contaminação química quanto a retirada de grandes volumes de água, tem afetado profundamente as populações da ictofauna existente nos rios da região. Segundo se apurou com os indígenas, essa situação fez com que os peixes de médio e grande porte, outrora comuns na região, tenham praticamente desaparecido nos rios Formoso e Javaés, o que tem contribuído para a queda na qualidade de vida dessas comunidades. Pode-se abordar ainda, a ligação simbólica e cultural que as comunidades indígenas da Ilha do Bananal têm com os rios da região, principalmente o Araguaia e o Javaés que estão presentes em grande parte dos ritos e crenças proferidos por essas populações.

“Nossa preocupação principal é com a água. Ao longo desses anos, os rios da região tem sido vítima dos projetos de irrigação que se instalaram no entorno da Ilha do Bananal. O rio é uma fonte de vida nossa, nossa cultura iny é toda vinda do rio, e o rio é um símbolo de vida para nós. Agente percebe que eles (rios) estão sendo muito prejudicados, principalmente quando essas bombas de grande captação são acionadas no verão. E nossas crianças e nossos velhos começam a tomar água com resíduo de agrotóxico. Os peixes estão diminuindo também”. Cleyton Javaé – coordenador de meio ambiente da Conjaba

No município de Formoso do Araguaia nenhum dos seis assentamentos de reforma agrária possuem qualquer tipo de projeto de irrigação, mesmo estando localizados a maioria das vezes as margens dos rios da região como é o caso dos assentamentos de reforma agrária Lagoa da Onça, Pirarucu e Três Poderes. A falta de acesso dessas populações aos recursos hídricos é certamente um dos principais motivos que explicam a baixa produtividade agrícola nesses assentamentos, onde predominam atividades de subsistência que revelam de forma clara a ausência de qualquer política de Estado mais incisiva de desenvolvimento agrícola

nessas localidades. Nesse cenário, resta na maioria das vezes para os assentados a atividade da pecuária extensiva como a principal fonte geradora de renda.

O assentamento Três Poderes é o que se localiza mais próximo ao Projeto Rio Formoso, localizando-se ao lado do imenso reservatório de água que abastece o projeto de irrigação na margem direita do Rio Formoso. Apesar de estar cercado de água, não existem sistemas de irrigação entre seus assentados nem tampouco qualquer perspectiva que isso possa acontecer num futuro próximo, já que tanto o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso como a proposta de revitalização do projeto de irrigação, não preveem investimentos dessa natureza para este assentamento. Como reflexo direto dessa situação, o assentamento Três Poderes não teve nenhuma liderança contemplada com vaga dentro do Comitê de bacia hidrográfica do Rio Formoso, apesar de estar tanto territorialmente como socialmente envolvido nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da formação do território da Ilha do Bananal e de seu entorno no município de Formoso do Araguaia – TO foi analisado no bojo da complexa dinâmica regional em que a região do médio Araguaia está inserida. Isto significa dizer, que já não é possível compreender os processos de formação espacial desta região considerando isoladamente os diferentes territórios que ela abriga, formados pelos diferentes sujeitos sociais que compõem o mosaico daquela área. Tanto o território indígena expresso através do PIA e do PARNA, como o território camponês representado através dos assentamentos de reforma agrária (como é o caso do assentamento Três Poderes foco de nossa análise) e o território do agronegócio do Projeto Rio Formoso, estão imbricados tanto socialmente como territorialmente, na lógica desigual e combinada que caracteriza a formação do espaço no sistema capitalista de produção.

Desde o início de nossa pesquisa a partir da realidade observada em campo, nos pareceu claro que a análise isolada de cada um dos territórios, não nos levaria a real compreensão dos processos integrados, complexos e contraditórios que produzem o território desta importante região brasileira. Na aurora do início do século XXI é preciso considerar à rede de relações sociais, econômicas e culturais cada vez mais sofisticadas e complexas, para que não se corra o risco de se perder a noção dos processos sociais e espaciais mais relevantes, que realmente comandam e impulsionam a formação daquele território.

Nesse contexto de análise, a ciência geográfica passa a ter um papel extremamente relevante e único, no que tange a compreensão dos aspectos relacionados à produção do espaço na região em que desenvolvemos nossa pesquisa. A carência de trabalhos relacionados à Geografia reforçou nossa convicção de que esta ciência possui um caráter fundamental e imprescindível para entender a dinâmica em que se produz aquele território, pois complementa as análises parciais e fragmentadas que muitas vezes camuflam os aspectos mais importantes da realidade social e territorial. Somente a partir de uma visão abrangente e transdisciplinar, que supere as análises isoladas dos diferentes sujeitos sociais que compõe aquele território e inclua a influência mútua entre essas diferentes realidades, é que podemos chegar a ter uma melhor compreensão da formação daquele território.

Pensar a dinâmica que envolve a formação do território na região do médio Araguaia no atual contexto histórico, significa considerar o papel fundamental e estruturador que possui a expansão da agricultura irrigada produtora de grãos em toda a região Sudoeste do Estado do

Tocantins. O volume de recursos públicos investidos nessa atividade econômica em detrimento de outras áreas revela de forma clara essa situação. É o agronegócio que na atual conjuntura social e histórica detêm o real poder político e econômico daquela região, e é a partir dele que os demais sujeitos sociais ali presentes gravitam em torno, seja refutando, relativizando ou aderindo à lógica e o conjunto de valores advindos do processo de territorialização do capital no campo do município de Formoso do Araguaia - TO.

A geração de renda e a modernização de infraestruturas rurais e urbanas do município de Formoso do Araguaia - TO advindas com a implementação do Projeto Rio Formoso, propiciou inegáveis avanços na economia regional que se desdobram até os dias atuais. O processo contínuo de expansão da agricultura produtora de grãos na região Sudoeste do Estado do Tocantins e os novos investimentos que estão sendo realizados com a revitalização do Projeto Rio Formoso, indicam justamente essa forte tendência de que a expansão da agricultura irrigada produtora de grãos não deve parar tão cedo nos municípios que compõem aquela área do estado tocantinense. A região do médio Araguaia se torna nesse sentido, cada vez mais importante para o agronegócio dentro do Estado do Tocantins, geradora de impostos e receitas fundamentais para a economia do Estado.

O período de conclusão desta dissertação de Mestrado coincidiu com os estudos técnicos de engenharia que estavam sendo realizados dentro do território da Ilha do Bananal, para a viabilização da construção da rodovia Transbananal que atravessara a ilha fluvial ligando os estados do Mato Grosso e do Tocantins. Esse novo acontecimento, reflete justamente essa tendência quase que inexorável de dinamização desse processo de expansão territorial do capital no campo no município de Formoso do Araguaia - TO. Trata-se de mais uma importante etapa do processo de ocupação territorial da região do médio Araguaia, que tem por objetivo facilitar o escoamento de produção de grãos, que já é muito significativa e deve aumentar ainda mais com a sistematização de mais áreas para a agricultura irrigada, através da revitalização do Projeto Rio Formoso. Com a construção da rodovia por dentro do PIA, as sementes de soja produzidas no Projeto Rio Formoso atingiriam mais facilmente seu principal mercado consumidor que são os produtores rurais do estado do Mato Grosso, que já adquirem 80% de toda a produção de sementes de soja.

Com os novos investimentos públicos milionários estão sendo realizados e ainda são previstos, tanto com o processo de revitalização do Projeto Rio Formoso como através dos investimentos feitos através do PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins) para a dinamização e aumento da produção de grãos em toda a região sudoeste do Estado do Tocantins, teremos seguramente o aumento contínuo das áreas

sistematizadas para a agricultura irrigada, atraindo novos produtores e empresas ligadas ao setor de produção e comercialização de grãos. Neste cenário de avanço consistente do agronegócio os demais sujeitos sociais que ocupam aquele território, passam a serem cada vez mais submetidos à lógica imposta por esse sistema de produção agrícola, que necessitada aumentar constantemente sua área produzida e ter acesso ainda maior aos recursos naturais fundamentais para sua produção, como os recursos hídricos da região do médio Araguaia.

No município de Formoso do Araguaia – TO existem seis assentamentos de reforma agrária, escolhemos direcionar nossa análise no assentamento Três Poderes justamente por se localizar mais próximo do Projeto Rio Formoso e se encontrar nas margens do Rio Formoso. Diferentemente do projeto de agricultura irrigada, o assentamento apresenta uma baixa produtividade agrícola fundamentada basicamente na pecuária extensiva. Atualmente existe um abandono quase que total por parte do Poder Público em seus diferentes níveis (Federal, Estadual e Municipal) tanto no que se refere à prestação de serviços básicos à população como saúde e educação, como no que se refere à assistência técnica rural e aos financiamentos agrícolas. Diante dessa situação, temos um processo contínuo de marginalização da produção da agricultura familiar no município de Formoso do Araguaia - TO, o que tem contribuído com a queda na qualidade de vida das famílias assentadas, especialmente as mais pobres que possuem menos cabeças de gado e menor capacidade de investimento em sua produção.

Apesar desse quadro de estagnação social e econômica em que estão inseridos os assentados rurais, não existe por parte das lideranças e da associação rural representante do assentamento Três Poderes, um engajamento político maior que questione tanto a situação da produção rural dentro do assentamento, como a farta destinação dos recursos públicos para a revitalização do Projeto Rio Formoso em detrimento dos assentamentos de reforma agrária, ao contrário do que se poderia imaginar em um primeiro momento. Nas entrevistas realizadas com as lideranças locais, muitas exaltavam o “progresso” existente no projeto de agricultura irrigada em contraste com a baixa produtividade existente no assentamento. Não existia por parte dos assentados (pelo menos através de suas lideranças), um questionamento crítico maior em relação ao Projeto Rio Formoso e sua revitalização, até porque parte dos trabalhadores do assentamento rural trabalham dentro do projeto de agricultura irrigada, em postos de trabalho fixos e temporários.

Nos trabalhos de campo realizados um aspecto fundamental que foi observado não somente no assentamento Três Poderes, mas em toda a região do município de formoso do Araguaia – TO foi o papel extremamente importante desempenhado pelo marketing político

do agronegócio que atinge não somente os camponeses, mas também os indígenas das diferentes aldeias da Ilha do Bananal. Em uma região marcada historicamente por um baixo desenvolvimento rural e urbano, a produção de grãos surgiu no começo da década de 1980 como o modelo de desenvolvimento a ser seguido no campo. Nesse sentido, questionar esse modelo de produção é algo quase sem sentido, já que as alternativas diversas de produção dos assentamentos rurais demarcados pelo Incra, não parecem ser sob esta ótica um modelo de desenvolvimento rural a ser seguido dada sua baixa produtividade e geração de renda.

Se considerarmos o aspecto do trabalho, veremos que no caso do foco de nossa análise o assentamento Três Poderes, muitos dos assentados desempenham trabalhos fixos e temporários (especialmente nos períodos de colheita) dentro do Projeto Rio Formoso. Com o processo de revitalização e o aumento da área cultivada é muito provável que novos postos de trabalho sejam abertos, mesmo que estes representem a criação de mais postos temporários do que permanentes de trabalho, pois muitos dos cargos exigidos dentro do projeto de irrigação necessitam de uma especialização de mão-de-obra que a maioria dos assentados não possui. Destacam-se nesse sentido, a criação de postos de trabalho destinados a engenheiros, agrônomos, técnicos agrícolas e operadores de máquina, além dos cargos temporários de menor qualificação existentes somente nos períodos de safra.

No contexto do atual cenário social, os cargos políticos de maior relevância tanto da Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia como nos órgãos públicos do Governo do Estado do Tocantins que atuam na região do município de Formoso do Araguaia, são ocupados majoritariamente por membros oriundos do agronegócio local e regional. Muitos desses políticos e servidores públicos são insensíveis à causa da agricultura familiar, descrita por eles como arcaica e pouco rentável economicamente. Essa situação é o que explica em grande parte, a falta de recursos financeiros destinados ao investimento na produção agrícola dentro dos assentamentos.

Dessa forma, as perspectivas para a demarcação de novos assentamentos de reforma agrária no município de Formoso do Araguaia - TO são muito pequenas, pois não existe atualmente qualquer interesse das autoridades públicas em aprofundar esse tipo de sistema de produção no campo na região Sudoeste do Estado do Tocantins. Na visão dos atuais gestores públicos o assentamento de novas famílias só iria aprofundar ainda mais os problemas existentes nos assentamentos que ainda não foram solucionados, como a falta de serviços sociais básicos e de uma assistência técnica rural mais efetiva. Além disso, para a administração pública municipal e estadual investir em um sistema de produção no campo que não gera uma receita alta de impostos (em que pese a arrecadação de ICMS), nem tampouco

dinamiza a oferta de empregos e a economia local num período de curto e médio prazo, parece pouco interessante para os atuais gestores que demonstram mais empatia por projetos agrícolas que vinculem a produção no campo a agroindústria.

Praticamente todos os assentamentos de reforma agrária existentes no município de Formoso do Araguaia – TO, foram formados a partir do processo de desocupação das terras por não-índios do PIA e do PARNA. Com a conclusão do chamado processo de desintrusão do território da Ilha do Bananal no ano de 2008, não existe mais a necessidade imediata de se assentar posseiros no entorno do território da ilha fluvial, o que diminui ainda mais a possibilidade da realização de políticas de reforma agrária naquela região. Com os elevados investimentos públicos que estão sendo feitos na revitalização do Projeto Rio Formoso, temos como tendência o aumento da renda da terra na região oeste do Estado do Tocantins. Esse processo deve inviabilizar ainda mais a chegada de novos agricultores camponeses, e ao mesmo tempo dificultar a permanência de pequenos proprietários rurais, assediados a venderem suas propriedades a grandes e médios produtores.

Em relação à população indígena da Ilha do Bananal existe atualmente uma polarização muito grande a respeito da forma de inserção das sociedades indígenas no processo de desenvolvimento econômico e social de toda aquela região. Neste cenário tem prevalecido uma grande divisão interna entre os indígenas em suas respectivas associações e aldeias, o que tem favorecido a entrada e a inserção de valores que tem enfraquecido e desarticulado sua cultura e sua sociedade. Este é um cenário que tem sido propício para a chegada de grupos religiosos pentecostais, e a inserção da necessidade cada vez maior de geração de renda para o consumo das famílias.

A relação dos indígenas com o Projeto Rio Formoso não se vincula diretamente ao aspecto da inserção pelo trabalho propriamente dito, pois o número de indígenas que trabalham nos períodos de safra é muito reduzido, quase insignificante. Contudo a lógica da expansão territorial da agricultura irrigada produtora de grãos também os influencia diretamente, sobretudo pelos impactos ambientais que são gerados, afetando principalmente as aldeias Javaés que ocupam predominantemente a faixa leste da ilha fluvial próximas aos rios Formoso e Javaés. Dentre esses impactos ambientais, o que possui maior relevância sem dúvida alguma é a utilização maciça dos recursos hídricos destinados à irrigação, devido ao processo contínuo e consistente de expansão dessa atividade econômica em toda a região sudoeste do Estado do Tocantins.

Com a retirada de enormes volumes de água, incompatíveis com os níveis de vazão que apresentam os rios Rio Formoso e Javaés a pesca tem diminuído consideravelmente, o

que contribui de maneira efetiva na queda da qualidade de vida das populações indígenas da Ilha do Bananal, que sempre tiveram na obtenção do pescado a base de toda a sua alimentação. Nos períodos de estiagem que ocorrem entre os meses de maio a setembro, as águas dos referidos rios não tem ultrapassado nos períodos mais críticos 30 cm de profundidade, praticamente inviabilizando a existência de peixes de médio a grande porte. Mesmo assim, a retirada da água tem sido feita sem maiores critérios técnicos (muitas vezes sem qualquer tipo de outorga para o uso e sem cobrança), obedecendo apenas aos interesses de um grupo social, pautadas sob a ótica exclusiva do interesse econômico imediato. Essa situação tem trazido, sem dúvida alguma, consequências negativas para os ecossistemas fluviais da região do médio Araguaia.

Além desse fato, é preciso mencionar também a contaminação dos cursos de água por herbicidas, pesticidas e fertilizantes químicos que são aplicados não somente dentro do Projeto Rio Formoso, mas em todas as grandes e médias propriedades produtoras de grãos, tanto no município de Formoso do Araguaia quanto no município de Lagoa da Confusão. Através dos sistemas de reservatórios, canais e subcanais de irrigação do Projeto Rio Formoso e das fazendas da região, parte da água retirada dos rios Formoso e Javaés volta aos seus leitos após serem aplicados os insumos agrícolas, sem qualquer tipo de controle mais efetivo desses resíduos de agrotóxicos. Esses rejeitos que retornam aos cursos de água afetam sua qualidade devido a contaminação química, ocasionada através do processo produtivo em que é submetido.

Na medida em que o agronegócio avança de forma consistente no entorno da Ilha do Bananal, o desmatamento de grandes extensões do cerrado também aumentou consideravelmente nos últimos anos, fazendo com que a ilha fluvial se torne cada vez mais uma grande barreira natural contrastante com os campos cultivados que estão no seu entorno. Nas imagens de satélite daquela região, fica claro o grande desmatamento do entorno da Ilha do Bananal nas faces leste e oeste, oriundos principalmente da pecuária no primeiro caso e da produção de grãos no segundo caso. Essa situação tem feito com que ao longo das últimas décadas os recursos ambientais da ilha fluvial como a pesca, a caça e os recursos florestais, se tornem cada vez mais ameaçados por aproveitadores que adentram o território indígena na busca desses recursos naturais, outrora comuns em toda a região do médio Araguaia.

Como a parte norte da Ilha do Bananal é um Parque Nacional de proteção integral, sobreposto pela existência de aldeias indígenas em seu interior, tem ocorrido constantes conflitos entre os gestores públicos do ICMbio com os índios das aldeias que se localizam dentro do PARNA. Muitos gestores que administram essa repartição pública não admitem

práticas incompatíveis com a preservação dos recursos naturais, como a venda do pescado pelos indígenas e o uso do fogo para a prática das roças de toco(atividades de subsistência agrícola historicamente praticada pelos povos Karajás e Javaés). A transformação da ilha fluvial em uma área de preservação restritiva de forma a comprometer a subsistência das populações indígenas, aliada a ausência ou pequena amplitude de projetos alternativos de geração de renda pautados no princípio da sustentabilidade social e ambiental, são aspectos que preocupam as populações nativas, geradores de conflitos históricos ainda não resolvidos entre os indígenas e os gestores públicos da Funai e do ICMBio.

Diferentemente dessa situação, dentro do Projeto Rio Formoso e nas grandes e médias propriedades produtoras de grãos de toda a região sudoeste do Tocantins, existe uma omissão grande por parte das autoridades públicas federais e estaduais no cumprimento da legislação ambiental, sobretudo no que se refere à manutenção das matas ciliares, a ocupação das áreas de preservação permanente e a existência de reserva legal compatível com as dimensões dos projetos de agricultura irrigada. É preciso mencionar ainda nesse contexto, que não existem próximos as propriedades privadas em toda região da bacia hidrográfica do rio Formoso nenhuma área de proteção ambiental. Mesmo no discurso das autoridades públicas e políticos que atuam na região do médio Araguaia, se observa certa tendência em se condenar muitas das práticas de subsistência adotadas pelos indígenas, sem adotar, contudo, o mesmo tipo de rigidez em seu discurso contra os diversos impactos ambientais advindos com o avanço do agronegócio nos cerrados, várzeas e ipucas.

No processo que envolve o uso e ocupação do território pelos diferentes sujeitos sociais que residem no município de Formoso do Araguaia, temos um cenário que tem favorecido demasiadamente o território da agricultura capitalista, em detrimento de um processo de desenvolvimento mais equilibrado que contemple também os outros sujeitos sociais que residem na região. Tanto o território indígena com suas características sociais e culturais próprias, como o território camponês baseado no trabalho familiar (ambos avessos a reprodução capitalista clássica), se encontram cada vez mais pressionados pelo processo homogeneizador que a territorialização do capital no campo tem proporcionado. Nessa disputa desigual, as fronteiras que envolvem os territórios não capitalistas se tornam cada vez mais tênues, na medida em que o capital busca desenvolver condições de equivalência para a sua melhor reprodução na região do médio Araguaia.

Seguramente o avanço do capital no campo sobre sujeitos sociais não capitalistas, não pressupõem um aniquilamento tanto do território camponês como do território indígena. Contudo, ao serem submetidos à lógica da acumulação e reprodução do capital, esses sujeitos

sociais tem sido obrigados a se adaptarem as novas realidades e necessidades que são criadas no processo de desenvolvimento econômico capitalista. O arrendamento das terras do PIA para pecuaristas da região por parte dos indígenas da Ilha do Bananal, bem como a contratação de trabalhadores assalariados do assentamento Três Poderes pelo Projeto Rio Formoso, são exemplos claros que ilustram essa situação.

Como procuramos demonstrar ao longo dessa dissertação de Mestrado, o Projeto Rio Formoso surgiu no início da década de 1980 como o modelo de produção e ocupação dos espaços agrários, ideal a ser seguido na região do médio Araguaia. A alta produtividade dos solos (plintossolos) das várzeas dos rios, com elevados índices de produtividade agrícola por hectare de terra, aliada a possibilidade de utilização dos recursos hídricos dos rios Formoso e Javaés, tem garantido ao longo desses anos vantagens estratégicas para o plantio da soja, como a quebra do ciclo reprodutivo da ferrugem (fungo muito presente nas monoculturas de soja em outras regiões do Brasil). As vantagens ambientais e econômicas para o desenvolvimento da produção irrigada de grãos tem possibilitado o plantio nos meses de vazios sanitários do grão de soja em outras regiões do Brasil, garantindo a produtividade em meses do que seriam de entressafra do grão.

Em sua implantação no ano de 1979, o Projeto Rio Formoso dizia claramente se tratar de um projeto de interesse social coletivo, o que justificava a desapropriação inicial de 65.000 hectares de terras na época de sua inauguração, ocupadas majoritariamente por posseiros. Ao longo de mais de três décadas observamos, contudo, a diminuição do número de famílias cooperadas dentro das três cooperativas que formam o Projeto Rio Formoso (Cooperformoso, Cooperjava e Coopergran); diminuindo o já restrito alcance social previsto em sua inauguração. Nos últimos anos, muitas empresas e empresários vinculados ao setor agropecuário passaram a investir na aquisição de lotes dentro do projeto de irrigação. Esses novos investidores procuram adquirir suas propriedades através da compra de lotes de proprietários menos abastados, que ao longo dos anos sofreram fortemente com as crises econômicas enfrentadas pelas cooperativas principalmente durante a década de 1990.

Apesar dos benefícios sociais e econômicos advindos a partir da implantação do projeto de agricultura irrigada, sobretudo no que se refere à construção de infraestruturas básicas na cidade de Formoso do Araguaia – TO e a geração de empregos; o cenário da pobreza e da desigualdade social ainda é, de forma lamentável, um fato consumado no município pesquisado. Segundo levantamento feito pelo IBGE, através do Mapa da Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros, realizado no ano de 2010, o município de Formoso do Araguaia apresenta incidência de 39,75% de pobreza em sua população. Atualmente, dos

atuais 19.000 habitantes residentes no município, grande parte das camadas sociais menos abastadas tem residido nas periferias urbanas, devido entre outras coisas, ao processo de valorização fundiária que a cidade de Formoso do Araguaia- TO tem experimentado nos últimos anos.

Tanto no espaço agrário quanto no espaço urbano, comunidades inteiras estão submetidas a viverem em locais sem acesso a serviços básicos de saúde, moradia e educação adequados. Nas ruas do município de Formoso do Araguaia o contraste social existente entre os produtores grandes e médios, e os demais moradores residentes no município é notório. Se expressa desde o padrão social das casas em que habitam, até nos próprios costumes culturais e estéticos característicos das classes sociais abastadas do campo. Nesse contexto, de divisões em classes sociais bem definidas, cada qual com sua função social estabelecida, vivendo lado a lado neste pequeno município tocantinense, temos o retrato da sociedade local na aurora do início do século XXI.

Com perspectivas limitadas para a obtenção de trabalho qualificado, as populações de baixa renda sejam elas dos assentamentos de reforma agrária, das periferias urbanas ou das aldeias indígenas, se tornam cada vez mais dependentes de programas sociais do Governo Federal, como o bolsa-família e os demais serviços sociais prestados. Temos então, um notório processo de estagnação social das populações de baixa renda, que estão à margem dos lucros oriundos do processo de territorialização do capital no campo, proporcionada através da produção de grãos. Como consequência direta dessa situação, podemos observar a situação de pobreza que impera em diversos locais do município de Formoso do Araguaia, trazendo consigo sempre os mais indesejáveis problemas sociais como a violência, e a discriminação social e racial.

As áreas onde ocorrem a expansão da produção irrigada de grãos na região Sudoeste do Estado do Tocantins, fazem fronteira tanto com o PIA quanto com o PARNA. A ocupação dessas planícies devem levar em consideração, a localização na zona de amortecimento das unidades de conservação. Neste contexto, devem-se seguir as legislações ambientais vigentes de forma ética e responsável, de modo a garantir um ambiente natural equilibrado a todos os sujeitos sociais que residem naquela região e dependem de seus recursos naturais. É necessário garantir nesse sentido, políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento econômico e ambiental sustentável, valorizando o patrimônio ambiental da maior ilha fluvial do mundo e de seu entorno. As várzeas e ipucas que estão no entorno da Ilha do Bananal tem sido suprimidas de forma rápida para a expansão agrícola, e são fundamentais também para o

equilíbrio dos ecossistemas naturais internos das planícies da ilha fluvial, daí toda a responsabilidade que deve ser adotada na ocupação territorial dessas áreas.

Sem dúvida alguma, a manutenção de uma zona de amortecimento adequada com os princípios de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e respeito ao meio ambiente, passa por uma valorização dos assentamentos de reforma agrária que se localizam no entorno da Ilha do Bananal. Para isso, são necessários que sejam realizados maiores investimentos públicos nesses locais, através de ações efetivas que possibilitem uma melhor assistência técnica rural, pautada em fundamentos agroecológicos com tecnologias adaptadas a cada situação de produção imposta pelo ambiente natural. A atividade econômica da pecuária extensiva, muito praticada nos assentamentos da região, é sem dúvida alguma um exemplo claro dessa situação, já que através de procedimentos técnicos relativamente simples e de baixos custos, se pode aumentar tanto a geração de renda das famílias quanto à realização de um melhor manejo do gado nas várzeas.

Por fim, acreditamos que o maior patrimônio existente tanto na Ilha do Bananal quanto em seu entorno, é o fato de abrigar mais de cinco mil indígenas de pelo menos três etnias diferentes em pleno início do século XXI, dispersos em inúmeras aldeias apresentando cada qual suas características socioculturais e geográficas próprias. As populações nativas presentes historicamente na região do médio Araguaia há milhares de anos devem ter seu território e os recursos naturais que necessitam para viver, garantidos e respeitados em qualquer processo de desenvolvimento territorial que se pense em estabelecer naquela região. Os novos investimentos públicos no desenvolvimento da agricultura irrigada no entorno da Ilha do Bananal e a perspectiva de construção da rodovia transbananal, exigirão por parte dos indígenas enormes desafios nos próximos anos. Essas e outras questões importantes serão mais bem equacionadas se pensadas da maneira mais coletiva possível pelas inúmeras aldeias que existem na Ilha do Bananal, e compõem sua grande nação indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZIZ, Nacib Ab'Saber. *Bases Conceituais e Papel do Conhecimento na Previsão de Impactos*. In: Previsão de Impactos, 2ed, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- BARBOSA, Y.M. *Conflitos sociais na fronteira Amazônica*. O projeto Rio Formoso. Campinas, SP: Papyrus (1996).
- BRANDÃO, Carlos Antonio. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- BRASIL. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia*. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 2001.
- BISPO, Mariléia Oliveira. *Cenários, Olhares, Tramas e Cotidiano: A Educação Ambiental a luz de distintas representações e territorialidades na ilha do Bananal e entorno – TO*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás IESA/UFG, 2012.
- BUENO, Marielys Siqueira. *Macaúba: Uma Aldeia em contato com a Civilização*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1975.
- CARVALHO, Francisquinha Laranjeira e CAVALCANTI, Maria do Espírito Santo Rosa. *Rio Araguaia: O caminho dos sertões*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2009.
- CRUZ, Maria Clara da. *O conceito de Formação Espacial: Sua gênese e Contribuição para a Geografia*. *Revista GEOgraphia*, v-5, n-9, 2003.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec – Nupaub, 2001.
- DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. *As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia, Editora Oriente, 1973, 176p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial*. In Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil / Antonio Marcio Buainain (org) – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.
- GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. *A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu*. . Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.
- GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n-39, p. 15-42, 2000.

- GOIÁS. *Projeto Rio Formoso: Estudo Técnico-Financeiro*. Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás. 1979, 149p.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFÈBVRE, Henri. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. 6 ed. Rio de Janeiro, 1995.
- LIRA, E. R. *A Geografia, o território e o território indígena*. Produção Acadêmica. Porto Nacional. N.3, 2007.
- LÖWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. 19. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- MACEDO, Valéria. *Uma Ilha em pedaços*. In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza. O desafio das sobreposições. Org. Ricardo, F. SP: Instituto Socioambiental, 2004.
- MACIEL, N. J. B. *Sobreposições de territorialidades e diálogos interétnicos na Ilha do Bananal*. In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza. O desafio das sobreposições. Org. Ricardo, F. SP: Instituto Socioambiental, 2004.
- MACIEL, Dulce Portilho. *Fundação Brasil Central: A instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.
- MARTINS, José de Souza. 1997. *Fronteira, A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- _____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Lech, 2 ed, 1981.
- MARTINS, Iracy Coelho de Menezes. *Diagnóstico Ambiental no contexto da paisagem de fragmentos florestais naturais no município de Lagoa da Confusão – TO*. Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2002.
- MORAES, Antonio C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o Território Colonial Brasileiro no 'longo' Século XVI*. Hucitec, 2000.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro – in Novos Caminhos da Geografia Agrária – Ed. Contexto, 1999*.
- _____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Geografia Agrária: Perspectivas No Início do Século XXI*. Contexto, 2001.
- _____. *Política Nacional de Recursos Hídricos. Lei Nº 9.433 de 8 de Janeiro de 1997*.

- PORTO, José Justino. *Missão adventista entre os karajá de Santa Izabel do Morro : 1980 a 2000*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia, 2009.
- PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORMOSO. Governo do Estado do Tocantins e Magma Engenharia, 2007.
- RODRIGUES, Daniel Bartkus. *Transformação Espaço Temporal na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar: O Caso do Bairro do Ipiranguinha, Estrada dos Macacos e Morro das Moças no Município de Ubatuba*. São Paulo, 2007. TGI (Trabalho de Graduação Individual), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2007.
- RODRIGUES, Patrícia Mendonça. *A caminhada Tanyxiwè: Uma teoria Javaé da História*. 2008. 933f. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia da Divisão de Ciências Sociais. Universidade de Chicago. Chicago, Illinois. Agosto de 2008.
- SACHS, Inacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável* / org: Paula Y. Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- Santos, Milton. *Por uma outra Globalização - Do Pensamento Único à Consciência Universal*. São Paulo: Record, 2000.
- Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. *Política Estadual de Recursos Hídricos*. Palmas/TO, 2004.
- SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. (SNUC). Ministério do Meio Ambiente.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. Editora UNESP, São Paulo, 2004.
- THALHEIMER, August. *Introdução ao materialismo dialético*. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- TOCANTINS. *Anuário Estatístico do Estado do Tocantins 2012*. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento do Estado do Tocantins 2012.
- TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. Dissertação de Mestrado. RJ: Museu Nacional, 1992.
- _____. *Os indígenas e o Parque Nacional do Araguaia*. In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza. O desafio das sobreposições. Org. Ricardo, F. SP: Instituto Socioambiental, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1

Segundo a Política Nacional dos recursos hídricos em seu capítulo III, os comitês de bacia hidrográfica devem se estruturar e funcionar da seguinte forma:

Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII - (VETADO)

VIII - (VETADO)

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I - da União;

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abrangem terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União;

II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

§ 4º A participação da União nos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação restrita a bacias de rios sob domínio estadual, dar-se-á na forma estabelecida nos respectivos regimentos.

Art. 40. Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros.

O fato da totalidade da área da bacia hidrográfica do Rio Formoso estar localizada dentro do Estado do Tocantins possibilita que se aplique também a legislação estadual de recursos hídricos. De acordo com a seção II do Plano Estadual de Recursos Hídricos, os comitês de bacia hidrográficas no Estado do Tocantins possuem as seguintes funções:

Art. 32. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são entidades colegiadas, com atribuições normativa, deliberada e consultiva, reconhecidas e qualificadas por ato de Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos e tem as seguintes atribuições:

I - Submeter à homologação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos:

A constituição respectiva Agência de Bacia Hidrográfica;

A aprovação do Plano de Bacia Hidrográfica;

O enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica, em classe de uso e conservação;

Os valores a serem cobrados e os critérios da respectiva cobrança da taxa pelo uso da água da bacia hidrográfica;

As propostas de acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

II – acompanhar a execução do Plano de Bacia Hidrográfica;

III – elaborar o relatório anual sobre a utilização dos recursos hídricos de sua respectiva bacia hidrográfica;

IV - aprovar

V – ratificar convênios e contratos relacionados aos respectivos Planos de Bacia Hidrográfica;

VI – implantar ações conjuntas com o órgão competente do Poder Executivo visando definições de critérios de preservação e uso das faixas marginais de proteção dos rios, lagoas e lagunas;

VII – dirimir, em primeira instância, eventuais conflitos relativos ao uso da água.

APÊNDICES

Questionários aplicados

1- Questionário básico aplicado à Raoni Japiassu Merisse – Diretor do Parque Nacional do Araguaia

- 1- Há quanto tempo o senhor trabalha no PARNA?
- 2- Quantos funcionários trabalham atualmente no PARNA?
- 3- Quantas aldeias indígenas existem atualmente dentro do PARNA? Quantos indígenas residem dentro do Parque Nacional?
- 4- Você poderia falar do processo de redução do Parna? Como a direção da UC vê esse processo?
- 5- Quais as principais dificuldades que o PARNA enfrenta para o cumprimento da preservação do meio ambiente?
- 6- Quais os principais impactos ambientais são causados na UC pelo Projeto Rio Formoso?
- 7- Existem atualmente posseiros vivendo dentro do PARNA? No Parque indígena você tem conhecimento dessa situação?
- 8- Você tem conhecimento como anda o projeto de construção da rodovia transbananal?
- 9- Com relação aos assentamentos existentes próximo a Ilha do Bananal, quais os principais impactos eles causam para a UC?
- 10- Quais as principais diferenças você observa com relação aos impactos ambientais gerados pelos pequenos produtores em relação aos grandes e médios produtores de grãos no entorno do PARNA?
- 11- Com relação aos grupos de trabalho como eles tem funcionado? Quais são seus resultados até o momento? Como tem sido essa experiência?
- 12- Como tem sido a relação do PARNA com as comunidades indígenas nos últimos anos?
- 13- Quais os principais impactos ambientais gerados pelas comunidades indígenas no PARNA?
- 14- Quantas cabeças de gado existem hoje no PARNA? E na Ilha do Bananal como um todo?
- 15- O gado existente hoje pertence aos índios ou é arrendado para produtores de fora da Ilha do Bananal?

- 16- Por que ao longo dos últimos anos tem sido tao difícil retirar o gado da Ilha do Bananal?
 - 17- Quais as principais dificuldades que a administração conjunta entre a Funai e o ICmbio apresenta?
 - 18- As tomadas de decisão mais importantes do manejo são tomadas conjuntamente nos GT's?
 - 19- Considerando a ocupação do entorno da Ilha do Bananal, quais as principais diferenças entre a fronteira mato-grossense (ocidental) e a tocantinense (oriental)?
 - 20- Após as redefinições na área total, quais foram os critérios para que o PARNA ficasse com a área territorial atual?
 - 21- Como tem sido a relação do PARNA com os agricultores do entorno da UC? Quais as principais reclamações que os agricultores fazem com relação à UC?
 - 22- Quais são as reclamações mais frequentes que as comunidades indígenas fazem para a direção do PARNA?
 - 23- Com relação novamente ao Projeto Rio Formoso, o senhor saberia informar quais são as compensações ambientais por aqueles produtores?
 - 24- Para as comunidades indígenas, quais seriam os principais benefícios que o PARNA traz a essas comunidades?
 - 25- Quais municípios do entorno do PARNA tem contribuído mais com a geração de impactos ambientais?
-
- 2- Questionário básico aplicado à João Mítia – Diretor regional da FUNAI do Estado do Tocantins
 - 1- O senhor poderia explicar como se deu o processo de formação do PIA?
 - 2- Aproximadamente quantos índios e aldeias existem atualmente no PIA?
 - 3- Quais os principais problemas a Funai tem enfrentado paara a administração do PIA?
 - 4- Como tem sido a relação da Funai com o ICmbio, na administração conjunta da Ilha do Bananal?
 - 5- Quais os principais benefícios que a existência do PARNA propicia para as comunidades indígenas da Ilha do Bananal?
 - 6- O senhor poderia falar a respeito da introdução da pecuária na Ilha do Bananal?

- 7- Como a Funai tem se posicionado atualmente quanto a pecuária dentro da Ilha do Bananal?
 - 8- Em sua opinião, por que tem sido tão difícil fazer com que a pecuária deixe de ser praticada na Ilha do Bananal?
 - 9- Como tem sido a relação da Funai com os agricultores de Formoso do Araguaia?
 - 10- Como tem sido a relação dos índios com os agricultores da região?
 - 11- Com relação aos GT's o senhor poderia falar quais tem sido seus resultados? Tem havido entendimento entre os diferentes sujeitos sociais?
 - 12- Quais são as principais fontes de renda das comunidades indígenas atualmente?
 - 13- A Funai desenvolve atualmente quais projetos de geração de renda junto as comunidades indígenas do PIA?
 - 14- O senhor poderia falar a respeito do “censo” realizado pela Funai junto as comunidades indígenas da Ilha do Bananal? Quais foram as principais constatações?
 - 15- A respeito do projeto da rodovia transbananal, o senhor tem alguma informação sobre esse projeto?
 - 16- Voltando a questão do gado, o senhor saberia informar quantas cabeças de gado existem atualmente dentro do PIA? Quantos são dos índios e quantos são dos pecuaristas?
 - 17- Com respeito aos grandes projetos de irrigação existentes no entorno do PIA, de que maneira esses projetos afetam as comunidades indígenas e o meio ambiente do PIA?
 - 18- Com relação aos posseiros que foram retirados do PIA, como tem sido a relação dos assentamentos existentes no entorno com as comunidades indígenas?
 - 19- De uma maneira geral como o senhor avalia atualmente a situação das comunidades indígenas existentes no PIA?
 - 20- Quais são os principais impactos ambientais verificados hoje no PIA?
 - 21- O senhor é favorável a existência do PARNA?
 - 22- De que a existência de duas legislações tão distintas (UC e TI) dificulta as ações de etnoconservação na Ilha do Bananal?
-
- 3- Questionário básico aplicado à Cleyton Javaé – Coordenador de Meio Ambiente da Conjaba (Conselho das Organizações Indígenas do povo Javaé da Ilha do Bananal)

- 1- Como a Conjaba vê o processo de avanço da agricultura irrigada produtora de grãos no entorno da Ilha do Bananal?
- 2- Houve alteração na vazão dos rios Formoso e Javaés após a implantação do Projeto Rio Formoso?
- 3- Quais os principais problemas ambientais que a agricultura irrigada provoca as comunidades indígenas da Ilha do Bananal?
- 4- Como é a relação da comunidade javaé com os agricultores do Projeto Rio Formoso?
- 5- O que a Conjaba pensa a respeito do projeto da rodovia Transbananal?
- 6- O que a Conjaba pensa a respeito da revitalização do Projeto Rio Formoso?
- 7- Os indígenas tem recebido o programa bolsa-família?
- 8- Os indígenas tem trabalhado em algum período do ano dentro do Projeto Rio Formoso?
- 9- Quais os principais problemas a Conjaba observa na expansão da produção de grãos no oeste tocantinense?
- 10- Os indígenas tem recebido o Pronaf?
- 11- Qual a opinião da Conjaba em relação a Fundação Bradesco?
- 12- Como são firmados os contratos para arrendamento das terras da Ilha do Bananal dos indígenas com pecuaristas da região?
- 13- Como tem sido a relação das comunidades Javaé com os assentamentos rurais da região?
- 14- Como tem sido a relação das comunidades Javaé com os agricultores produtores de grãos?
- 15- Quais seriam possíveis alternativas de geração de renda (além dos arrendamentos) para as populações indígenas da Ilha do Bananal?
- 16- Quais tem sido as principais fontes de renda das comunidades indígenas da Ilha do Bananal?
- 17- Como tem sido a relação da Conjaba com o poder público estadual e municipal?
- 18- Como as comunidades indígenas tem visto a atuação da Funai no PIA?
- 19- Como as comunidades indígenas tem visto a atuação do ICmbio no PARNA?
- 20- Como a Conjaba se posiciona em relação a existência do PARNA? Ele é necessário de existir na Ilha do Bananal?

- 1- O senhor poderia falar como se deu a formação da Cooperformoso?
- 2- Quais são os produtos cultivados dentro da cooperativa?
- 3- Quantos cooperados existem hoje dentro da cooperativa?
- 4- Quantos empregos diretos são gerados dentro da cooperativa?
- 5- Como está atualmente a revitalização do Projeto Rio Formoso?
- 6- O que os cooperados mais esperam do projeto de revitalização?
- 7- Quais são os principais mercados consumidores dos grãos produzidos dentro do Projeto Rio Formoso?
- 8- Qual o tamanho dos lotes? Como é o sistema de produção dentro da cooperativa? Existe arrendamento?
- 9- Existe reserva legal dentro das propriedades do Projeto Rio Formoso?
- 10- O que é uma área sistematizada para o plantio irrigado por inundação?
- 11- Como tem sido a relação dos cooperados com os assentamentos rurais da região?
- 12- Quais as principais melhorias na infraestrutura produtiva devem ser feitos com a revitalização?
- 13- Como tem sido a relação dos cooperados com as comunidades indígenas da Ilha do Bananal?
- 14- Quais empresas produtoras de grãos e insumos tem trabalhado dentro do projeto de irrigação?
- 15- As áreas de proteção permanente tem sido preservadas dentro do Projeto Rio Formoso?
- 16- O senhor poderia explicar a quebra do ciclo da ferrugem dentro do Projeto Rio Formoso?
- 17- O arrendamento tem sido uma solução para os proprietários em que situação financeira?
- 18- Como tem sido a relação dos cooperados com os órgãos de meio ambiente que atuam na região?
- 19- Qual a relação existente entre as três cooperativas do Projeto Rio Formoso?
- 20- Quantos trabalhadores são contratados nos períodos de safra?

- 1- O senhor saberia informar como e quando se deu a formação do assentamento Três Poderes?
- 2- Qual o tamanho dos lotes dos assentados?
- 3- Quais são as principais produções agrícolas que os assentados cultivam?
- 4- Quais cultivos tem gerado mais renda aos assentados?
- 5- Existem projetos de irrigação dentro assentamento?
- 6- Como tem sido a relação dos assentados com os produtores do Projeto Rio Formoso?
- 7- Como tem sido a relação dos assentados com as comunidades indígenas da Ilha do Bananal?
- 8- Os assentados tem firmado contratos de arrendamento com as comunidades indígenas para alocar o gado na Ilha do Bananal?
- 9- Quais tem sido as principais dificuldades que os assentados enfrentam para tocarem suas produções?
- 10- Como o senhor analisa o processo de revitalização do Projeto Rio Formoso?
- 11- Na opinião do senhor por que não existem projetos de irrigação dentro do assentamento mesmo estando às margens do rio Formoso?
- 12- Quais programas sociais em nível municipal, estadual e federal os assentados tem recebido?
- 13- De maneira geral como se encontra o nível de endividamento do assentamento Três Poderes?
- 14- Como o senhor vê o futuro da agricultura familiar em Formoso do Araguaia?
- 15- O senhor poderia falar sobre o processo de retirada de não-índios do interior da Ilha do Bananal?
- 16- Como tem sido a assistência técnica rural prestada pelos órgãos estaduais e federais no assentamento Três Poderes?
- 17- Como o senhor ve as diferenças em níveis de produtividade se compararmos o Projeto Rio Formoso com o assentamento Três Poderes?
- 18- Como o senhor analisa os serviços prestados pela Fundação Bradesco na região de formoso do Araguaia?
- 19- Como tem sido a participação dos assentados no comitê da bacia hidrográfica do rio Formoso?
- 20- O senhor é favorável a formação de novos assentamentos de reforma agraria na região?

